

**MUNICÍPIO DE POMBAL****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Nº 0004/AM/18, de 25/09/2018**

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezasseis horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, João Paulo Antunes dos Santos, Maria Adelaide Pereira da Conceição, José Gomes Fernandes, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Edite Maria Pascoal da Silva, Manuel António Rodrigues dos Santos, Rui Acácio Cruz da Silva Santos, Nicolle Lourenço, Manuel Sobreiro Ferreira, João Pedro Abegão Matias, Cláudia Sofia da Costa Duarte, Edgar Jacinto Domingues, Aldina dos Santos Pedro, Vítor da Conceição Gomes, Carlos António Gameiro Lopes, Manuel de Sousa Lopes da Mariana, Aires da Conceição da Ponte, Maria Virgínia Pinto Bonifácio Magalhães Leitão, Manuel Freire Barros, Maria Fernanda Emiliano Pereira Domingos, Henrique Jorge Magalhães de Menezes Falcão, Ricardo Jorge Rodrigues Ferreira, Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Pedro Manuel Neves da Silva, José Manuel Pedrosa Marques, Manuel Virgílio Gaspar Lopes, Nelson da Silva Pereira, Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão dos Santos, Manuel Henrique Nogueira de Matos, Carlos José Mendes Santos, Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, Paulo Manuel Lucas Duarte, Gonçalo José Simões Ramos.

Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:

- Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28/06/2018;
- Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;
- Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

Ponto 2 – Período da ordem do dia:

- Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;
- Ponto 2.2. Apresentação e discussão da informação da Câmara sobre a Lei quadro da Transferência de Competências para as Autarquias locais e para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Para Conhecimento;
- Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a redefinição da estrutura orgânica dos serviços;
- Ponto 2.4. Apresentação da proposta da Câmara sobre a conformação da nova estrutura orgânica – Para Conhecimento;
- Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Mapa de Pessoal de suporte à nova estrutura orgânica;
- Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 2ª Revisão ao Orçamento de 2018 e as Grandes Opções do Plano 2018/2021;
- Ponto 2.7. Apresentação e discussão da proposta da Câmara sobre os encargos na área da Educação – ano letivo 2018/2019 – Para Conhecimento;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara o pedido de autorização de despesa e de assunção de compromissos para os anos económicos seguintes para a prestação de serviços postais;

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da câmara sobre a fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2018;

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com o número de dependentes, relativo ao ano de 2018;

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2018;

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da Taxa do Imposto Municipal sobre prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2018;

Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o lançamento da derrama a cobrar no ano de 2019;

Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de participação no IRS para o ano de 2019;

Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2019;

Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a nomeação do Auditor Externo – Prestação de serviços de verificação das contas municipais para os anos de 2018, 2019 e 2020;

Ponto 2.17. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Zona Central de Pombal;

Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Albergaria dos Doze;

Ponto 2.19. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Guia;

Ponto 2.20. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de certidão de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, ao abrigo do regime excecional de regularização de estabelecimentos e explorações de atividades industriais e pecuárias, operações de gestão de resíduos e de revelação e aproveitamento de massas minerais – Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, empresa Fernando Lopes & Filhos, Lda.;

Ponto 2.21. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;

Ponto 2.22 Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias – Para Conhecimento;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus e os Senhores Vereadores, Dra. Ana Cabral, Eng.º Pedro Murinho, Dra. Ana Gonçalves, Dr. Pedro Brillante, Eng.º Narciso Mota, Dr. Michael António, Dra. Anabela Neves e Eng.º Jorge Claro.

Presidiu à sessão Maria Fernanda Lopes Guardado Marques como Presidente e foram secretários Manuel António Rodrigues dos Santos, como 1.º Secretário, e Maria Adelaide Pereira da Conceição, como 2.ª Secretária.

Posteriormente, procedeu-se à chamada, sendo que a **Senhora Presidente da Assembleia** informou ter recebido os seguintes pedidos de substituições, dos membros da Bancada do Partido Social Democrata:

De Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Nuno Carrasqueira, que acabou por ser substituído por Edite Maria Pascoal da Silva; de Pedro Daniel Jordão Ferraz, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, José Pedro Abegão Matias.

Da Bancada do Movimento Narciso Mota – Pombal Humano:

De Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Manuel Simões Rodrigues Marques, que faltou; de António José Cardoso Pires da Silva, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Vera Mónica de Jesus Fernandes, que acabou por ser substituída por Aires da Conceição da Ponte; de Diamantino de Sousa Mendes, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Tânia Milene Carvalho Freire, que faltou.

Da Bancada do Partido Socialista:

De Célio Ferreira Fernandes, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Carla Alexandra Ramos Cardoso Leitão Marques, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Rui Manuel Pedrosa Domingues, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Guilherme Fernandes Ferreira, que acabou por ser substituído por Aldina dos Santos Pedro; de Patrícia Inês dos Santos Carvalho, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Elisabete Maria dos Santos Alves, que acabou por ser substituída por Vítor da Conceição Gomes.

Faltaram à sessão, os membros Manuel Simões Rodrigues Marques, Tânia Milene Carvalho Freire e o Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, Sílvio da Mota Santos.

Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28/06/2018.

Colocada a ata da sessão ordinária de 28 de junho de 2018 a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com sete abstenções, por ausência da respetiva sessão.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

A **Presidente da Assembleia** passou a dar conhecimento do expediente recebido na Mesa, o qual se encontra disponível para consulta. Aproveitou este momento para apresentar, em nome da Mesa da Assembleia, um voto de pesar com o seguinte teor:

Voto de Pesar – “A Assembleia Municipal de Pombal manifesta o seu pesar pelas vítimas do trágico acidente do IC8”

“A Assembleia Municipal de Pombal expressa o seu maior pesar pelas vítimas do violento acidente ocorrido na passada segunda-feira, 24 de setembro, no IC8, que deixou todo o concelho em estado de consternação pela perda da vida de seis Pombalenses jovens.

Neste momento de enorme angústia, proponho à Assembleia Municipal de Pombal que acompanhe na sua dor todas as famílias atingidas por esta tragédia, respeitando um minuto de silêncio em memória das vítimas.”

Submetido a votação, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade, pelo que a Assembleia Municipal guardou um minuto de silêncio em memória das vítimas fatais do trágico acidente no IC8.

Em seguida, a **Presidente da Assembleia** passou a ler uma proposta remetida à Mesa, subscrita pelos eleitos do Partido Socialista, com o seguinte teor:

“Considerando que:

- A via IC8 é estruturante para o Concelho de Pombal;*
- É a via que liga o litoral ao interior do país;*
- O troço que serve o Concelho de Pombal está em mau estado, e que oferece perigosidade para a segurança rodoviária;*
- Tem ocorrido um número significativo de acidentes com vítimas mortais;*
- A CIM Região de Leiria entende que esta via é importante para o acesso aos cuidados de saúde que são garantidos no Hospital Santo André e no Polo de Pombal do Centro Hospitalar de Leiria;*
- A Assembleia da República aprovou a resolução n.º 225/2018, publicada no passado dia 1 de agosto do presente ano, através da qual recomendou ao Governo, para além do mais, a requalificação urgente do IC8 em Pombal e Ansião, e até lá, o reforço da conservação corrente deste itinerário complementar;*

O Grupo Municipal do PS propõe, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 28.º do Regimento, que a Assembleia Municipal delibere:

- a) Solicitar ao Governo que avance rapidamente com as obras de requalificação do IC8, inscrevendo em sede do Orçamento de Estado para o próximo ano a verba destinada a esse efeito;*
- b) Dar conhecimento do conteúdo desta proposta à CIM Região de Leiria e aos Municípios do Distrito de Leiria que também são servidos pelo IC8.”*



MUNICÍPIO DE POMBAL

Posta à consideração do plenário a admissão da referida proposta, subscrita pela Bancada do Partido Socialista, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Tomou a palavra **João Coucelo**, que apresentou a seguinte declaração de voto:

“Eu tomei conhecimento desta proposta, e vou ser honesto e vou dizer o que aconteceu. Eu falei com o Dr. Carlos Lopes sobre esta proposta. Falei com o Dr. Carlos Lopes sobre esta proposta, não porque esteja em desacordo com o seu conteúdo, de forma alguma – aliás, penso que esta Assembleia tem memória das inúmeras vezes que se falou aqui na requalificação do IC8, pela perigosidade que ele tem, e portanto, esta Assembleia, os membros da Câmara, até a própria Comunidade Intermunicipal, com certeza já tiveram oportunidade de se pronunciar sobre estas vias estruturantes do concelho (esta e o IC2), que têm zonas de alta perigosidade e que precisam de requalificação – o que me preocupou a mim foi que entendi que, de alguma forma, no contexto de um trágico acidente ocorrido ontem, esta proposta me caía mal. Pode ser oportuna, mas eu considero que esse sentido de oportunidade é, no meu entender, marginalizado completamente pelo drama ocorrido ontem no Concelho de Pombal, em que seis jovens, seis trabalhadores foram vítimas de um brutal acidente de viação. É óbvio que nada tenho a opor e voto favoravelmente esta proposta, mas com esta ressalva, com a ressalva de que não entendo que seja o melhor momento para o Partido Socialista – não vamos politizar isto, não é nesse sentido, e o Dr. Carlos Lopes explicou-me isso, e eu entendo, mas também não pode esquecer-se de que houve inúmeras démarches prévias para a requalificação do IC8. Neste momento, isto é uma situação que cai em cima de uma tragédia que afeta famílias de Pombal, famílias dos trabalhadores que estiveram envolvidos neste acidente. E portanto, eu acho que a Assembleia Municipal manifestou já o seu pesar pelo ocorrido, e esta proposta, naturalmente, será útil; só considero que não é o momento oportuno para a apresentar.”

Em seguida, tomou a palavra **José Gomes Fernandes**, que proferiu a seguinte declaração:

“Atendendo a que terei que respeitar a dor e o sofrimento dos familiares, eu não poderei misturar assuntos políticos com sentimentos. Aliás, conhecia todas as vítimas, conheço os familiares, e não me sinto à vontade para fazer isso.”

O eleito **Carlos Lopes**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“É verdade, e confirmo que no início dos nossos trabalhos, o Dr. João Coucelo me abordou no sentido de ser oportuna, ou não, a entrega desta proposta. E eu expliquei ao Dr. João Coucelo exatamente os motivos por que entendemos que ela deve ser apresentada.

Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, ilustres colegas: o Partido Socialista não fez, não faz e nunca fará qualquer tipo de aproveitamento político com situações de tragédia. Espero que isto fique registado e que seja, de facto, uma situação absolutamente esclarecida. E volto a repetir: não fez, não faz, nem nunca fará aproveitamento político de qualquer tragédia.

Sra. Presidente, obviamente que nós estamos solidários com as famílias, obviamente que nós manifestamos o nosso pesar pela situação que ocorreu, quem nos dera a nós não estarmos aqui a falar nisto, era bem melhor. Infelizmente, aconteceu. E é exatamente, Sra. Presidente, para que situações desta natureza não voltem a acontecer que nós temos o dever moral de alertar quem tem a obrigação de zelar por aquela via, porque nós não podemos pactuar que o nosso IC8, que atravessa o nosso concelho, seja um cemitério. Não podemos pactuar. E esta proposta serve, Sra.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente, para fazermos a pressão sobre o nosso Governo para que de uma vez por todas assumo o IC8 como uma prioridade a nível estradal.

E é isto que nos leva a manter esta proposta. Não estamos, volto a dizer, a fazer qualquer tipo de aproveitamento político. E se alguém pensa que estamos aqui a fazer isso, desengane-se. Aliás, Sra. Presidente, se lermos com atenção os considerandos que estão nesta proposta, facilmente concluiremos que não está cá nenhum considerando de índole política.”

Não havendo mais intervenções sobre a mesma, foi a proposta subscrita pela Bancada do Partido Socialista submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção (do PSD).

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.

Aberto este ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Deputado **João Coucelo**, que efetuou a seguinte intervenção:

“A minha intervenção é apenas sobre o setor da saúde. Todos sabemos que há problemas graves no Serviço Nacional de Saúde, não apenas resultantes de um subfinanciamento crónico que afetou a prestação de cuidados aos utentes, com atrasos inconcebíveis na realização de consultas, atos cirúrgicos e realização de exames de diagnóstico. Há recursos humanos deficitários na generalidade das instituições – na área médica, da enfermagem, dos assistentes operacionais e administrativos – que bloqueiam as respostas necessárias aos utentes. De promessa em promessa, o Governo e a tutela vão adiando as soluções e praticando remendos que não satisfazem nem as administrações, nem as diferentes classes profissionais, profundamente desmotivadas com o quadro atual, e que se traduzem nas demissões de serviço que são veiculadas nos órgãos de comunicação social, greves e manifestações públicas de desagrado.

A nível local, foi encerrado o serviço de cirurgia do Hospital de Pombal, que funcionou durante largas dezenas de anos. Mas, há a promessa no Plano Estratégico do Centro Hospitalar de Leiria, a que pertencemos, e que foi recentemente apresentado, e também já apreciado favoravelmente na Comunidade Intermunicipal a que pertencemos, que em Pombal sejam construídas uma unidade de cirurgia ambulatória e uma unidade de convalescença e reabilitação. É profundamente necessário, já esteve pensado anos atrás – inclusivamente na altura em que eu fui Diretor Clínico daquele Centro Hospitalar – e neste momento há, pelo menos no Plano Estratégico recentemente concebido e apresentado, que se retome essa iniciativa de primordial importância para a prestação de cuidados de saúde aos utentes do Concelho de Pombal e dos concelhos limítrofes. Aguardamos que se concretizem estes objetivos, que eu creio que são também uma ambição forte do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Leiria. Mas, isso só não chega; é sempre preciso ter os apoios da tutela para se conseguirem estes objetivos. E a tutela promete, mas não cumpre.

Mas, também há notícias boas. Eu estive recentemente, no dia 14, na apresentação pública do projeto do Centro de Saúde do Louriçal, obra que entendo, enquanto profissional da saúde e conhecedor da realidade do nosso concelho, das dificuldades por que tem passado toda aquela região ao longo dos últimos anos, quer pela insuficiência de médicos, quer pela deficiência das



MUNICÍPIO DE POMBAL

instalações para a prestação de cuidados, que este Centro de Saúde, a exemplo do que aconteceu na Guia há muitos anos atrás, com uma primeira intervenção que a Câmara assumiu, e depois uma requalificação posterior para a constituição da Unidade de Saúde Familiar que abrange as três freguesias agregadas atualmente, eu penso que o que vai acontecer no Louriçal – e louvo a Câmara pela iniciativa que tomou mais uma vez, assumindo o papel que competia ao Estado, para que as populações possam vir ser servidas com dignidade, em instalações com as condições que permitam – e isso é importante que todas as pessoas percebam – atrair os próprios profissionais de saúde, que não vão trabalhar para gabinetes isolados, porque a medicina hoje tem que ser praticada em grupo, e tem que haver essa unidade e essa partilha de soluções para os doentes, para quando há faltas, férias e impedimentos de qualquer natureza, haver sempre quem substitua, numa unidade com maior número de profissionais. As pessoas ficaram agradadas com o que viram, eu fiquei agradado com o que vi, e dou os parabéns à Câmara Municipal de Pombal e à Junta de Freguesia do Louriçal, e à própria ARS, que também teve participação nesta matéria, para que daqui a dois anos possamos ter um novo Centro de Saúde a funcionar no Louriçal.”

A Deputada **Virgínia Magalhães** fez a seguinte intervenção:

“Tem-se verificado ao longo dos anos, por altura das Festas do Bodo, uma intervenção no Rio Arunca, de forma artificial, para torná-lo atraente, com muita água e reflexos de encantar os nossos visitantes e os Pombalenses. Tal passa pela retenção das águas, tentando crer a todos aqueles que nos visitam que Pombal possui um rio pujante e cheio de vida.

Como é público e notório para todos os habitantes da cidade, o Rio Arunca não é de todo um rio que se recomende; é sujo – repito, é um rio sujo – e impróprio de uma cidade como Pombal. As palavras que são proclamadas para tratar da despoluição, essas caem como água. Entendo que deve ser preocupação do Município, de uma vez por todas, ter uma redobrada atenção sobre o rio que atravessa a nossa cidade, e que poderia e deveria ser um cartão de visita a todos os que nos visitam.

Para além disso, decorridos que são cerca de dois meses dos festejos do Bodo, a água do nosso rio continua ali parada, suja, malcheirosa, suscetível de focos de várias doenças. Urge pôr termo à presente situação, pelo que desta minha tribuna apelo ao Executivo Camarário, na pessoa do Sr. Presidente, Dr. Diogo Mateus, que dentro das suas competências utilize os meios que tem ao seu dispor para que no âmbito de uma política ambiental municipal, torne o Rio Arunca um espaço despoluído e atraente, não só para os nossos visitantes, mas para todos os munícipes que com ele deparam cotidianamente.

Pergunto: Sr. Presidente, quais as diligências que o Executivo tem tomado para inverter a presente situação, uma vez que creio, na minha modesta opinião, que é um acérrimo defensor do meio ambiente, e conseqüentemente da qualidade de vida dos Pombalenses, que prometeu defender durante a campanha eleitoral.”

Toma a palavra o Deputado **João Antunes dos Santos**, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje uso da palavra para enaltecer uma das áreas em que nos últimos anos se tem sentido que o Executivo tem investido, e bem, tem sido uma prioridade para o Município, e que se tem visto – a



MUNICÍPIO DE POMBAL

população o reconhece – que se tem feito um investimento significativo e estratégico para o futuro. Falo-vos, naturalmente, de cultura.

E falar de cultura é falar, em primeiro lugar, daquilo que se comemora este mês, e comemoram-se este mês os vinte anos da Biblioteca Municipal de Pombal, um equipamento de serviço público, um equipamento de serviço público, um equipamento aberto à comunidade, que presta um serviço público na área da educação, na área da cultura, um equipamento destinado aos mais novos, aos mais velhos, com um fim intergeracional. E falar da biblioteca, e falar das comemorações dos vinte anos da biblioteca, é falar de um conjunto de atividades que têm vindo a ser, e que continuam a ser realizadas ao longo do mês de setembro, e que culminaram ontem com o cantar dos parabéns à Biblioteca Municipal de Pombal.

Mas, obviamente que chegando aos vinte anos da Biblioteca Municipal de Pombal, não importa sobretudo falar daquilo que tem sido feito, ou realçar aquilo que tem sido feito, mas importa ainda mais realçar aquilo que há para fazer, e aquilo que se pode continuar a potenciar com este equipamento público. E é nesse sentido que me congratulo pelo facto de também ter sabido pela comunicação social e pela informação do Sr. Presidente que o Município vai investir cerca de duzentos e oitenta mil euros (280.000€) para recuperar e para beneficiar este equipamento tão importante para a nossa comunidade como é a Biblioteca Municipal de Pombal, em que é consensual para toda a gente, para a comunidade, que presta um serviço crucial no nosso concelho – não só para a cidade, mas para todo o concelho – para as nossas crianças, para os nossos jovens, e para toda a população. E portanto, felicitar o Município por estes vinte anos da biblioteca, felicitar os colaboradores da biblioteca, mas sobretudo felicitar este contínuo investimento neste tão importante equipamento público.

Mas, falar de cultura é também falar do Manobras – Festival Internacional de Marionetas e Formas Animadas, que pela segunda vez regressa a Pombal. Este festival, para além de Pombal, realiza-se também em outros dez Municípios, e tem um conjunto vasto de atividades – que não vou estar aqui a destacar, mas tem um conjunto vasto de atividades que começaram a decorrer desde o dia 14 de setembro, e decorrem até ao dia 31 de outubro, e que, obviamente, importa convidar todos os Pombalenses a participar neste tipo de iniciativas culturais, iniciativas diferenciadas, iniciativas interessantes. E portanto, aqui também a minha felicitação ao Município por continuar a investir neste tipo de iniciativas.

E por fim, e não menos importante, obviamente falar daquilo onde nos juntaremos todos no próximo fim de semana, que é a 25.ª Edição da Feira Nacional de Artesanato e Tasquinhas de Pombal. Não há dúvidas que para chegar aos vinte e cinco anos, tem sido um modelo de sucesso, tem sido um modelo onde o Município tem investido e tem melhorado continuamente. Este ano conta com cerca de cento e cinquenta e quatro, cento e oitenta expositores, catorze coletividades presentes, e durante o fim de semana decorre também o Festival de Música Popular 2018 do INATEL, que é uma parceria feita, digamos assim, também em conjunto com aquilo que são as comemorações daquilo que falei há pouco, da Biblioteca Municipal de Pombal. Obviamente que o modelo das tasquinhas é um modelo que, de certa forma, é replicado em outras cidades do país, mas não há dúvida que naquilo que é bem feito, e naquilo que corre bem, obviamente que importa sempre mexer, mas não é uma prioridade neste momento mexer, porque está a dar resultados, está



MUNICÍPIO DE POMBAL

a correr bem. E portanto, aqui os meus parabéns, as minhas felicitações ao Município por continuar a investir neste modelo, obviamente melhorando de ano para ano, mas mantendo aquilo que é a génese, que é o envolvimento da nossa comunidade, das nossas associações, das nossas freguesias, das nossas coletividades, e também dos artesãos locais e de outros que vêm de fora para mostrar a Pombal aquilo que de melhor fazem.

Portanto, ao nível cultural estamos muito bem, Pombal tem evoluído e tem crescido muito a nível cultural, e ficam aqui as minhas felicitações ao Município.”

Tomou a palavra o Deputado **Ricardo Ferreira**:

“A minha intervenção hoje será sobre dois temas atuais, e que não se podiam deixar passar sem trazer à Assembleia Municipal. O primeiro deles tem que ver com o Centro Escolar das Meirinhas. O Centro Escolar das Meirinhas, que já foi falado em Reunião de Câmara, mas importa uma vez mais, e nesta Assembleia, falar sobre ele. E o que eu gostava de saber, muito sucintamente, é qual o motivo, no fundo, do atraso, quando tudo parecia estar controlado, há meses, tendo em conta que já há meses vem sendo publicitado como um dado adquirido, a inauguração e a conclusão da obra a tempo da abertura do novo ano letivo. E sobre isto, a minha dúvida é: ou seja, das duas, uma: ou a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia das Meirinhas não faziam ideia do que falavam, e por consequente, não sabiam do estado da obra, o que mostra uma falta de comunicação brutal com a empresa contratada, ou sabendo do atraso da obra, andaram este tempo todo a mentir às pessoas de forma premeditada. Aliás, é difícil de acreditar que a um mês do arranque do ano letivo saia uma notícia no Diário de Leiria, onde é dito que a construção do novo Centro Escolar, a que chamaram “obra do século nas Meirinhas”, deverá entrar em funcionamento no início do ano letivo. Ou seja, não havia noção nenhuma do estado da obra, ou a haver, estavam simplesmente a passar um atestado de burrice. Quando a um mês da abertura do ano letivo não se tem noção do atraso de uma obra, eu gostava de saber simplesmente como é que isto é possível. Este era o primeiro ponto.

O segundo ponto, e que também é atual, dado o acontecimento do vigésimo quinto aniversário das tasquinhas em Pombal, tem precisamente a ver com a gastronomia no nosso território e no nosso concelho. Nesta semana em que se comemoram os vinte e cinco anos das tasquinhas, importa talvez fazer uma reflexão em torno daquilo que é a gastronomia enquanto promoção de um território. E neste sentido, gostava talvez que nos esclarecesse sobre o que tem a Câmara Municipal feito na promoção do nosso território através desta mesma gastronomia, sendo que temos acompanhado um dos eventos a nível nacional que tem decorrido, que tem de nome “As sete maravilhas à mesa”, que conta com quarenta e nove mesas pré-finalistas – ou seja, compostas por gastronomia das diferentes regiões do país – e entre estas quarenta e nove mesas, compostas algumas delas por grupos de Municípios que se associaram entre si, Pombal está uma vez mais ausente. E a pergunta que eu deixava era: será que não temos gastronomia para entrar neste tipo de eventos de promoção a nível nacional, e até internacional, ou serão as tasquinhas, um modelo que já dura há vinte e cinco anos, o expoente máximo da qualidade da nossa gastronomia, se não se pode ir mais além. Gostava de saber a sua opinião.”

Em seguida, toma a palavra o Deputado **João Matias**, que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Ao longo desta semana e durante a semana passada, a JSD Distrital de Leiria tem dinamizado por todos os concelhos do distrito a “Volta às Escolas”. Esta é uma iniciativa em que, realmente, conseguimos falar com os jovens, em que lhes perguntamos quais é que são as suas preocupações nas suas terras, e na qual também perguntamos se conhecem os seus representantes, e qual é a sua opinião sobre eles. É perigosamente comum que muitas vezes não sabem sequer quem é o seu Presidente de Junta, ou o seu Presidente de Câmara, ou não têm alguma ideia de qual é o estado das políticas no seu concelho.

Pombal tem percorrido um caminho sólido no que diz respeito ao sucesso escolar, mas eu penso que esta visão do resto do distrito, ao nível do desconhecimento mais básico destes conhecimentos essenciais à participação cívica deve ser uma preocupação de todos nós. Nesse sentido, eu aplaudo a iniciativa dos facilitadores, acho que além de todas as políticas tradicionais de apoio ao sucesso escolar, devemos apostar em outras medidas menos convencionais, e acima de tudo urge apostar não só no sucesso escolar dos nossos jovens, mas no sucesso cívico de todos os cidadãos, inclusivamente dos nossos jovens. Pombal está a caminhar nesse sentido, mas é preciso continuar. E este é o apelo que eu deixo, e penso que na área da educação e na área da juventude, devemos apostar nesta área, porque realmente os nossos jovens precisam de saber quem são os seus representantes, para que depois possam também eles participar ativamente no nosso concelho e no distrito.”

A Deputada **Célia Cavalheiro** fez a intervenção que abaixo se transcreve:

“Queria começar por falar sobre um incidente caricato que aconteceu nos Malhos, e saber, já agora, o desfecho, em que houve um munícipe que, dado o estado gravíssimo do pavimento, decidiu, em tom de brincadeira, colocar lá um pedaço de terra com uns ramos de eucalipto, e fotografou e pôs no Facebook para mostrar como é que estava a rua principal dos Malhos. A autarquia, ao invés de lhe pedir desculpa pelo acontecimento e ir imediatamente reparar, decidiu apresentar uma queixa na GNR contra o pobre coitado. Penso que isso foi completamente desajustado, e teria piada se não fosse verdade. Gostaríamos de saber como é que ficou este caso, se ele realmente teve que pagar a tal quantia de que se falava.

Na mesma linha, vários munícipes da Ponte da Assamaça convidam o Sr. Presidente a fazer uma visita de carro, porque penso que há lá estradas como a que estava naquela publicação do Facebook. Digo eu que assim é fácil ter os cofres com vários milhões, como detetámos durante a crise da Caixa Geral, no Louriçal. Penso que não investindo o dinheiro que nós pagamos, é fácil juntá-lo. Há mínimos que têm que ser garantidos, e as estradas que devem ser arrançadas não são só as do Concelho de Pombal, penso eu.

Relativamente a uma outra obra onde vivo, nos Governos, está a ser levada a cabo a requalificação urbana de Governos e Vinagres. Acontece sempre a mesma coisa há vários anos a esta parte, é preciso fazer uma obra e pede-se o projeto. As pessoas que habitam lá só são chamadas quando o projeto já está feito. Um projeto é um elemento muito específico para poder ser entendido por simples cidadãos. Eles olham para aquilo, é um desenho bonito, bem impresso, com legendas e tudo, e vão dizendo que sim. Só quando a obra começa é que se apercebem da aberração que aquela obra traz. Isto já aconteceu em várias obras. No CIMU-Sicó, salvo erro, os



MUNICÍPIO DE POMBAL

moradores só vieram a saber quando começaram a ver os camiões a transportar terra de um lado para o outro.

Portanto, eu penso que esta autarquia devia, de uma vez por todas, quando pensa em fazer uma obra, primeiro contactar os locais, falar com eles de forma acessível, em termos pouco técnicos e específicos, e tentar ver, já com o projetista no local, qual é a vontade dessas pessoas. Depois, faz o projeto, vai novamente à obra e explica, como se eles tivessem quatro anos – porque são termos muito técnicos – o que é que se vai passar ali, e só depois a obra avança, porque assim já construíram um lancil em toda a Rua dos Governos, e agora vão ter que destruir. E claro, fora os incómodos, porque as pessoas viram-se contra os construtores, que não têm nada a ver, estão a cumprir um projeto. Sei que já estão em cima do tempo. Em relação a esta obra, são cerca de quarenta ou cinquenta frações, e foram previstos quinze a dezasseis estacionamentos. É ridículo, no mínimo.

Aguardamos novidades do Parque Radical, da Casa Varela, e aguardamos também notícias do Parque Verde da cidade, pois há anos veio aí o então Primeiro Ministro Passos Coelho à cidade anunciar este parque, já lá vão quatro anos. Para quando?”

O Deputado **Vítor Gomes** proferiu a seguinte intervenção:

“A minha intervenção ficou prejudicada, de certo modo; o que eu queria dizer, a deputada Célia Cavalheiro já fez parte dela. No entanto, eu queria acrescentar qualquer coisa, e queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara qual foi o intuito persecutório de intentar uma queixa contra um cidadão que mais não fez do que protestar contra uma situação calamitosa que se vivia naquela população, se perigava mais uns ramos de eucalipto que lá foram colocados, ou o estado em que a estrada se encontrava. A atitude da Câmara, de fazer queixa contra este cidadão, e que levou a que este fosse constituído arguido, para mim constitui uma indignidade que devia ter sido evitada. O cidadão neste concelho já não tem o direito de protestar contra indignidades? Isto, Sr. Presidente, faz-me lembrar tempos idos que eu gostava de não voltar a ver neste concelho. Noutra tempo, sim, perseguia-se uma pessoa que tivesse uma opinião diferente; hoje, que eu saiba, conquistou-se o direito a protestar e a ser livre, e eu quero ser livre no concelho onde estou. E o papel dos nossos representantes na Câmara é servir a população, e não se servir da população. Isto é um muito mau exemplo que se dá aos nossos cidadãos, é uma situação que não se deve repetir. Se a Câmara ainda não retirou a queixa, já devia ter tido a dignidade de o ter feito.

Em relação a isto, eu tinha mais coisas para dizer, mas em parte delas, faço minhas as palavras da deputada Célia Cavalheiro.

Tinha aqui mais algumas coisas, que o Sr. Presidente já deve estar esquecido, ou já deve ter saudades que lhe perguntem isto, e refiro-me concretamente a três ou quatro situações pendentes nesta Câmara. Uma delas, o Centro de Interpretação da Sicó (CIMU-Sicó), em que situação e qual a utilidade que se vai dar àquilo. O Eng.º Narciso Mota deixou-nos em tempos uma obra deste género ali no Cardal, que foi implodida. Esta custou milhares, aquela vai custar milhões, e possivelmente o futuro dela será o mesmo.

Outro tema, outra coisa que eu gostava de saber, era sobre a OPA Florestal que o Sr. Presidente tanto anunciou, tanto apregoou, e tanto folclore fez por esse concelho fora, apregoando uma OPA



MUNICÍPIO DE POMBAL

que vinha aí. Uma ideia que eu aqui referi, uma ideia boa, que pelos vistos a Câmara e os seus executantes não têm, nem competência, nem engenho, para executar. Gostava de saber quantas parcelas já foram adquiridas no âmbito desta OPA.

Em relação à Quinta de Santana, também gostava de saber qual é a utilidade que se vai dar à Quinta de Santana. Tudo parado, com certeza, não se tem falado nisso. Também gostava de saber o que é que se passa com isto.

E o Parque Verde da cidade, a deputada Célia Cavalheiro já referiu isto também, também gostava de saber em que pé é que isto está. Também foi anunciado um Parque Verde para uma propriedade privada sem o conhecimento dessa pessoa ainda, e sem sequer ter sido negociada, mais uma situação ridícula neste concelho.

Queria só dizer aqui, que deixei para o fim, porque estas coisas mexem sempre com as pessoas, gostava de deixar aqui, embora a Assembleia já tenha manifestado o seu sentimento, o seu pesar pela tragédia acontecida, eu queria daqui também endereçar as minhas condolências à família, pelo menos de uma delas sou bastante amigo e próximo. E estas coisas, sinceramente, faço ideia de como estarão as famílias delas neste momento. Eu faço essa ideia.”

Tomou a palavra a Deputada **Nicolle Lourenço**, que interveio conforme se descreve:

“Hoje, o tema que vos trago aqui, tendo sido agora o início das aulas e do ano letivo, é o tema da educação. Tive oportunidade de acompanhar o início das aulas em alguns estabelecimentos do Município, e então, gostaria de registar com particular agrado o facto de a ETAP ter quinhentos alunos neste ano letivo, tendo conseguido, então, atingir um novo record no número de turmas e de alunos inscritos, coisa que já não tinha esta dimensão desde há vinte e nove anos, desde a sua abertura.

Gostaria de registar também com agrado o facto de o Município ter alargado o programa “Pombal 2020 – Sucesso Escolar 100%” à educação pré-escolar e ao quinto ano de escolaridade, cujo principal objetivo é promover uma intervenção de maior proximidade junto dos jovens.

Referir também o Projeto 3I's, que surge para dar respostas a alguns dos problemas sinalizados, nomeadamente no que diz respeito ao insucesso escolar e à falta de assiduidade dos alunos da comunidade cigana. Assim, e por forma a dar resposta a estas situações, o Município apresentou à comunidade escolar quatro facilitadores municipais que entram em funções nas escolas no dia 1 de outubro, com a principal função e objetivo de acompanhar estes mesmos alunos, tanto às aulas, visitas de estudo, e então promover um maior acompanhamento, promovendo também uma facilitação entre aquilo que é a ligação entre os professores e os pais.

Se existem alguns pontos positivos levados a cabo por este Município, no que diz respeito ao Ministério da Educação, tal não se verifica. Soubemos também que no que diz respeito aos assistentes operacionais, existe uma lacuna muito grande, existe falta de assistentes operacionais em quase todos os estabelecimentos de ensino no Concelho de Pombal, alguns deles tentaram ser supridos pelo Município, mas tanto em situações de baixa prolongada, de doença, até mesmo de morte, não é dada pelo Ministério da Educação a possibilidade de fazer a substituição desses mesmos quadros, o que, naturalmente, se vai refletir no bom funcionamento das escolas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Dizer-vos também que no que diz respeito à juventude, hoje já foi entregue aos Srs. Deputados a proposta apresentada pela JSD para o programa de ocupação de tempos livres. Este, tal como já tive oportunidade de referir na última Assembleia, é um programa que já foi levado a cabo por vários Municípios e que teve uma implementação bastante positiva, e acreditamos, então, que em Pombal tal também se verificará.”

Toma a palavra o Deputado **José Manuel Marques**:

“O Dr. João Coucelo já falou um pouco daquilo que também vou falar. Queria só aqui retificar o dia, que foi o dia 13, embora isso seja o menos importante. Embora a data tenha sido importante, realço aqui as palavras de um médico conceituado que também conhece bem a realidade da saúde da região e do Concelho de Pombal.

Efetivamente, também tenho que dizer, enquanto Presidente de Junta, congratular-me acima de tudo pelo facto de um ano depois podermos ver, na realidade, um objetivo que assegurará com certeza o futuro daquilo que se pretende para assegurar a saúde naquela freguesia, e aquilo que o Ministério da Saúde aqui quis fazer. A verdade é que se discutia, talvez muito perto de duas décadas, quase todos os Executivos (que me lembre, estava atento), e nos seus projetos eleitorais quase todos diziam: “Alargar o Centro de Saúde do Louriçal”. Sim, porque esse era um dos objetivos, pelo menos dar melhor qualidade, e acima de tudo assegurar a funcionalidade, porque aquilo que se punha em causa depois de um tempo difícil, de falta de profissionais de saúde, que foi realmente uma situação dramática, vivia-se além disso a possibilidade, e estava presente uma situação grave que era, por exemplo, a porta do Centro de Saúde fechada e a chuva, que ali acontecia durante o dia as pessoas estarem à chuva, porque não tinham sequer possibilidade de ser recolhidas naquela sala.

Estes momentos passaram, a Câmara e a Junta de Freguesia fizeram tudo o que foi possível para dar outras condições ao Centro de Saúde, naquilo que era a obra que tínhamos, mas que, na verdade, a nível de espaços, não dava mais, e agora prende-se, então, para quatro mil e oitocentos utentes, havia a necessidade de dar condições logísticas para o futuro, o espaço, a obra em si. É verdade que aproveitámos logo a visão de que aquela pré-escola, o espaço, toda a envolvência, seria uma mais valia para assegurarmos ali o projeto, e aqui agradeço, efetivamente, ao Sr. Presidente da Câmara, que teve a coragem, perante talvez a maior moldura humana de sempre, no dia 13 de setembro de 2017, em que simplesmente dizia: “Nós queremos simplesmente que possamos ser assegurados no futuro para a saúde de todos nós.” E foi aquilo que fizeram. Embora tenha havido alguma confusão nisso, a verdade é que quem estava ali para assumir aquilo que era realmente o pedido das pessoas, passado um ano, congratulo-me pelo facto de o Sr. Presidente ter trabalhado naquilo que nos foi possível também apoiar, que foi apresentar um projeto.

Este projeto, com certeza que de todas as obras que se possam fazer, e aquelas que foram feitas, considero que para o Louriçal e para a sua região, para os quatro mil e oitocentos utentes que utilizam aquele Centro de Saúde, e todos aqueles que venham a utilizar, tenho a certeza absoluta que demos um passo importante. O resto, depois da obra feita, com certeza caberá ao Estado. Portanto, Sr. Presidente, muito obrigado mais uma vez. Perante esta plateia, dizer-lhe que o povo com certeza reivindicou, e pelo menos o passo em frente está dado. Esperemos que dentro de dois



MUNICÍPIO DE POMBAL

anos, a obra esteja concluída, para servir os quatro mil e oitocentos utentes, ou todos aqueles que precisarem.”

O Deputado **Gonçalo Ramos** fez a intervenção que se transcreve:

“Eu não me vou alongar, vai ser muito breve a minha intervenção, acho que o devo fazer, embora seja uma altura difícil para todos nós aqui. A União de Freguesias tem, efetivamente, muitas necessidades, o Presidente da Câmara tem essa noção, os Srs. Vereadores também, teremos certamente a oportunidade de, muito em breve, nas reuniões que já estão agendadas, de trabalhar os nossos projetos e as necessidades mais prementes que a União tem neste momento. Mas, eu queria dedicar aqui este minuto, enviando também um pesar muito grande e os meus sentimentos para todas as famílias que estiveram, de certa forma, direta ou indiretamente envolvidas nos trágicos incidentes de ontem, e informar este órgão – porque acho que o devo fazer – que duas das vítimas eram da União de Freguesias. Dizer a todos que estamos a acompanhar de perto os familiares, estamos a fazer, naquilo que está ao nosso alcance, o que é possível, temos o nosso Gabinete de Apoio Psicológico a funcionar em todos os momentos – ainda hoje de manhã fizemos atendimentos a alguns familiares diretos de uma das vítimas. E manifestar aqui a nossa disponibilidade para todos os restantes familiares das outras vítimas, das freguesias vizinhas, que podem contar connosco em todos os momentos.”

O Deputado **Humberto Lopes** usou da palavra como se transcreve:

“E no fundo, eu volto ao início, volto à questão da saúde. E volto porque na Freguesia de Almagreira há muitos anos tem sido recorrente este problema, e lembro aqui as intervenções nesta sala do saudoso José Silva, ou seja, o antigo Presidente de Junta que lutou muitos anos, mas mesmo muitos anos, pelas questões da saúde, dos cuidados de saúde primários na Freguesia de Almagreira. O Dr. João Coucelo disse há bocadinho, e agora o meu colega aqui do Lourival, que no fundo, as obras servem exatamente para isto, ou seja, os edifícios servem para servir melhor as pessoas, quer os profissionais, quer os utentes daquelas unidades. Mas, lembro que só isso não chega; ter os edifícios e não ter os profissionais, vamos voltar ao mesmo. E lembro que a situação em Almagreira tem sido recorrente. Ou seja, a ausência de profissionais e a ausência de organização é o “pão nosso de cada dia”. E pergunto – não sei se a Câmara terá alguma informação, é esse apelo que eu faço – se a Câmara foi chamada, ou se sabe de alguma coisa a nível de organização dos cuidados de saúde primários para o Concelho de Pombal, ou seja, como é que esses cuidados serão organizados, de que forma, que freguesias é que são servidas, quais são os polos, se esse assunto está a ser trabalhado com alguém, porque, por exemplo, com a Freguesia de Almagreira, não está, não sei se com os meus colegas de outras freguesias estará. No meu caso, não está.

Lembro-me dessa luta do Fernando Matias, também durante doze anos, aqui nesta sede – e estão aí as atas para o comprovar – a luta acérrima por estes cuidados que nós entendemos, e o atual Executivo também, que são primordiais para a nossa saúde. As unidades de cuidados de saúde primários são fundamentais para não entupir as urgências dos hospitais. E era esse alerta que eu queria aqui deixar, não deixar esquecer, no fundo, todas as freguesias, e apelar também a que o Executivo leve, no fundo, esta nossa preocupação a quem de direito, ao Ministério da Saúde, a quem compete – julgo eu, até à data – organizar estes serviços, porque enquanto não houver a tal



MUNICÍPIO DE POMBAL

reestruturação, descentralização, o que lhe quiserem chamar, até à data, é ao Ministério da Saúde que compete, e nós não tínhamos conhecimento de nada.”

Findas as intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que em resposta às interpelações dos membros da Assembleia, fez a intervenção que se segue:

“Eu quero, evidentemente, para além das palavras que já tive ocasião de produzir, acompanhar todo este período mais triste das nossas vidas, informando-vos – para os que não repararam – que eu despachei no sentido de termos um luto municipal, e por isso, as bandeiras do Município, com a anuência dos Srs. Presidentes de Junta também nas respetivas freguesias, estarão a meia haste até amanhã ao final do dia, altura em que presumivelmente a última vítima será enterrada. E lembrar-vos que, de facto, é porventura nestas ocasiões que nós percebemos por que é que era preciso fazer a rotunda no Alto do Cabaço, e por que é que era preciso fazer o acesso à zona industrial das Meirinhas, e por que é que é preciso fazer outro conjunto de intervenções, como aquela que se está a fazer na Guia para requalificar a Estrada 109. E nestas alturas, nós pensamos se, de facto, são esses novecentos mil euros (900.000€) na Nacional 1, esse milhão de euros (1.000.000€) na 109, que pagam estas vidas todas. E se calhar, às vezes, naquele calor da discussão política, esquecemos destes momentos que fazem parte, infelizmente, das nossas vidas, e se calhar é uma boa altura também para todos pormos a mão na consciência e percebermos que, de facto, às vezes tantas injustiças e tantos abusos de linguagem para se ser politicamente corrosivo, que às vezes depois se derretem pelas piores razões, quando somos confrontados com uma tragédias destas dimensões. Que isso sirva para todos nós pensarmos naquilo que deve ser a nossa atuação enquanto políticos.

Eu agradeço as palavras do Dr. João Coucelo sobre todo este conjunto de intervenções no âmbito da saúde, nomeadamente o projeto do Centro de Saúde do Louriçal, e creio que as propostas que nos foram apresentadas pela Administração do Hospital, e que foram aprovadas no seu plano estratégico, poderão corresponder àquilo que são também novas exigências sob o ponto de vista do critério, das intervenções cirúrgicas, das características das mesmas intervenções cirúrgicas, e o papel que pode cumprir o nosso hospital. Eu quero recordar-vos que nós, há quatro anos, discutíamos se o nosso hospital continuaria a existir; porque recordar-se-ão de um projeto aprovado no sentido de eliminar vários hospitais do nosso país, e temos concelhos com dimensões próximas do nosso que ficaram sem instalações hospitalares, que resultaram precisamente dessas opções políticas. Ainda bem que isso não aconteceu, ainda bem que há um plano de investimento, ainda bem que continuam a contar com esta instalação de saúde, e que nós temos que continuar a fazer estes investimentos em conjunto, porque percebemos que tendo já sido removidos tantos serviços públicos, se continuamos nesta linha descendente, sem podermos combater e apresentar as nossas soluções, dificilmente vamos conseguir resistir à remoção de serviços tão importantes como este. E é talvez essa a razão principal que levou a que o Município de Pombal subscrevesse o protocolo com a Administração Regional de Saúde para comprar um raio-X para o Centro de Saúde, para termos medicina oral um bocadinho em melhores condições. E nós diremos: “Mas, será preciso que sejam os Municípios portugueses a pagar as máquinas básicas para que funcionem estes serviços?” Bem, chegámos à conclusão de que pelo menos em



MUNICÍPIO DE POMBAL

sessenta concelhos, foi, e esta foi a opção política de demonstrar que assim é fácil. Era a mesma coisa que se o Presidente da Câmara vos trouxesse aqui um protocolo para que as Juntas de Freguesia pagassem os livros todos para os alunos das nossas escolas, dizendo que é uma grande iniciativa municipal.

Nós percebemos que estamos no mau caminho. E portanto, eu fi-lo porque acho que é importante para a população, será apreciado e ratificado na Reunião de Câmara no final desta semana, mas fi-lo porque entendo que é muito mais útil para a nossa população do que estarmos aqui a fazer a avaliação das hierarquias e das responsabilidades formais que a Lei estabelece, e que sem prejuízo destes protocolos, temos condições de o poder fazer. Já percebemos que contam mesmo connosco, contam mesmo com os Municípios para podermos fazer muito mais coisas do que aquelas que se têm feito, que são pouco mais do que manter as coisas abertas, e nalguns casos encerrá-las.

A Dra. Virgínia Magalhães fez-nos aqui umas lembranças sobre a questão das Festas do Bodo, da retenção das águas. Deixe-me começar por lhe dizer que nós não sabemos se essa apreciação da retenção das águas é mais interessante para quem nos visita do que para quem cá vive. Nas suas contas, parece que é uma coisa só para os outros poderem fazer. Mas eu, que integro a Comissão da Bacia da Região Hidrográfica n.º 4, que é a que tem aqui o Rio Mondego, nunca encontrei nos relatórios – nomeadamente no último, que é de 2016 – motivos particularmente preocupantes relativamente à qualidade da água do Rio Arunca. Não encontrei. Temos episódios que se podem prender com o caudal mínimo que acontece nas alturas em que há menos chuva, e nomeadamente no mês de agosto, que é um episódio clássico há muitos anos, mas não disponho de análises de água que me permitam fazer as observações tão veementes como fez – e se as tem, eu gostava que as entregasse à Assembleia, porque é um contributo certamente importante. O trabalho de drenagem da rede da bacia do Rio Arunca está terminado há muitos anos, e tem aqui muitos dos Srs. Presidentes de Junta, a montante da cidade e a jusante, que sabem que não há descargas municipais para o Rio Arunca, há um emissário que faz a recolha de todas essas águas, mesmo que às vezes possa ter pontualmente problemas, tem mais no inverno, com as águas pluviais, do que tem no verão. Quero dizer-lhe que foi um trabalho gigantesco o de mobilização de capitais para se fazer a ETAR de Pombal, que é uma ETAR muitíssimo sofisticada, que há dois anos fizemos a limpeza de quinze quilómetros no Rio Arunca, precisamente para fazermos a proteção da galeria ripícola e a normalização do seu leito, e portanto, parece-me que isto são processos absolutamente evidentes, de quanto é que se tem investido – aliás, a maior obra pública feita no concelho nos últimos dez anos, eu diria mesmo de sempre, foi precisamente a ETAR de Pombal, para resolver este conjunto de problemas.

E portanto, percebo que tenha uma nostalgia por linhas de água que são mais abundantes, que correm com mais frequência, em territórios onde existe mais pluviosidade, onde as características do solo permitem outro tipo de circulação das águas, mas nós temos o rio que a natureza nos deu, que ao longo dos anos foi sofrendo modificações, que resultam de muitos furos – porque havia algumas destas zonas que não tinham abastecimento de água, e portanto, as pessoas tinham que solucionar para abastecimento humano – outros furos para a agricultura, e depois, durante muitos anos, uma construção em massa que foi utilizando o rio para as



MUNICÍPIO DE POMBAL

drenagens das águas residuais. Hoje isso já não acontece. E portanto, é evidente que a água, se ficar parada e tiver menos oxigenação, pode ter problemas, há instalações pecuárias licenciadas ao longo do Rio Arunca, que eu não lhe posso dizer se cumprem absoluta e escrupulosamente todas as suas obrigações, mas não tenho tido incidentes desses episódios – há uns anos atrás, nós conhecíamos muitas vezes estes episódios, seja sob o ponto de vista do cheiro, seja sob o ponto de vista da qualidade da água – não tenho tido relatos dos serviços de proteção da natureza, e muito menos da caracterização dos recursos hídricos, que é feita através desse trabalho que a ARH costuma desenvolver, para caracterizar as massas de água e poder estabelecer intervenções específicas e particulares para poder fazer a sua recuperação. E portanto, eu, pessoalmente, não tenho dados que me permitam dizer se a água do Rio Arunca, em todo o seu percurso, está nas melhores ou nas piores condições. E olhe que o Rio Arunca não é um rio qualquer; o Rio Arunca é capaz de ser o segundo ou terceiro rio maior da bacia hidrográfica do Mondego, com quase oitenta quilómetros de comprimento.

E portanto, nós temos feito várias diligências, as diligências têm sido todas na proteção das margens, na consolidação, no aproveitamento das águas – o Sr. Presidente da Junta de Pelariga está aqui, sabe muito bem a intervenção que foi feita em conjunto, com a autorização da ARH, para podermos proteger as valas de abastecimento na Freguesia da Pelariga, com uma pequena barragem feita pelo Município. E portanto, essa tem sido a nossa preocupação.

Sobre a intervenção do Dr. João Antunes dos Santos, não há propriamente aqui uma pergunta. De facto, nós hoje festejamos os vinte anos da nossa biblioteca, que foi um trabalho feito, à época, com uma enormíssima vontade de suprir uma carência, porque já na época, Pombal tinha duzentos e dois anos de atraso sobre aquilo que tinha sido a primeira biblioteca pública portuguesa, o que mostra bem a importância que tinha ultrapassarmos esse hiato tão significativo relativamente ao acesso das pessoas aos livros.

O Sr. Deputado Ricardo Ferreira fez aqui a intervenção sobre o Centro Escolar das Meirinhas, e eu percebo que passado quase um ano do processo eleitoral, ainda não tenha digerido os resultados eleitorais, mas parece-me que não traz grande elevação a esta Assembleia fazer a intervenção nos termos em que a fez. Pode-lhe parecer que seja uma coisa bonita sob o ponto de vista político, não será sob o ponto de vista estético seguramente, achar que está a Câmara Municipal assessorada por um conjunto de funcionários incapazes, e que não conseguem perceber atempadamente, ou porque não compreendem, ou fingem que não compreendem, os atrasos da obra. Vou-lhe ler, e posso facultar depois, a carta que o empreiteiro achou que nos devia escrever, porque eu estive na empreitada antes disso. E portanto, se acha que a intenção do Presidente da Câmara e dos dirigentes da Câmara, nomeadamente das obras municipais, é de evitar que as obras estejam prontas no início do ano letivo, eu fico a pensar que esse será o seu pensamento. Eu não penso assim, e como calcula, sempre que pudemos fazer estas obras cumprindo os calendários, foi isso que se fez, porque nós queremos que, de facto, as famílias tenham essa tranquilidade no arranque do ano letivo, e que tenham essa igualdade de acesso, e por isso é que fizemos muitas obras de centros escolares sem ter um tostão de financiamento comunitário, precisamente para encurtar essa diferença de tempo e de acesso às mesmas oportunidades. E portanto, como você nunca fez nenhuma, eu não lhe admito sequer que ponha



MUNICÍPIO DE POMBAL

em causa os serviços da Câmara, fazendo observações como aquelas que fez, porque acho-as absolutamente infundadas, e vou apenas considerar que no âmbito da Assembleia entendesse que elas se justificavam.

“A firma SOTEOL – Sociedade Terraplanagens do Oeste, Lda., com sede social (...) vem desta forma apresentar as necessárias justificações para os atrasos verificados na obra em questão.” Esta comunicação é do dia 29 de agosto de 2018, hoje é dia 25 de setembro, o ano letivo começou há quinze dias, fez quinze dias ontem. E portanto, quando eu tive ocasião de visitar esta obra em julho, um mês antes desta comunicação, pouco antes do Bodo, as condições não eram nada disto. Por isso, vamos ouvir aquilo que aqui está escrito e subscrito pelos dirigentes da empreitada, da empresa responsável, para se perceber, de facto, quais são as justificações. Podemos, ou não, concordar com elas, pode algum de nós, se quiser, desconfiar se elas são verdadeiras, mas em nenhuma circunstância vai encontrar que a Câmara não pagou, e que, portanto, pararam os trabalhos, ou que houve alguma dificuldade que resultasse de alguma questão da Câmara.

“Nesta notificação são dadas a conhecer as razões que fundamentam o comprovado atraso dos trabalhos da nossa empreitada de construção do Centro Escolar de Meirinhas, Processo n.º 23/2016, e que apesar de todos os esforços encetados para corrigir ou mitigar tais atrasos parciais verificados durante a sua execução, não foi possível encontrar soluções no âmbito do fornecimento e mão de obra compatíveis com tal recuperação. Assim, atente-se à complexidade dos trabalhos e dos revestimentos / acabamentos e sua compatibilização estética com as soluções construtivas e demais projetos de especialidade, indicamos os seguintes fatores como condicionantes ao cumprimento do prazo de execução anteriormente definido. Capítulo sobre trabalhos de impermeabilização, coberturas, fachadas e pisos...” – e portanto, temos aqui esta página toda, vou só ler os sublinhados, onde entre outras se diz: “Note-se que pela dimensão e configuração da obra, foi de todo impossível efetuar uma solução de proteção das coberturas e fachadas que permitisse acelerar os referidos trabalhos; outros trabalhos que careciam de finalização dos de revestimentos e impermeabilizações viram o seu início obrigatoriamente prorrogado, pois seriam necessárias medidas finais dos paramentos e golas acabadas. São exemplo destes trabalhos atividades críticas de instalação de caixilharias de alumínio, assentamento de fachadas ventiladas em painel fenólico, cuja adjudicação não foi penalizada, mas todo o processo de preparação, corte e montagem acabou por ser altamente condicionado, a fim de dar cumprimento à pormenorização estética requerida no projeto de arquitetura.” Isto começa com uma observação sobre: “O sistema de impermeabilização em poliureia projetada implica vários cuidados, nomeadamente a taxa de humidade base, impreterivelmente abaixo dos 4%. Devido ao constante período de chuvas verificado até ao mês de maio, as atividades adjudicadas e contratadas à empresa LAVALBLIC, no dia 14 de março de 2018, acabaram por ser executadas no final do mês de junho e com término em 9 de julho de 2018. A humidade verificada nas bases de assentamento dos revestimentos dos pisos vinílicos e resinas epóxi é ainda nesta data incompatível...” – estamos a falar no final de agosto – “... com o seu assentamento, pois encontra-se acima do limite máximo recomendado pelo fabricante instalador, conforme relatório submetido à fiscalização relativamente aos vinílicos e inspeções de



MUNICÍPIO DE POMBAL

comunicação verbal (...) Fornecimentos, subempreiteiros e mão de obra: não descurando a responsabilidade desta empresa enquanto empreiteiro geral de uma obra pública da dimensão e importância que o Centro Escolar das Meirinhas representa para todos, no seu processo de construção, desde o dono de obra até ao futuro utilizador; verifica-se que até à presente data ocorrem circunstâncias de mercado específicas e bastante repressivas no contexto dos fornecimentos gerais, tornando-se mais gravosa esta situação no fornecimento de alguns materiais cuja produção é limitada a um reduzido número de fabricantes, ou se verifica algum tipo de hegemonia concorrencial. Neste capítulo, que apesar de tempestivamente adjudicados, se encontra ainda em falta por escassez do produto no mercado nacional, são produtos em medidas finais fora dos standards de produção, e cujo processo de fabrico é controlado, mas esta empresa não tem qualquer influência nesse contexto, daí que não consigamos dar mais as respostas que os fornecedores nos fizeram chegar até ao momento. De acordo com as indicações não formalizadas por escrito, teremos as portas corta-fogo disponíveis em obra a partir da terceira semana do mês de setembro.”

Mais à frente diz: “O término dos trabalhos de serralharia, caixilharia de alumínio e instalação de guardas de proteção estão ainda a condicionar os arranjos exteriores do edifício, dentro do recinto escolar, uma vez que para a sua correta instalação serão necessários meios de elevação pesados, que acabariam por danificar os pavimentos, caso estes fossem primeiramente efetuados, e necessitam de um perímetro de acesso em manobra incompatíveis com implantação de mobiliário infantil, já disponível junto do fabricante, estando a ser protelada a sua montagem até à finalização dos anteriores trabalhos.” Estamos a falar de estruturas de caixilharias de alumínio que têm nove e dez metros quadrados, quatro metros e muito por dois de altura, ou dois metros e tal de altura. Portanto, são estruturas muito pesadas, e que precisam ter uma mobilização aérea através dos respetivos meios. “Os fornecedores estão, então, a sentir dificuldades na entrega dos produtos, materiais ou equipamentos, apesar de todos os fornecimentos terem sido atempadamente adjudicados. Tal facto dever-se-á ao excesso de procura face ao volume de oferta disponível no mercado. Será também condicionante a falta de mão de obra que os subempreiteiros e a nossa própria empresa sofre desde o ano de 2016, tendo-se verificado um claro agravamento desta situação desde o início do presente ano, com evidente fluxo de trabalhadores para o mercado estrangeiro. Este é um constrangimento geral vivido pelo mercado da construção, numa conjuntura que tem vindo a estabilizar ou a agravar o custo dos materiais e mão de obra capacitada, fator que em conluio com os anteriores pontos observados, não ajuda ao cumprimento dos objetivos e compromissos assumidos por esta empresa perante o Município de Pombal no âmbito desta empreitada. Posto isto, atendendo aos prazos indicativos dos fornecedores em falta, existe uma forte expectativa para que a empreitada termine durante o mês de novembro próximo.”

Parece-me que esta explicação, podendo ser mais ou menos do agrado de uns ou de outros, explica grande parte daquilo que são as dificuldades. E portanto, como eu não acredito que a vontade do empreiteiro fosse não cumprir, como eu não acredito que as razões aqui argumentadas não fossem verdadeiras, e que, de facto, comprovada que está a tempestividade com que as respetivas adjudicações foram feitas, há fatores que, às vezes, de facto, nos



MUNICÍPIO DE POMBAL

ultrapassam. E portanto, queria que removesse do seu pensamento e conclusões que alguém tem algum interesse deliberado em mentir, em enganar, em omitir ou falar sem conhecer as coisas, porque as coisas são acompanhadas devidamente, porque esta não é a primeira obra que fazemos, não é a primeira escola que terminamos, não é o primeiro ano letivo que fazemos, e portanto, queremos fazer essas coisas da melhor forma possível. E por isso, elas são ponderadas de maneira a que tenham condições para ser abertas no tempo previsto, e foi isso que foi feito, e quando isso não acontece, nem se criam as expetativas para que se pense que as escolas podem avançar nesses mesmos tempos. E portanto, creio que fica com este esclarecimento.

Sobre a questão da gastronomia, eu pergunto se entende que o facto de nos últimos dois, três anos, termos tido duas novas atividades feitas nas freguesias do concelho, que não tinham apresentação da sua gastronomia, significa um desinvestimento. Nós não tínhamos as tabernas da Mata Mourisca, que este ano comemoraram o terceiro ano, nós não tínhamos as favas nas Meirinhas, e nós não tínhamos os apoios que são dados hoje ao Bodo das Castanhas, à ALITEM, às tasquinhas da Ilha e à FAGO, que tinham noutros tempos. Estamos a falar de valores substanciais, sob o ponto de vista da promoção, sob o ponto de vista do enriquecimento do nosso território. Agora, há uma coisa que não pode pedir à Câmara – para agora, porque nós já fazemos muita coisa que temos que fazer: é que nós tenhamos que inventar receitas, ou ter que as distribuir, ou fornecer os produtos. Deixemos ao nosso território, às pessoas, essas características. Eu quero, aliás, até aqui aproveitar para saudar a Confraria do Tortulho, que agora se acabou de constituir em Vila Cã, e que é mais uma prova evidente dessa mesma intenção de assinalar essas particularidades. E portanto, ao contrário daquilo que acabou por dizer, nós temos manifestações genuínas da população, das associações, de cidadãos interessados, que representam estudo, importância e atividade para dar consequência a este tipo de características que nos individualizam, que nos caracterizam, que têm muito a ver com a nossa identidade.

Deixe-me dizer-lhe, acrescentando, que a participação dos Municípios no concurso que referiu só era admitida se fosse em associação com outros Municípios. E portanto, não havia condições para que o Município sozinho pudesse concorrer, e não houve essas condições no âmbito das Terras de Sicó para que isso pudesse ir avante.

Agradeço a intervenção do Sr. Deputado João Matias sobre as questões dos inquéritos que foram feitos nas diversas escolas. Calculo que tivessem sido escolas do 2.º e 3.º ciclo e secundário – se calhar até mais do secundário – e portanto, se entender que é oportuno para a Câmara conhecer esses relatórios, teremos muito gosto em conhecê-los – como, aliás, sempre que alguma organização de juventude os produz, os podemos conhecer, discutir e ter em linha de conta para outras medidas, e ajudar-nos a desenvolver políticas adequadas.

A Sra. Deputada Célia Cavalheiro fez aqui a observação de como ficou o caso do eucalipto. Eu creio que ainda não está resolvido, e portanto, calculo que haja uma entidade que o apreciará. E estou certo que da mesma forma com que conseguiu explicar que era uma brincadeira, que o próprio conseguirá também mostrar a quem terá que apreciar o assunto que se tratava apenas de uma brincadeira, porque também se não fosse uma brincadeira, também tinham tirado a licença para plantar os eucaliptos, e também não tinham tirado. Portanto, deve ter sido mesmo uma brincadeira.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sobre as obras na Ponte da Assamaça, eu não sei se se está a referir à Rua São João de Deus ou à Rua da Escola. Se estiver a falar destas, estão adjudicadas; se estiver a falar de outras, não lhe sei responder. Calculo que sejam estas duas. Mas, na medida do possível, sempre que os Srs. Deputados consigam identificar as ruas, nós assim conseguimos trabalhar com um nível de precisão bastante mais adequado.

Eu agradeço a proposta apresentada sobre a metodologia de como fazer obras públicas, e estou certo que haverá, de facto, quem entenda que isso levaria a algum lado, mas nós não podemos dizer na mesma intervenção que deve ser explicado às pessoas como se tivessem quatro anos, e achar que essas mesmas pessoas que não percebem, porque tem que ser explicado como se tivessem quatro anos nos venham dizer como é que as coisas devem ser feitas. E portanto, se a ideia é ouvir os cidadãos, deixe-me aqui recordar a todos que foi há quatro anos que esta Câmara iniciou a auscultação dos cidadãos quando tem projetos para apresentar; já fizemos mais de trinta apresentações públicas, porque eu acho que isso é importante, e há observações que são feitas que têm muita pertinência e são muito úteis para fazer correções, e são tidas em linha de conta. Isso tem acontecido. Agora, também é verdade que temos projetistas que são contratados porque têm essa missão, e têm essa especificidade e essa capacidade, que têm os seus princípios, têm as suas metodologias, e que nós também devemos respeitar, até porque sendo engenheira, sabe que há direitos de autor que nós devemos, na medida do possível, respeitá-los, mas sem que isso signifique que haja uma imposição de vontades, ou que às vezes critérios de boa utilização, de funcionalidade dos respetivos espaços não sejam transmitidos a quem projeta, porque isso normalmente é um contributo de uma dimensão muito significativa e muito positiva para que os projetos sejam bem sucedidos e para que as obras, de facto, correspondam a essas necessidades. Eu acho que nós temos feito isso em muitas dessas situações, e recordo-lhe, por exemplo, o que tem acontecido com os espaços de acesso às escolas. Tem existido, de facto, essa intenção deliberada para que haja essa normalidade de acesso, a olhar precisamente na ótica dos utilizadores, dos pais, das carreiras dos autocarros, da entrada e saída dos miúdos, da autonomia das crianças. Quem fala disto, fala de muitas outras situações, nomeadamente com elementos que sob o ponto de vista histórico têm um significado que não pode ser desconsiderado nas respetivas intervenções.

O Sr. Deputado Vítor Gomes, que aqui quero saudar, que aqui volta outra vez a participar na nossa Assembleia, deixe-me talvez esclarecer que, antes de mais, relativamente àquilo que questiona, aquilo que é o papel da Câmara Municipal, a Câmara Municipal tem dois papéis muito importantes antes de chegarmos ao direito de protestar – porque para esse, como sabe, não precisa de autorização da Câmara: é o de cumprir a Lei e de a fazer cumprir, e é o de proteger e defender o património público. E essa é, de facto, uma obrigação que não pode ficar no livre-arbítrio do Presidente da Câmara, dizendo que isto era a brincar, ou isto era a sério, isto era com intenção, isto era sem intenção. Aliás, deixe-me dizer-lhe que em rigor, é bom que seja uma terceira entidade a fazer essa avaliação, precisamente para não haver conclusões precipitadas de que quem gere é simultaneamente o julgador de quem possa utilizar mal esse património público. Ainda bem que há separação de poderes, e ainda bem que existem tribunais para fazer esse oportuno julgamento. Esse é o Estado de Direito; aquele que o senhor aqui quis sublinhar como



MUNICÍPIO DE POMBAL

estando mal era precisamente aquele em que quem protegia era quem julgava, e aí sim, dava-se uma arbitrariedade totalitária, que o senhor condena, e eu também condeno. E portanto, acho que aqui, com esta segregação de funções, mal seria que fosse o Município o avaliador julgador da afetação do património público, porquanto haverá, com certeza, boas razões para se poder explicar que foi uma forma diferente de manifestar um desagrado.

De todo o modo, eu aqui quero dizer-vos que a obra, não tendo sido recebida, a responsabilidade da sua manutenção e as consequências civis e jurídicas da má utilização daquele espaço serão sempre da responsabilidade do empreiteiro. E portanto, qualquer prejuízo – como, aliás, acontece com alguma frequência, sempre que existem obras mal sinalizadas, problemas e prejuízos – são demandados os respetivos empreiteiros para responderem no âmbito da responsabilidade civil, enquanto a obra não for entregue ao Município. Portanto, esta é a regra que vamos continuar a utilizar.

Sobre o Centro de Interpretação de Sicó e as perguntas que fez: as funções são exatamente as mesmas. E portanto, eu recorro, há uns anos, a instalação de painéis do Partido Socialista apelando à construção do CIMU-Sicó e daquele projeto. Portanto, os critérios funcionais que lá estavam são exatamente os mesmos que os senhores reclamavam há um tempo atrás, é exatamente a mesma coisa. Tem uma parte expositiva, tem uma parte de acolhimento e de alojamento, tem uma parte de cafetaria, tem uma parte de salvaguarda do espólio das escavações arqueológicas que foram feitas na Buraca Grande e na Buraca Escura, tem uma lógica de promoção da Serra de Sicó, todos esses conceitos estão lá, exatamente no mesmo projeto. É isso que lá está, e é isso que será desenvolvido. E não tema pela utilização destes espaços, porque foi em 2011 lançado este concurso, que ficou adjudicado a uma empresa que depois não executou a obra, e depois já foi no anterior mandato que se lançou esta obra, e que, evidentemente, vai ser concluída e posta a funcionar para promoção e interpretação da Serra de Sicó.

Sobre a OPA Florestal, também me parece que a conclusão de que ninguém tem competência para executar as coisas, de facto, eu acho interessante como é que se pode tão rapidamente entender e tirar conclusões precipitadas sem sequer se saber qual é o ponto de situação das coisas. Deixe-me começar por lhe dizer que se houve matéria em Portugal que modificou radicalmente, em todo o país, abrangendo todos os portugueses, foram as matérias da floresta, desde junho de 2017, e que o quadro legal, o quadro funcional, o quadro de responsabilidade, o quadro político que esta matéria tem não tem nada a ver com aquilo que existia antes. E ainda bem que esta Câmara e que esta Assembleia Municipal não precisaram de nenhum cataclismo para abrir os olhos, se bem que já o tínhamos sofrido em 2005, e na altura, o Primeiro Ministro esteve aqui nesta sala, e achava sempre que estas matérias eram excitações dos autarcas, que queriam protagonismo, porque o assunto não tinha esta dimensão. Era o Ministro da Administração Interna, na altura. Ainda bem que nós entendemos que devia haver um plano para as florestas há cinco anos, ainda bem que nós entendemos que tínhamos que promover a floresta, ainda bem que nós articulámos com as Juntas de Freguesia as faixas de limpeza, e que este ano ultrapassámos os duzentos e dez hectares de limpeza, ainda bem que adjudicámos mais de quinhentos hectares de limpeza nas freguesias, de prioridade 1 e 2, para se fazer as limpezas que os proprietários não fazem, ainda bem que instituímos um sistema tributário que agrave aqueles



MUNICÍPIO DE POMBAL

que não o paguem, ainda bem que temos mais equipas de sapadores florestais, ainda bem que fazemos mais articulação com as freguesias na proteção geral da floresta e na promoção da sensibilização, porque essas atividades são feitas com as freguesias, com as paróquias, com a GNR e com todas as forças vivas. Esse tem sido o nosso trabalho. E esse trabalho tem sido feito para quê? Para proteger a floresta, para proteger as pessoas. E portanto, nós não podemos confundir um meio com um fim; e é fácil confundir um meio com um fim, é achar que as coisas estão ali, e o cenário mudou radicalmente. E portanto, a ideia continua a ser uma boa ideia, mas posso dizer-lhe os terrenos florestais que foram adquiridos nos últimos anos. Olhe, tenho aqui esta listagem toda, mais esta e mais esta, só aqui estão quarenta e cinco parcelas adquiridas, e que, entretanto, vamos continuar, e para a semana tenho mais uma escritura, mais umas sete ou oito. Portanto, este tem sido o trabalho que temos desenvolvido, tem aqui mais outra junto ao parque industrial Manuel da Mota, em 2016, de um prédio também com trinta e tal mil metros quadrados. Portanto, isso tem existido, mas como calcula, o importante foi este ano assegurarmos cem metros de limpeza de proteção ao parque industrial Manuel da Mota, que estão feitos, estão lá, cem metros de limpeza, fazer a limpeza dos perímetros do parque industrial da Guia, fazermos as limpezas nas Freguesias de Abiul, da Redinha e de Carnide, para as faixas de proteção junto das principais habitações não terem o risco, cumprindo aquilo que estava estabelecido na Lei, com uma grande colaboração por parte dos proprietários, que fizeram eles próprios limpeza de praticamente oitenta por cento (80%) das áreas todas que tinham que ser limpas. Também a circunstância de termos nesta altura a discussão do Programa Regional de Ordenamento Florestal, onde tive ocasião de estar com o Sr. Secretário de Estado, na passada semana, na comitiva da CIM, chamando precisamente à atenção daquilo que eram circunstâncias que iam ao arrepio daquilo que têm sido as boas políticas que têm sido desenvolvidas, porque foi a Câmara e foi a Assembleia Municipal, em boa hora, em 2015, que aprovou no nosso Plano Diretor Municipal condições para que em nenhuma circunstância tivéssemos na transição do espaço urbano para o espaço rural a possibilidade de termos zonas florestais intensivas junto aos núcleos urbanos.

Mas, sabe o que é que eu aqui tenho? Eu tenho aqui o processo de licenciamento do ICNF, dos pinhais que foram licenciados na encosta da Pelariga e junto às reservas estratégicas do gás nacional, devidamente autorizado, apesar dos pareceres negativos da Câmara Municipal de Pombal. É isto que eu aqui tenho neste processo. E portanto, não basta, às vezes, o Município ter esta vontade de fazer estes investimentos, e ainda antes de os outros dizerem como é que se entra em terreno privado e se fazem as limpezas, já os Srs. Presidentes de Junta faziam isto há três anos, e tinham conseguido dirimir uma série de circunstâncias, e nós, em mais de setecentos hectares de limpezas feitas nos últimos quatro anos, tivemos duas reclamações: uma na Redinha – o Sr. Presidente da Junta sabe bem, e o cidadão nem era do Concelho de Pombal – e uma outra, creio que no Louriçal, uma situação que foi rapidamente resolvida pelo Sr. Presidente da Junta. E este tem sido o trabalho efetivo, de sensibilização, trabalho, e por aí fora. E portanto, nós estamos no bom caminho, tomara eu que os cidadãos tenham todos esta apreciação das condições florestais que têm e que façam a exploração das respetivas propriedades. Agora, têm que existir planos nacionais que vão ao encontro disso, e aquilo que nós fomos dizer ao Sr.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Secretário de Estado é precisamente essa circunstância. Talvez por isso o Concelho de Pombal não esteja lá naqueles em que vai aumentar a área de plantação de eucaliptos, e na zona da Comunidade Intermunicipal de Leiria estavam mil e seiscentos hectares de eucaliptos propostos, novos. É isto tudo que nós temos que ter em atenção, para perceber de que forma é que mitigamos os riscos. E portanto, estamos a trabalhar nesse aspeto, porque a OPA é um meio, mas faz parte de um conjunto bastante mais vasto para irmos para fins mais nobres do que propriamente ter apenas por ter.

Sobre a utilidade da Quinta de Santana, exatamente a mesma do critério com que originalmente foi adquirida: promoção do território, promoção de atividades turísticas, acolhimento de cidadãos, exploração de atividades de caráter social. Agora, vamos ver se neste caderno de encargos – eu quero aqui relembrar a Assembleia que nós, por duas vezes no anterior mandato, aprovámos aqui cadernos de encargos e programas de concursos para lançar este concurso público – se é desta vez que temos alguém interessado, porque tivemos que abrir o âmbito desta proposta precisamente para considerar se pode haver cidadãos que acham que o importante é ter um restaurante, outros acham que é um hotel, uns acham que é um hotel, mas ligado aos cavalos, outros podem achar que deve ser um campo de férias, outros podem achar que seja uma instalação de nível A+, para cidadãos que queiram pagar mais pelos seus quartos. Tudo isto tem que ser tido em linha de conta, porque é nesse universo de potenciais investidores que nós temos que nos movimentar; porque também é verdade que nós não nos satisfazemos com a exploração da Quinta apenas por ser um restaurante. Acho que é pouco, e se for para isso, acho que teremos que pensar, se não houver interessados, em alienar a Quinta, se, de facto, não houver interesse nenhum, e que nós não consigamos através dos mecanismos à nossa disposição de pôr à disposição dos cidadãos, sendo património público, aquele património que lá está.

Nicolle Lourenço, sobre as questões do pré-escolar; agradeço as observações feitas relativamente a estas iniciativas, que acho que é importante a Assembleia conhecê-las com algum detalhe, nomeadamente estes projetos para o pré-escolar e para o 2.º ciclo relativamente à potenciação do sucesso escolar. E portanto, continuamos a fazer este trabalho, que espero que no futuro possa ser desenvolvido, porque eu não tenho dúvida nenhuma de que será acolhido.

Junta de Freguesia do Louriçal, agradecer as suas palavras, o mesmo acontece em relação ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca.

Para terminar, eu acompanho a preocupação do Sr. Presidente da Junta de Almagreira sobre qual é a organização dos cuidados de saúde primários que temos no nosso concelho. Aliás, a Assembleia Municipal conhece a minha posição sobre as duas unidades de cuidados de saúde personalizados criadas – Vale do Arunca e Sicó – à revelia da Câmara, à revelia da Assembleia, à revelia dos Srs. Autarcas, à revelia do nosso território, sou frontalmente contra. E essa é a razão por que a única matéria – estão duas, a mais importante é esta que está no plano de ação que foi aprovado pelos Pombalenses, que é a de se conhecer e participar ativamente nessa reorganização dos cuidados de saúde. Porque aquilo que nós sabemos – e não vamos escamotear – é que a Administração Regional de Saúde – não me interessa qual é o Governo; quando eu tive que criticar o Governo do PSD também o fiz – não pode impor o seu modelo e dizer: “Bem, agora já temos aqui UCSP, e agora vamos fazer aqui uma Unidade de Saúde Familiar para



MUNICÍPIO DE POMBAL

agregar estas freguesias todas.” E deixem-me dizer-vos já, se a proposta que existir for de fazer USF’s juntando a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados do Arunca e a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da Sicó, eu sou frontalmente contra. Sou frontalmente contra. Não é razoável nós não sabermos se a Unidade de Sicó fica no Vale do Arunca, se fica nas Meirinhas, se fica em Vermoil, se fica em Santiago, se fica em S. Simão, se fica em Albergaria, se fica em Vila Cã – reparem as distâncias, as estradas, isto é de quem não tem a mínima noção do que está a fazer. Ou estarmos a discutir se a do Vale do Arunca fica na Pelariga, fica em Almagreira, fica no Louriçal – acho que a divisão é mais ou menos esta, e Abiul não sei bem onde é que fica. Esta é uma discussão que é provavelmente a discussão mais importante, e essa tem que ser uma discussão feita como deve ser. Mas, significa que nós vamos deixar de ter condições de saúde durante quantas décadas? Não fazemos investimentos? Sim, porque em Almagreira, ainda agora recebi no primeiro trimestre dois mil e setecentos euros (2.700€) da conta da luz, da conta da água, da renda, da médica que lá está, que continua a existir, como acontece em Albergaria dos Doze.

Portanto, nesse aspeto, tem sido feito um esforço da nossa comunidade, afetando recursos para garantir este conjunto de soluções. E já percebemos que ou há envolvimento das autarquias – e nós também já lemos todos o processo de descentralização, e daqui a pouco já lá vamos, e percebemos que não é isso que lá está escrito, relativamente às intenções da Lei-Quadro relativamente à participação dos Municípios. A nós não nos interessa limpar vidros, e limpar o chão e casas de banho do Centro de Saúde; a nós interessa-nos é essa participação que o Sr. Presidente de Junta aqui muito bem sublinhou. E depois, sim senhor, as outras matérias virão, porque nós conseguimos de certeza fazê-las muito melhor do que fazê-las à distância, como nas escolas. Mas, não podemos deixar de participar nessas opções, porque se elas forem impostas, não vão dar resultado. E por mim vos digo, se a proposta for converter as UCSP em USF, eu sou frontalmente contra essa solução, e espero que a maior parte de vós também seja, porque não é manifestamente a solução. Nem as farmácias de serviço sabem quem são as unidades e as extensões de saúde que estão de serviço para poderem avisar as pessoas onde é que elas devem ir. Portanto, perceba-se bem que o sistema que temos não funciona. Não funciona. E portanto, temos que puxar pela cabeça, se calhar fazer unidades mais pequenas, se calhar fazer polos de outras unidades, mas garantir essa proximidade. Está-se mesmo a ver que uma pessoa de Vila Cã passa por Pombal para depois ir a Vermoil tratar da saúde, fica logo no hospital, é evidente, nem se pergunta duas vezes, se tiver transporte. É um assunto da maior importância, que, aliás, eu tive ocasião já de expressar à nova Presidente da ARS do Centro, mas só com trabalho e boa articulação política entre todos. Nós temos essa vontade, sabemos que é dos assuntos mais importantes, mas percebemos que nem sempre são discussões fáceis, mas que em nenhuma circunstância devem debilitar as condições de conforto, de acolhimento, de funcionamento, mas também de atratividade dos profissionais de saúde – como bem lembrava o Dr. João Coucelo – porque é evidente, ninguém fica à espera, caros membros da Assembleia Municipal, ninguém fica à espera que um profissional de saúde que estudou dez anos queira hoje iniciar a sua vida numa extensão de saúde com as características que a maior parte das nossas têm. Ninguém fica à espera disso. A nossa obrigação é criar as melhores condições de acolhimento, de compromisso



MUNICÍPIO DE POMBAL

da comunidade, porque isso, sim, nos dará, se calhar, mais vantagem sobre os restantes, não só sobre as condições, não só sobre o acolhimento, não só sobre a vida social, mas acima de tudo de um grande entrosamento entre aquilo que é a necessidade da comunidade, a parte clínica, essa participação dos diversos clínicos que têm que compor uma Unidade de Saúde Familiar, porque também, como bem sabem, se os clínicos não apresentarem essa proposta, ela também não vai avante. Portanto, já não basta apenas dizer o que é; é quem é que quer fazer. E isso obriga a que, de facto, os clínicos, os administrativos e os enfermeiros estejam de acordo para poder cumprir esse novo desiderato, porque são os únicos profissionais públicos portugueses que só farão isso se quiserem. Todos os outros cumprem as normas; estes não cumprem, têm uma regra especial para isso.”

O Deputado **Ricardo Ferreira** usou novamente a palavra:

“Sobre a parte do Centro Escolar das Meirinhas, começar por dizer que a referência ao resultado eleitoral naquela freguesia não fará muito sentido da parte do Sr. Presidente da Câmara, mas no fundo demonstra que as vossas inseguranças naquela freguesia continuam bem presentes.

E depois, dizer que as declarações que diz infundadas, que fiz sobre a conclusão do Centro Escolar, onde eu me baseio é em notícias dos órgãos de comunicação social, entrevistas, nomeadamente ao Presidente da Junta de Freguesia das Meirinhas. Portanto, não são infundadas, ou então estamos a questionar o trabalho dos órgãos de comunicação social.

Depois, pelo que percebi, os responsáveis da obra só se aperceberam desse monte todo de coisas que referiu que faltavam fazer a duas semanas, ou pouco mais, da data de conclusão da obra, pelo que percebi. E o senhor acredita nisso? Eu não.

Sobre a parte da gastronomia, eu referia-me à promoção para o exterior do concelho, não era dentro do nosso concelho. Dentro do nosso concelho já conhecemos muito bem os pratos que temos. E também não lhe pedi para criar receitas; essas já estão criadas. E conheço bem o caso que referiu, de Vila Cã, da nova Confraria.

E um ponto final, na parte que mencionou, que as candidaturas ao concurso “Sete maravilhas à mesa”, só era possível candidatar-se através de um conjunto de Municípios, diz no Ponto 8 do regulamento das candidaturas o seguinte: “8.1 – Quem se pode candidatar: a) qualquer entidade pública, nomeadamente órgãos de turismo, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, comunidades intermunicipais; b) associações, federações, ONG’s; c) restaurantes e alojamentos turísticos; d) pessoas individuais ou coletivas de natureza privada.” E temos um exemplo muito concreto, que é o Concelho da Batalha, que se candidatou individualmente.”

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu conforme se transcreve:

“Eu não vou discutir regulamentos, nem alíneas de regulamentos, como calcula, porque o regulamento é mais do que isso, não é apenas isso. Mas, deixe-me dizer-lhe que transmitirei aos empreiteiros a sua desconfiança sobre a veracidade da comunicação.”

Neste momento, a **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao 1.º Secretário da Mesa, **Manuel Santos**, para proceder à chamada final dos membros da Assembleia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2 – Período da ordem do dia;

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Aberta a discussão, interveio o Deputado **Manuel da Mariana**, como se transcreve:

“A minha intervenção é uma intervenção simples, e tem já, se calhar, aqui algum andamento, por isso é mais rápida. Tinha a ver, de facto, com a questão das obras e com a questão da abertura do nosso ano letivo nessas escolas. Claro que se verificou algum atraso, não há ninguém que queira que esses atrasos aconteçam, há justificativos, há fatores, há uma série de condicionantes, mas também é natural que nós possamos obter a informação, que nem sempre está disponível a informação do Sr. Presidente, que as taxas de execução aparecem na informação, e muito bem, mas depois há ali momentos em que nós não sabemos se há incumprimentos, se há cumprimentos, o que é que se está aqui a passar nestas coisas. Felizmente, o ano letivo arrancou sem problemas, em qualquer das situações, tanto nas Meirinhas, como no Travasso, penso que mesmo na Escola da Guia – essa aí é que é mais preocupante, e era a questão que eu queria colocar. Eu penso que, neste momento, a execução da requalificação da Guia está para aí nos trinta e seis por cento (36%), segundo informação do Sr. Presidente. Julgo que aquilo vai ser difícil, serem cumpridos aqueles prazos. Como é uma obra de requalificação, vamos admitir sempre que há ali surpresas numa obra daquelas, que vão haver ali derrapagens. Quando é numa obra de raiz, já não se justifica tanto, porque os cadernos de encargos são feitos, provavelmente há de haver ali alguma responsabilidade depois nas execuções. E a minha questão era esta, relativamente à EB 2/3 da Guia, se se prevê que, de facto, até ao final do ano económico (até dezembro, que penso que é prazo de execução da obra), se aquilo estará concluído, ou não. Pronto, era esta informação. E a segunda informação também, já agora, tem a ver com a requalificação da 109, também na Guia, por causa do problema que está lá agora criado com aquela rotunda. Eu sei que finalmente se vai avançar para o processo de expropriação. A questão é esta: aquela obra está por concluir – falta a asfaltagem, penso eu, e as marcações – e a pergunta é – e o Sr. Presidente poderá ter alguma ideia sobre isso e esclarecer-nos – é que aquela expropriação pode ser uma coisa para demorar três, quatro anos, provavelmente, e se não haveria ali um plano B, de forma a que se pudesse avançar com a obra, e esperar depois pela rotunda. Se isso é possível, ou não, se está previsto.”

O Deputado **Humberto Lopes** fez a seguinte intervenção:

“Eu vou usar este ponto aqui para falar de três assuntos que são caros à Freguesia de Almagreira. E começo pelos transportes escolares. Já aqui foi falado na educação, do início do ano escolar, e eu volto a falar no assunto, que no fundo é o mesmo, transportes escolares. No fundo, é um alerta que eu faço, e um pedido aqui também ao Executivo, para tentar ajudar-nos a resolver um problema que eu sei que não é criado pela Câmara. Em Portugal, o ensino é gratuito, é o que está escrito, mas depois os encarregados de educação têm que desenrascar a questão do transporte. Ou seja, o que eu pergunto é qual é que é a igualdade que está em vigor das pessoas que vivem num lugar de uma freguesia para as pessoas que vivem no centro da



MUNICÍPIO DE POMBAL

cidade. Percebemos todos que não há igualdade de acesso. E temos pelo menos uma carreira, conseguimos uma carreira que só à segunda-feira é que faz a hora de almoço – portanto, imaginamos todos, quem tem filhos na escola, em horários escolares com tardes e manhãs livres, facilmente percebe que vão haver ali quatro dias em que os miúdos, ou vêm às sete da manhã para a escola, e vão estar aqui uma manhã, sabe-se lá a fazer o quê, ou depois ficam uma tarde também ali, e os pais vão ter que arranjar forma de se desenrascar. Ou trabalham, ou põem os filhos na escola. É esse alerta, porque não percebo, sinceramente, com estes anos todos, este retrocesso, porque se calhar há trinta anos atrás prestávamos um melhor serviço de transportes nas freguesias. Eu falo pela minha freguesia; as outras freguesias, daquilo que eu conheço, devem estar exatamente na mesma condição.

Quando eu ouço falar em Lisboa que vamos reduzir, segundo as notícias, os preços dos transportes, e eu lembro-me que Lisboa não é Portugal, ou então se calhar é, e o resto é paisagem, e estamos todos aqui a pagar os transportes que nunca vou utilizar, e uma criança que eu tenho no SASE ou no Vale de Nabal, vai ter que vir a pé para Pombal ou para Almagreira, à segunda, e depois ter que esperar por um autocarro para Almagreira, e depois para Pombal. Pergunto: trinta anos depois, em que pé é que estamos a nível de transportes escolares? Eu percebo todo o esforço do Município; agora, nós, na Junta, temos que dar resposta às pessoas.

Em contraponto, temos depois os colégios privados, e temos o caso do Instituto, que consegue negociar com a própria Transdev – se fosse outro tipo de empresa, uma empresa diferente, eu até percebia que podia haver outras condições – e consegue negociar outro tipo de horários e outro tipo de carreiras. Este é o alerta que eu faço, e o pedido que eu faço uma vez mais. Sei que o Município está empenhado em resolver este problema, nós também, nós tivemos o cuidado de ligar a todos os pais de todas as carreiras que passam pela freguesia, na nossa e não só, para conseguir arranjar aqui uma forma de ajudar a resolver o problema. Sabemos que não é nossa função, não é nossa competência, mas se não formos nós, quem é que ajuda as famílias, pergunto eu.

Um outro ponto, também deixar aqui nota, e agradecer o apoio do Município na questão dos caulinos. É referido aqui na informação do Presidente, na página 89, quem tiver curiosidade de ler, todas as démarches que foram feitas pelo Município, e agradecer uma reunião que houve no dia 6 de julho, no terreno, na sequência de outras que tivemos com a própria empresa, fomos ao encontro da própria empresa, como eu já disse aqui na última Assembleia Municipal, em que esteve presente o vereador do pelouro, o Eng.º Pedro Murtinho, no terreno, ou seja, no sítio em que está e foi iniciada a exploração. E o compromisso com todos os moradores que quiseram estar presentes, daquelas moradias ali ao lado, e o compromisso que tivemos da empresa, e que fica aqui também, é que a empresa suspendeu os trabalhos e só os irá iniciar quando tiver dado resposta a todas as questões que foram levantadas pelo Município à própria Direção Geral de Energia, que até à data ainda não respondeu – é outro problema que temos, aí está o Estado, o Governo, a resolver as questões em Lisboa, e depois nós aqui, na aldeia, a ter que aparar tudo.

O outro problema, que também não é novo, tem a ver com as florestas. Já foi aqui falado, é outro tema que é caro à minha freguesia. O Município tem-se empenhado muito nesta matéria, e o Presidente já o disse há bocadinho, e louvo todo o esforço, e também dos voluntários, queria aqui



MUNICÍPIO DE POMBAL

frisar, das brigadas de voluntários que até hoje – e digo “até hoje” porque ainda hoje andámos a fazer vigilância, e isso de graça, pessoas que tiram do seu tempo, a sua tarde, a sua manhã, para fazer vigilância de graça pela floresta dos outros, porque muitos nem floresta têm. Agora, dão um pouco do seu tempo. Por quê? Não se estão a substituir a ninguém; estão a ajudar a preservar o nosso património.

Um problema que eu tenho sentido, e é esse apelo que eu faço ao Município, e ao próprio vereador do pelouro, que é a questão dos caminhos florestais. O que é que eu tenho sentido? Temos vários pedidos de novos caminhos, nos últimos doze anos abrimos mais de quinze quilómetros de caminhos florestais, a seis metros – e quem esteve em incêndios percebe que é a medida, se não é ótima, é o mínimo; a questão é depois a manutenção. O que eu peço uma vez mais é que haja um plano de manutenção dos caminhos, para que aquelas pessoas que nós conseguimos convencer a cortar as árvores, a fazer o alargamento, a ceder gratuitamente os terrenos, que nos permitam hoje, amanhã, daqui a um ano, dois anos, continuar este trabalho. Este é um trabalho que não acaba, toda a gente já percebeu, e todos os meus colegas Presidentes de Junta já perceberam. Este trabalho vai ter que continuar. E se nós não procedemos a esta requalificação, a esta manutenção, as pessoas deixam de acreditar em nós, começam a dizer: “Mas, há cinco anos cedi um terreno, e agora isto está neste estado?” Vamos ter que, entre todos, eu como Presidente de Junta, e já o assumi, disponibilizo-me uma vez mais para ajudar, os meus colegas certamente farão o mesmo, mas temos que contar com o apoio do Município, porque financeiramente não temos, nem as ferramentas, nem os meios para desenvolver esse trabalho. É esse o apelo que eu faço.”

Respondeu o Presidente da Câmara Municipal:

“Sobre a pergunta do Dr. Manuel da Mariana, sobre a questão da Escola da Guia, o prazo, se a memória não me está em falha, é fevereiro de 2019. Fevereiro de 2019. E foi também por essa razão que se entendeu que era oportuno nós instalarmos os contentores, porque os contentores não são financiados pelo Estado, não são elegíveis para financiamento comunitário, e portanto, entendeu-se, uma vez mais substituindo-nos à Administração Central, que o deveríamos fazer.

As surpresas que podemos ter não é de encontrarmos coisas que não estávamos à espera, porque essas não podem ser feitas no âmbito desta empreitada; podem ser fornecimentos, mão de obra, condições climatéricas, essas podem ser surpresas que nos podem atrasar, mas há também uma componente importante de instalações elétricas e de ar condicionado, que tem um peso muito grande normalmente nestas obras, e portanto, às vezes o facto de termos, a seis meses do final da obra, ou quatro, cinco meses, trinta e seis por cento (36%), pode não significar necessariamente que a obra não se consiga executar, até porque normalmente o que está feito é sempre mais do que o que está pago, e o que está aqui é o que está pago, porque basta haver um ou dois autos em trânsito que ainda não estão liquidados. E portanto, não tenho indicação nenhuma de que este prazo não seja cumprido, e se houver algumas novidades, também serão dadas.

Sobre a requalificação da Estrada 109, no acordo feito com a Infraestruturas de Portugal, a asfaltagem e as marcações horizontais são da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal. A indicação que eu tenho é que esse processo não está adjudicado, deve estar em concurso, e portanto, estará próximo de ficar terminado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relativamente à expropriação, é no âmbito do processo de expropriação que nós eventualmente podemos tomar posse administrativa, o que poderá viabilizar a execução dos trabalhos, sem prejuízo de o tribunal vir mais tarde a avaliar quais são os montantes correspondentes para se fazer a respetiva indemnização. Portanto, vamos aguardar que isto aconteça. Nós fizemos três ou quatro propostas, posso dizer-vos que na última proposta, o que foi apresentado foi que cada metro quadrado da área edificada – que ainda por cima foi embargada porque foi feita a coberto de uma autorização que não era suficiente para as características da intervenção, e portanto, os cerca de oitenta metros quadrados que tinham um polígono que estava a ser requalificado, nós oferecemos a cem euros (100€) por metro quadrado, e apresentámos os dezassete euros e meio (17,50€), que era o valor que estávamos a apresentar a todos os outros proprietários que cederam terreno non aedificandi, considerando que estão no espaço-canal da via municipal, e não apresentámos apenas propostas para a parte do terreno que precisávamos, mas sim para o terreno inteiro, no pressuposto de que a pessoa não teria depois utilidade no restante terreno. E portanto, a proposta foi bastante substancial, e julgo que não pondo em causa os critérios de aquisição que temos utilizado para a Guia, era uma boa proposta. Não foi aceite, e portanto, terminada que está a parte negocial, temos que utilizar os meios judiciais que estão à nossa disposição, que neste caso é a expropriação e a posse administrativa, se vier a declarar-se necessária, para podermos acelerar. Agora, como sabe, nós não podemos fazer intervenções em espaços onde os proprietários não autorizaram, não nos legitimaram a ocupação, e portanto, temos que aguardar, evidentemente. Eu peço às pessoas que têm contato com a família que de alguma forma possam ajudar também a que haja esta anuência, até porque eu acho que, em rigor, a avaliação que venha a ser feita do que está executado – e reparem, num processo negocial eu admitia prescindir da contraordenação por se ter feito uma edificação em desconformidade com o que tinha sido comunicado à Câmara, e eu pergunto: e agora, acham que devo prescindir dessa contraordenação? Evidentemente que não. Num processo negocial, isso faz algum sentido; num processo judicial, não faz sentido rigorosamente nenhum. As coisas são assim, e portanto, não podemos deixar de respeitar as regras, mas também não podemos deixar de utilizar os meios que estão à nossa disposição para o podermos desenvolver.

Sobre as questões do Sr. Presidente da Junta de Almagreira, eu não creio que estejamos pior do que há trinta anos, porque há trinta anos não havia mais deslocações diárias para Pombal de autocarro, de Almagreira, da Assenha, e por aí fora. Agora, eu pedia-vos que talvez me acompanhassem neste raciocínio sobre como é que o Estado Português tem concebido esta articulação entre horários, escola, transportes, conforto da família e atividades extracurriculares de miúdos que andem no 2.º e 3.º ciclo e secundário. Como sabem, a Lei determina que nós, em maio, concluamos o processo de negociação e de contratação dos transportes públicos escolares para o ano letivo seguinte. Agora em agosto, princípios de setembro, terminámos a afetação dos pavilhões desportivos que servem as nossas coletividades, que vão dar atividade desportiva formativa, competitiva e por aí fora, às nossas crianças todas nestas faixas etárias, mais ou menos próximo das escolas, em muitos pavilhões municipais, para corresponder às necessidades das famílias – isto é em setembro. Nesta altura, em que estamos no mês de setembro e vamos entrar em outubro, ainda há horários das escolas que não estão fechados. E portanto, não é



MUNICÍPIO DE POMBAL

possível nós modificarmos os contratos que existem a meio do ano, com os prestadores dos serviços, para corresponder àquilo que são os horários das escolas. Qual é a diferença que isto tem dos privados? Os privados, quando estabelecem os horários, sabem quantos alunos saem antes de almoço, ou almoçam lá e saem depois do almoço, e quantos alunos é que vão sair ao final da tarde. E isto permite-lhes, de facto, ter uma gestão e um conforto para as famílias bastante mais adequado. O que é que nós temos? Não temos isso. E a situação é mais agravada a partir do momento em que se vão encerrando turmas no ensino privado, se vão aumentando as turmas no ensino público, a coberto das opções que são conhecidas, que saíram em junho, e que agora se diga: “Pois, mas os alunos agora têm que ser encaixados aqui nos horários disponíveis, e podem ficar com um ou dois furos, e há uns dias de semana em que não têm, outros dias em que têm aulas à tarde, nos outros não têm”, e depois a Câmara vai ter que ter um autocarro a cada hora para os trezentos destinos diferentes que existem no Concelho de Pombal? É impossível. Tem razão, é desigual? É. Por isso é que, se calhar, se temos escolas mais pequenas, mais espalhadas e com outra capacidade de organização, é mais fácil, porque se calhar em vez de termos mais turmas do que salas, as coisas eram mais tranquilas, e os miúdos saíam da escola às quatro e meia, e nós tínhamos autocarros, almoçavam na escola, tinham sete horas de aulas por dia, vezes cinco, dava trinta e cinco horas, são menos horas letivas, e nós tínhamos os problemas resolvidos, e a partir das quatro da tarde começávamos a usar os pavilhões desportivos, começávamos a ter as turmas desportivas de formação a fazer mais cedo, os miúdos a chegarem mais cedo a casa, a deitarem-se mais cedo e a dormirem mais horas. Mas, o que é bom é dizer: “Não senhor, acabem-se com as turmas em Albergaria, acabem-se com as turmas no Louriçal”, a escola pública aguenta tudo, e depois a quantidade dá em falta de qualidade, evidentemente. E portanto, nós estamos a ficar escravos de opções políticas que, em rigor, vão prejudicar aquilo a que nós achamos que temos direito hoje, no séc. XXI. É mais conforto para a família? Sim. É uma adequação da vida familiar, da vida escolar e da vida profissional dos pais? É evidente que sim. É a capacidade de utilizar as instalações desportivas, a vida associativa que está desenvolvida? É evidente que sim. É ser mais racional no tempo de espera que os alunos têm nas escolas? É evidente que sim. Aliás, reparem: nós pusemos pela primeira vez há quatro anos na nossa Carta Educativa a obrigação de ninguém chegar à escola mais de três quartos de hora antes de a escola começar. E quando isto foi feito, tínhamos alunos que chegavam às sete e dez da manhã, quando as aulas começavam às oito e vinte. E esse sim, esse tinha trinta anos.

Portanto, estas são as condições. E reparem: conseguem os Agrupamentos fazer melhor? Não conseguem, porque a quantidade de alunos que têm que gerir é uma brutalidade para os meios que estão à sua disposição. E portanto, depois vão fazendo o possível, que dá depois este desconforto para todos. Merecíamos ter uma solução diferente? Claro que merecíamos. Por isso vai ser tão importante discutirmos aqui, quando conhecermos a Legislação setorial, as questões que se prendem com a descentralização, porque uma coisa é aquilo que nós temos; e se nós hoje olharmos para aquilo que temos, vamos dizer que o que temos é suficiente? Não. O que temos agrada-nos? Não. É o necessário? Não. O que temos é menos do que aquilo que precisamos, e aquilo que precisamos é muito menos do que aquilo que desejamos. E nós temos de ter essa ambição de ir para aquilo que desejamos, porque o que desejamos é esta conciliação, este



MUNICÍPIO DE POMBAL

trabalho de fomentar essas igualdades entre todos, para dizer que o aluno pode estudar aqui, pode estudar ali, pode ir para a piscina, pode ter a atividade desportiva, tem um autocarro e vai para casa àquela hora. Organizar estas coisas, considerando que vamos ter cada vez menos polos que garantem à maior parte dos alunos que agora estudam, de doze anos, o 2.º e 3.º ciclo e o secundário. Esse é que é o trabalho que nós devemos fazer. Estamos a criar um sistema que é mais desigual, dá menos liberdade aos pais, é mais conflituoso nas escolas, vai ser mais caro, a coberto de uma opção política que é legítima, tomou-a quem pode e quem tem o direito de o fazer, mas que eu não tenho dúvida nenhuma que para a qualidade do serviço, para o conforto das famílias, para a articulação de todas essas compatibilidades familiares e profissionais das famílias, é péssima. Aliás, eu não acho estranho, porque em bom rigor sempre soubemos em Portugal de onde é que vinham os ataques contra a família, e portanto, não temos que estranhar essas opções políticas.

Sobre a questão dos caminhos florestais, agradeço muito essa sugestão, que, aliás, é um trabalho que o Sr. Vereador tem em particular com o setor de viação, e portanto, será tida na devida nota para sermos consequentes com esse trabalho de manutenção, com os meios que temos, e aqueles que não tivermos, que sejam necessários adquirir ou contratar para correspondermos em conformidade.”

Ponto 2.2. Apresentação e discussão da informação da Câmara sobre a Lei quadro da Transferência de Competências para as Autarquias locais e para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Para Conhecimento;

O Presidente da Câmara Municipal passou a apresentar este ponto:

“Considerando os termos em que foi redigida a Lei n.º 50, a entrada em vigor da respetiva norma, as polémicas nacionais que se geraram sobre a sua interpretação, considerando o facto de o Sr. Ministro, de o Sr. Secretário de Estado, da Direção Geral das Autarquias ter emitido comunicações – que julgo que estão junto aos vossos processos – eu julguei que era adequado a Câmara pronunciar-se sobre a forma com que olhava para a Lei e para as explicações que nos foram concedidas, e considerando que a Assembleia Municipal tem a responsabilidade também de apreciar a mesma transferência, que conhecessem a interpretação jurídica que seguimos para não tomar essa decisão, acompanhando aquilo que o Governo fundamentou, de modo a que não se estranhe por que razão o tema aqui não vem. E por isso, aqui temos o suporte jurídico que aqui está, que acompanha as respetivas comunicações dos membros do Governo e das entidades que nos tutelam, no pressuposto de que, de facto, podendo – e aqui quero frisar, como disse na Reunião de Câmara – podendo entender-se que esta interpretação jurídica está muito longe daquilo que se aprende nas universidades de direito, vamos entender que, de facto, as razões apresentadas são suficientemente fortes para se perceber que não faz sentido estarmos a dizer que sim, nem que não, sem em rigor conhecermos “o quê”. Sabemos o “como” e “para quê”, mas não sabemos “o quê”. E portanto, acho que não vamos criar aqui nenhum fait diver



MUNICÍPIO DE POMBAL

(desculpem-me a expressão) sob o ponto de vista jurídico ou político, a questão aqui é substancial, tem a ver com as competências, com os meios financeiros que estão à nossa disposição, e portanto, é esta interpretação, dizendo-lhes que não estamos a fazer a discussão no tempo certo, seria antes de 15 de setembro, por esta razão que aqui está justificada, que eu julgo que acaba por ter o respaldo jurídico e político que precisamos para que esta matéria possa ser depois discutida oportunamente, espero que em dezembro, se não for isso em janeiro, depois de conhecermos a Legislação setorial. Como sabem, das vinte e uma, apenas cinco estão aprovadas em Conselho de Ministros – julgo que cinco – mas não estão publicadas, e portanto, nem sequer as conhecemos.”

Abertas as intervenções para discussão deste ponto, tomou a palavra a Deputada **Virgínia Magalhães**, com a intervenção que se transcreve:

“Eu queria aqui deixar apenas uma opinião minha sobre a Lei-quadro das transferências de competências para as Autarquias Locais. A Legislação ora aprovada foi imposta a partir de um acordo entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, e foi à revelia das autarquias, como o Sr. Presidente, Dr. Diogo Mateus, acabou de referir. O processo foi tortuoso, e à margem de exame sério e rigoroso que seria de exigir neste caso. Na minha opinião, esta medida constitui mais um passo na direção da reconfiguração do Estado e o ataque ao caráter universal dos direitos sociais, nomeadamente à saúde, à educação, à segurança, à cultura e à habitação. Leva ainda ao subfinanciamento das autarquias, o que leva ao comprometimento da resposta do Estado em serviços e funções que lhe competem exercer, e um fator de desigualdade e assimetrias regionais. Entendo que as transferências de encargos para as Autarquias Locais e a desresponsabilização do Estado são parte integrante de uma orientação estratégica de degradação das funções do Estado, que consagradas na Constituição, se devem manter na esfera do Estado, pois só assim se garantirá o seu cumprimento como Estado Social de Direito que pretendemos ser.”

Tomou a palavra a Deputada **Célia Cavalheiro**, que interveio como se transcreve:

“Acerca da Lei de transferência de competências, o Bloco de Esquerda diz que enquanto não houver toda a informação ao alcance de todos, que ainda não chegou às Câmaras, é prematuro falarmos sobre o que é que se passará, concordo com o Presidente da Câmara.

Relativamente ao processo em si, acho-o muito duvidoso, pois não podemos transferir para os Municípios competências da responsabilidade do Estado Central. O Estado tem obrigação de garantir igualdade na educação e na saúde, e não os Municípios, que são cerca de trezentos, não esquecendo que há muitas disparidades na capacidade dos Municípios. Os Municípios do interior têm muito menos meios e menos munícipes. Portanto, ir por aqui é aumentar as assimetrias de um direito que deve ser de todo o país.

Isso não significa que o país não necessite de ter um debate sobre a descentralização, mas faz-se no âmbito da regionalização, e não de municipalização, no entender do Bloco de Esquerda.

Em seguida, usou da palavra a Deputada **Aldina Pedro**, como abaixo se transcreve:

“Sr. Presidente, a minha questão não vai totalmente de acordo com esta Lei, mas está de certa forma interligada. Prende-se precisamente com os transportes escolares. É sabido que os transportes escolares passaram a ser competência da Câmara, e também sabemos que neste



MUNICÍPIO DE POMBAL

verão saíram os diplomas legislativos que obrigam as famílias a colocar os seus educandos nas escolas das quais fazem parte em termos de Agrupamento. E isso levou a que, por exemplo, a minha irmã retirasse o filho do Instituto D. João V e o trouxesse para a Marquês de Pombal, uma vez que era a escola a que ele pertencia. Assim o fez.

Em termos de transporte, já aqui foi falado que eles saem de casa às sete da manhã e chegam às sete e meia da noite, não há transporte à hora de almoço, mas para além disso, parece-me que há aqui uma certa incongruência em termos de valores a pagar nos transportes, porque as crianças que vivem até um determinado limite de quilómetros, equivalente ao que fariam da sua localidade até ao Louriçal, têm o transporte pago; o excedente desses quilómetros até à sua localidade, os pais têm que pagar. Ora, isto causa-me alguma confusão, porque me parece que os transportes deviam ser gratuitos para todos, no ensino obrigatório.

Um outro pormenor passa-se com os passes escolares. Aqueles alunos que estão dentro desses limites de quilómetros, o passe deles diz “ensino obrigatório”; os alunos que estão fora desse limite, o passe diz “ensino não obrigatório”. E estamos a falar de crianças do sétimo ano. Portanto, se está no sétimo ano, o ensino é obrigatório. Por quê dizer “ensino não obrigatório” no passe de estudante? Quando fizemos esta questão à Transdev, responderam-nos apenas: “Falem com a Câmara. Isso não fomos nós que impusemos, alguém nos impôs.” A minha irmã, entretanto, teve uma reunião com a vereadora, Dra. Ana Cabral, sobre esse assunto, que disse que iria remeter o mesmo assunto ao Departamento Jurídico, e que depois, dependendo da decisão deles, se veria se realmente tinham que pagar esse excedente, ou não, ao que a minha irmã perguntou: “Então, e o que estamos a pagar em excesso, depois é devolvido?” “Não, o que está para trás fica para trás. Se vocês tiverem razão, fica para trás.” Também não me parece muito correto; então, se calhar, poderíamos trabalhar ao contrário: não pagariam esse excedente, e em caso de não terem razão, então depois tinham que pagar o que estava para trás. Ficam estas duas questões: por quê ter de haver excedente para alguns cidadãos, e alguns dizem “ensino obrigatório”, outros dizem “ensino não obrigatório”, estando eles todos dentro do ensino obrigatório.”

Usou da palavra o Deputado **João Coucelo**, como segue:

“Eu concordo perfeitamente com a explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, que no fundo resume aquilo que é o ponto da situação atual deste flop, chamemos-lhe assim, esta Lei-quadro e a forma como avançou. Diz exatamente que “esta Lei tem por objetivo definir o quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local.” Eu não partilho de uma posição tão radical relativamente à descentralização de algumas competências em várias áreas, seja da educação, da saúde, para as Autarquias Locais, evidentemente que há países onde estas competências na área da educação – a educação no ensino básico, já é praticamente tudo das autarquias, e há muitos anos atrás não era – em algumas áreas da saúde também entendo que alguma descentralização, sem ser entendida como uma desresponsabilização do Estado por estas matérias, transferência de competências com o devido enquadramento de suporte financeiro para essa assunção, possam vir a ser desempenhadas pelas autarquias. Estou de espírito aberto relativamente a isto, mas neste



MUNICÍPIO DE POMBAL

momento, o que nós temos é uma mão cheia de nada, nós não temos nada para discutir neste momento. O que há, como diz o Sr. Presidente da Câmara, é isso mesmo: não conhecemos os contornos, não conhecemos os diplomas, não conhecemos o quadro efetivo dos diplomas legais para cada uma das áreas setoriais, e portanto, o que temos que fazer neste momento é tomarmos conhecimento e aguardarmos que nos cheguem coisas mais concretas para nos pronunciarmos.

É óbvio que as autarquias podem assumir competências em algumas áreas de descentralização e não assumir outras, e isto está em aberto na própria Lei que foi aprovada. E portanto, temos que ter alguma prudência também aqui, não sermos tão radicais, porque eu não vejo que as autarquias assumirem algumas competências que traduzem descentralização, que não é propriamente uma regionalização, mas também não há nenhum estudo neste momento, não é uma questão que esteja neste momento em cima da mesa, tanto quanto eu sei, há aqui descentralização para Municípios e entidades intermunicipais. E nós vamos aguardar que, naturalmente, cheguem os diplomas para que nos possamos pronunciar sobre eles. Não estou de espírito fechado relativamente à discussão destas matérias, como é óbvio.”

Em resposta, o **Presidente da Câmara** realizou a seguinte intervenção:

“Sobre as interpretações políticas, como calcula, não farei nenhum tipo de comentário, não é isso que se pretende, mas acho que a leitura da Dra. Virgínia Magalhães é legítima.

Quanto à Sra. Deputada Aldina Pedro – que quero saudar, seja bem-vinda, e peço-lhe desculpa por não ter feito esta referência há pouco – vamos talvez aqui explicar várias coisas. Primeiro temos que perceber que quem decidiu determinar que o seu sobrinho não podia ir para a escola que queria foi o seu Governo, primeira questão. E nós não mudámos de critério, e o critério que o Município sempre seguiu foi o de garantir a gratuitidade dos transportes para a escola de referência que está identificada, e caso o aluno quisesse ir para outra escola, apesar de a escola de referência ter as condições para o poder receber, que o Município apenas pagaria o valor do transporte que dizia respeito para a escola de referência, porque essa seria uma opção que o pai teria, e portanto, seria da sua opção individual, e não seria de uma condição de participação ou de acesso à escola, que está à sua disposição. A partir do momento em que a regra muda, passa a ser taxativo, ou seja, não há liberdade dos pais, há uma imposição, e aí já estamos completamente separados sob o ponto de vista político, que é o Estado a determinar que estas crianças desta zona têm que frequentar aquela escola, essa é a opção política de fundo que aqui está. E portanto, reparem, fazer mais uma turma com os alunos de Almagreira, ou de outros lugares, que iam para o Lourical e podiam ir para a Guia, ou que vinham para Pombal agora, se o transtorno às famílias, se o aumento dos transportes escolares, se o desconforto na espera dos autocarros verdadeiramente vale, por ano, os oitenta mil euros (80.000€) que custa uma turma. É isto que às vezes é muito estranho, como é que nós olhamos na Oposição discursos tão empolgantes e emocionados sobre as questões sociais, e depois as pessoas, quando estão no Governo, mudam completamente e impõem critérios que são, para além das características ideológicas, critérios que são quase exclusivamente financeiros para impor o modelo – e eu aqui sublinho, totalitário, de imposição, que não é do Estado de Direito. Estado de Direito é eu plantar o eucalipto porque me dá na real gana, porque a estrada está estragada, mas agora vais



MUNICÍPIO DE POMBAL

para aquela escola, que é para escola para onde eu te mando. Isto é o que nós temos, em termos práticos. A Câmara não tem esse alinhamento, nem vai ter.

Primeiro que tudo, gratuidade para todos. O que é que deve ter acontecido no caso que aqui relatou? Se calhar as palavras não são as mais simpáticas, mas eu vou explicar por que é que elas estão lá: os cartões que diziam “ensino obrigatório” e “ensino não obrigatório”, é que essa aplicação era aquela que fazia a gestão dos passes que eram emitidos depois da escolaridade obrigatória, que passou a ser o décimo segundo ano. Nessa altura, o valor do transporte era suportado pelos pais, e portanto, havia um passe que era municipal e que dizia “ensino obrigatório”, porque era acima do décimo ano. Nestes casos, por causa da publicação das áreas de referência de cada uma das escolas, aquilo que nós devemos ter tido foi que os alunos passam a ir para aquela escola. Ora, essa imposição do decreto não coincide com as áreas de influência que estão no nosso regulamento. E portanto, para caracterizar, para efeitos contabilísticos e identificação do respetivo passe, a diferença, devem estar a dar esse passe, que não faz sentido nenhum, porque hoje em dia nós garantimos a todos os cidadãos que andem em escolaridade o transporte gratuito. Havia exceções, e que exceções eram estas? Se o aluno fizesse mais de dezoito anos e não estivesse obrigado, mas se quisesse e precisasse, nós tínhamos condições no nosso regulamento para o aluno ter gratuidade nos transportes escolares, e sempre que o aluno tivesse que fazer mais quilómetros de sua casa, quando escolhesse um curso do ensino obrigatório que não estava disponível na sua área de influência, e isto acontecia, por exemplo, nos casos em que alunos tinham que ter necessidades especiais, e tinham, por exemplo, as escolas de surdez, as escolas de cegos, que temos que pagar mais transporte, porque não temos cá escolas dessas, e eles têm que fazer deslocações mais longas. E como é escolaridade obrigatória, suportávamos na integralidade. A questão deve ser essa.

Isto tem que ser ultrapassado, e não podemos em nenhuma circunstância ter os alunos que pagam e os que não pagam. Portanto, os que cumprem a escolaridade obrigatória, com essa tal imposição legal das áreas de referência, o Município tem que suportar integralmente essas despesas, é evidente. Se houver casos em que os alunos frequentem estabelecimentos de ensino noutros lados do concelho ou do país, prescindindo da sua opção de escola de proximidade, à partida os pais têm que pagar o valor absoluto dos seus transportes, porque o Estado deixou de nos dar essa possibilidade de escolha, quando determina. E quando determina, remove a possibilidade de haver alternativa. Calculo que seja isto, juridicamente farão o respetivo enquadramento, e portanto, a regra aqui tem que ser esta, os transportes escolares são gratuitos até ao décimo segundo ano, são feitos para a escola de referência, e o Município suporta esses encargos. Este é o critério. Agora, vamos adequá-lo, e se houver valores a ser devolvidos, serão devolvidos, evidentemente, era só o que faltava que a Câmara tivesse dois critérios para os alunos que frequentam as mesmas escolas.

O problema dos transportes – nós estamos a desviar-nos bastante daqui do ponto da delegação de competências, mas a Sra. Presidente admitiu o ponto, e eu aproveito para esclarecer – tem a ver precisamente com esta dificuldade de articularmos a abertura e o funcionamento do quinto e sexto ano, do 2.º e 3.º ciclo e secundário. Por quê? Porque vamos pôr mais de sete ou oito turmas na Escola Secundária de Pombal e na Marquês de Pombal, e por consequência, todos os horários



MUNICÍPIO DE POMBAL

ficam com muita dificuldade em ser compatibilizados, a não ser que se tome a decisão de termos mais uma recolha diária em todas as escolas, a acrescentar àquela que nós já fazemos, e aumentamos em trinta por cento (30%) as despesas de transportes escolares, e essa brincadeira custa-nos para aí quatrocentos mil euros (400.000€) por ano. É o que temos. Mas, depois poupamos nas turmas. Estão a ver como é que as coisas são? É isto. É bom que as pessoas que façam as normas percebam os efeitos que elas têm, os prejuízos que causam e os transtornos que nos trazem a todos. São as opções políticas.”

A Assembleia tomou conhecimento da informação da Câmara sobre a Lei quadro da Transferência de Competências para as Autarquias locais e para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a redefinição da estrutura orgânica dos serviços;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que se seguem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

“Sobre este Mapa de Pessoal, dizer-vos talvez o seguinte, de forma a sintetizar tudo isto: primeiro ponto, o Município vai criar mais um departamento do que aquele que tinha quando fomos obrigados a reduzir o Quadro de Pessoal, em 2013, por força da Legislação nacional de redução da despesa pública. Neste caso, o departamento que se cria de novo é o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, que vai cumprir esse trabalho ao lado do Departamento de Obras Municipais, que já existia, e que se manteve, Administrativo e Financeiro, que já existia e que se mantém, com uma estrutura diferente, mais complexa, com a criação ou reativação do Departamento de Águas e Saneamento, que deixou de existir e passou a Divisão, por força dessa redução, o do Planeamento Urbanístico passa a ser da Sustentabilidade, do Planeamento e Ambiente – e portanto, numa linha bastante mais ampla – e os Recursos Humanos, que também existia e deixou de existir, e passou a ser Divisão. E portanto, este primeiro critério.

Segundo critério: deixar de existir chefes sem chefiados. Não há chefes sem chefiados, aqui não há chefe de si próprio. Há uma estrutura que tem uma hierarquia subordinada, e portanto, é essa linha que preside. Depois, evidentemente, estarmos atentos àquilo que possam ser os impactos das novas delegações de competências, que serão uma realidade, não tenho dúvida nenhuma, a Lei-quadro está aprovada, e portanto, a Legislação será produzida, há uma alteração legislativa porque o Governo é que vai fazer a aprovação destas normas em Conselho de Ministros, parece-me que as coisas nesse aspeto estão devidamente conformadas, e perceber aquilo que também são novos temas. E nós hoje – e fizemos essa discussão internamente – se tivéssemos que perguntar se hoje o Município é, ou continua a ser, mais um grande empreiteiro geral de obras e de qualificação de espaço público, ou se é mais uma entidade prestadora de serviços, nós



MUNICÍPIO DE POMBAL

diríamos que se calhar hoje o Município é mais prestador de serviços do que era há vinte anos atrás, é menos construtor de soluções de infraestrutura do que era há vinte ou vinte e cinco anos atrás. E portanto, também aqui temos que ter uma leitura dos novos tempos, dos novos serviços, das novas realidades, dos novos desafios, e também dos novos compromissos internacionais, porque se o país assume, numa lógica da descarbonização, uma nova agenda para o ano 2030, isso tem que estar em linha de conta; se nós nos lançámos para as políticas de diminuição do insucesso e do abandono escolar, que já o fizemos no 1.º ciclo, já as puxámos este ano para o pré-escolar, já as ampliamos para o 2.º ciclo, é natural que daqui a meia dúzia de anos tenhamos essa obrigação em todo o concelho, com uma lógica superior, que esperamos que tenha os resultados esperados naquilo que é o terminar dos respetivos cursos e a preparação para o futuro. O mesmo acontece, por exemplo, com a adequação da estrutura da Câmara a um aumento exponencial do número de funcionários. O que se estima é que, com a delegação de competências que está esboçada, o número de funcionários da Câmara aumente em quarenta por cento (40%), e passemos para setecentos funcionários. E portanto, percebe-se que isto, sob o ponto de vista da gestão dos recursos humanos, não é a mesma coisa do que a estrutura que temos tido até hoje em vários pontos.

E portanto, há aqui um conjunto de novas realidades. Evidentemente, como bem sabem, este documento tem que ser submetido à apreciação da Câmara todos os anos, porque com os instrumentos previsionais, tem que vir também o Mapa de Pessoal, e portanto, teremos sempre aqui condições de fazer bem essa discussão, as devidas correções, e evidentemente, depois, lançar os respetivos procedimentos para irmos dotando este organigrama e estas novas funções. É um documento extenso, é um documento que não é perfeito, tem ainda situações que devem ser corrigidas, mas uma vez que estamos muito perto de aprovar o nosso PPI e Orçamento para o ano de 2019, teremos também ocasião de que qualquer circunstância menos esclarecida ou contraditória possa ser resolvida nessa próxima Assembleia. Seja como for, agora era preciso começar a aprovar esta nova estrutura, este novo Mapa de Pessoal, e esta reestruturação orgânica dos serviços para começarmos a aproveitar esta janela de oportunidade legal – porque como sabem, ela esteve fechada até há meia dúzia de meses, estávamos impedidos de o fazer – e também poder com isso fazer aqui uma exortação às carreiras, ao empenho dos nossos técnicos e dos nossos responsáveis, mas também há aqui uma reorganização de estruturas que foram fortemente afetadas, com resultados negativos para a prestação da qualidade do seu serviço nos últimos anos, e que evidentemente precisamos de chefias, precisamos de chefiados, precisamos de estruturas que controlam, que planeiam, que organizam, que façam a gestão destes recursos, e evidentemente precisamos das pessoas nas respetivas funções.

Em termos gerais, teremos mais um departamento, teremos mais duas divisões, teremos mais uma unidade, e teremos mais três serviços novos. E portanto, são estas as grandes inovações sob o ponto de vista das chefias, face àquilo que foi aprovado em 2010, e que nos tinha sido retirado em 2013.”

Aberta a discussão sobre este ponto, tomou a palavra a Deputada **Célia Cavalheiro**:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Não é fácil analisar todos estes organogramas, todos estes quadros, estive a tentar ver e contar pessoas, entrei em contato com colegas de outros Municípios para tentar fazer uma análise comparativa – com as minhas limitações, claro.

Ora bem, para já, a Lei define que sejam precisos pelo menos dez assistentes técnicos ou assistentes operacionais para que exista um coordenador técnico ou um encarregado. A exceção será feita quando temos seis ou sete assistentes, e aí poderá ser criado um coordenador – penso que é mais ou menos isso que diz a Lei. Todos nós sabemos que temos muito dinheiro, mas penso que não há necessidade de o gastar ao desbarato. Uma gestão rigorosa tem que levar em linha de conta o rácio chefia / número de trabalhadores, e a necessidade efetiva, não empolada, de existir tal chefia. Para chefiar, como disse o Presidente, tem que haver quem seja chefiado, senão passam a ser chefes de si próprios ou chefes do colega.

O organograma desta Câmara, penso estar inflacionado, despesista de forma desnecessária até. Toda a justificação que lá vem, tal como ser mais funcional, desburocratizar, parece-me cosmética simples. Qualquer empresa, fábrica ou loja que aplicasse este rácio de chefias / trabalhadores iria rapidamente à falência. Chamo a atenção para o setor das águas e saneamento, e o pior de todos, que foi aquele que eu analisei, os recursos humanos. Ao contrário do que o Presidente disse, parece-me que são quase chefes de si próprios. Mas, já lá iremos.

Temos departamentos, divisões e unidades para todos os gostos, acho que até vão entrar em colisão uns com os outros quando começarem a trabalhar. Acho muita piada ao Departamento Municipal de Gestão, Inovação, Modernização e Serviços Partilhados – é um nome pomposo e atual, que eu gosto de estar na moda, chamar muitas coisas, e depois olhamos para aqui e nem sabemos bem o que é. E depois, passa a Divisão de Administração e Finanças, e criar uma de informática. Bastava ter técnicos e ser uma simples unidade, isto no meu entender.

Fiz uma análise ligeira e rápida, e perguntei basicamente o que é que havia nas outras Câmaras. Não tenho documentos para fundamentar com rigor os números que vou avançar, e quero alertar que este trabalho foi, digo eu, a ponta de um iceberg, porque não é a minha área, e penso que a proposta que se apresenta não é boa e devia ser estudada pelos deputados municipais, por todos nós, custe o que custar, como fizemos no Regimento, a fim de exercerem aquilo para que foram votados, isto é, fiscalizar o Executivo, para além de votarem e legitimarem pró-formas, coisas que são necessárias. Portanto, espero que esta proposta não seja aprovada, mas a ser, chamo à atenção dos meus colegas que é preciso começarmos a mergulhar nestes assuntos mais complexos.

De uma forma geral, tenho aqui dados sobre Pombal, Peniche, Caldas, Leiria, Alcobaça, Óbidos, Porto de Mós e Nazaré, todos do Distrito de Leiria. Salta à vista o número de departamentos logo, que é o primeiro grau, e que equivale a Diretores de Departamento. Temos seis em Pombal, nas Caldas há dois, em Leiria (sede de distrito) temos três, Alcobaça três, e nos restantes, zero. Divisões: em Leiria temos dezassete, em Pombal catorze, Peniche quatro, Caldas três, Alcobaça sete, Óbidos três, Porto de Mós cinco, e Nazaré três. Unidades: em Pombal dezanove – e atenção, que à medida que eu vou designando, baixa um grau, já vamos no terceiro grau, e isto tem efeitos em termos remuneratórios, entre outras coisas – Caldas seis, Leiria dois, Alcobaça onze, Óbidos três. Chefes de Serviço: temos três em Pombal, zero nos restantes. Subunidades:



MUNICÍPIO DE POMBAL

vinte e cinco em Pombal, onze em Peniche, sete nas Caldas, dez em Leiria, Alcobaça oito, Óbidos dez, Porto de Mós sete, Nazaré quatro. E isto para um rácio de trabalhadores que, obviamente, em Leiria são setecentos (é o que tem mais trabalhadores), em Pombal temos quatrocentos e vinte, em Peniche quatrocentos e quarenta, Caldas trezentos e cinquenta; nos outros, o rácio de trabalhadores é inferior. Agora, em relação a Pombal, Peniche e Caldas, salta à vista o número de cargos de topo, primeiro, segundo e terceiro grau, face às restantes Câmaras, até em Leiria. Não tendo a certeza do que cada posto de trabalho destes desempenha, tenho que estranhar estes dados.

Uma outra questão relativamente a estes três pontos é que propuseram despesas de representação para todos, grau 1 e grau 2. Sei que este ponto era muito complicado de analisar, e por isso chamo a atenção aos meus colegas para que vejam isto com atenção, pois as despesas de representação são para ser atribuídas a quem com assiduidade representa o Município. Por exemplo, em regiões de Lisboa, Coimbra, na CCDR e em outros locais. O Legislador esteve bem, o problema é do aplicador. Ou seja, por falta de coragem – ou não, não sei – ao não fazerem a distinção entre aqueles que realmente é justo receberem esta verba acrescida e aqueles que durante todo o ano não se distanciam mais do que alguns metros do seu posto de trabalho, decidem propor despesas de representação para todos. Poderiam fazer o contrário, e eu pelo menos gostaria mais: não atribuíam a ninguém, e sempre que fosse necessário, pagavam, em serviços ou ajudas de custo. Poupavam-se alguns milhares de euros e evitava-se uma bonificação de doze meses de fidelidade.

Resumindo, pela dimensão desta Câmara – e volto a referir que não tenho noção absoluta das necessidades – o número de funcionários, funcionalidade e rácio, para uma boa gestão seria apropriado, no máximo, atendendo aos recursos da Câmara, talvez três ou quatro departamentos ao invés de seis, oito ou nove divisões ao invés de catorze, dez ou onze unidades ao invés de dezanove, quinze a vinte subunidades ao invés de vinte e cinco.

Relativamente ao assunto recursos humanos, tenho também aqui um quadro que mostra o tal “ser chefe de si próprio”. Temos um Departamento de Recursos Humanos, uma divisão, duas unidades, duas subunidades e nove trabalhadores. Aquele rácio inicial não está contemplado aqui. Gostaria que nos explicasse o porquê destes números. Corremos o risco de ter que encomendar trabalho para manter o pessoal ocupado.”

O Deputado **Manuel Barros** fez a seguinte intervenção:

“Sobre esta questão da apresentação que vem aqui de uma proposta da Câmara sobre a estrutura orgânica dos serviços, eu não consigo ir tão longe como a Sra. Deputada que falou antes de mim, que, de facto, fez um trabalho de investigação apreciável. O que eu gostaria de dizer aqui é que a esta Assembleia vem uma proposta para uma tomada de deliberação, e ela divide-se aqui em dois elementos principais: o enquadramento jurídico, muito claro, e depois as propostas, também muito claras e específicas. Mas, falta um elemento essencial. Eu não vou tão longe como a Sra. Deputada que falou antes de mim, a fazer conjeturas do que é que seria melhor ou pior, eu não tenho nenhuma sustentação para dizer o que é que deveria ser ou não deveria ser feito. O que é que eu quero com isto dizer? É que falta aqui o terceiro elemento essencial para uma deliberação racional: faltam as motivações de facto. Portanto, eu não entendo por que razão, enfim, é que



MUNICÍPIO DE POMBAL

vêm todas estas propostas, elas podem ser muito boas, não as vou discutir; não conheço a razão de ser delas, não estão justificadas, não estão motivadas, não estão fundamentadas. Portanto, não estou em condições de ajuizar sobre isto. Ora, este órgão por si próprio não pode fundamentar as suas deliberações, vêm propostas feitas que não pode alterar, ou vota favoravelmente a proposta ou reprovava a proposta, não pode alterar.

Portanto, o que eu recomendaria ao Executivo, humildemente, é que as propostas viessem com os três elementos essenciais: a fundamentação de direito, naturalmente, o aspeto formal, e depois o aspeto material fundamental, que são as motivações de facto, de onde se extrai a conclusão para uma decisão racional. Pelo que em relação a esta questão, ao Ponto n.º 2.3, sem essa fundamentação não é possível formular qualquer juízo.

Depois, falta ainda um outro importante elemento, que é a questão de saber quanto é que custaria uma proposta destas se fosse aprovada. Quanto é que custaria, qual é o impacto financeiro que isto tem na gestão do Município. É fundamental, nos tempos que correm, a questão financeira que todos os dias atinge os cidadãos, a questão da crise em que ainda vivemos, é importante saber qual é o impacto disto e se temos condições para suportar este impacto, porque a partir daqui, tem um efeito de bola de neve, como sabemos.

Portanto, o que eu disse em relação ao Ponto n.º 2.3, mutatis mutandis diz-se em relação ao Ponto n.º 2.5, do Mapa. O Mapa, naturalmente, é uma consequência desta primeira proposta, e portanto, também em relação a ele, não sei o porquê do que está ali – aliás, o Sr. Presidente já disse mais aqui em termos de motivações do que aquilo que vem escrito nas propostas. Mas, o que é aqui dito, que é aqui acrescentado para um debate, não serve de fundamentação, naturalmente, para a decisão.

E portanto, era isto que eu gostaria de deixar, com a sugestão humilde de que estas propostas não estarão completas para serem racionalmente deliberadas; deveriam ser estudadas, deviam ter estudos de suporte para as propostas que aqui vêm. Provavelmente eles existirão, não sei, não ponho isso em causa, não quero crer que se tenha aqui atirado com uma proposta destas porque sim. O Sr. Presidente certamente terá estudos de base que justificam isto. Eu não os conheço, e portanto, não posso acompanhar este raciocínio que aqui vem.”

O Presidente da Câmara Municipal respondeu conforme se transcreve:

“A primeira intervenção sobre este tema, da Sra. Deputada Célia Cavalheiro: se eu não soubesse quem estava a falar diria que tínhamos um capitalista da troika nesta Assembleia Municipal, a fazer esta evocação, depois de termos ouvido aqui tão entusiasticamente a rapidez que se impunha ao Município de fazer a integração dos precários, que estavam todos a ser explorados, e que nós já fizemos, e que o Governo há dois anos e meio está à espera de concluir, de acordo com aquilo que aqui nos trouxe e da sua preocupação. E portanto, quem ouvia falar sobre o rácio, o capital, os recursos humanos, a sustentabilidade, de facto, ainda bem que finalmente alguma esquerda começou a sentir as dores do Orçamento, que eu tenho a certeza absoluta que não será uma coisa estranha à circunstância de um grande inspirador do Bloco já estar no Banco de Portugal, com essa missão importante de ser seu consultor.

Mas, deixe-me dizer-lhe o seguinte: eu acho que o seu exercício seria um bom exercício se fosse um exercício completo. E ser um exercício completo significava dizer que a Câmara de Leiria tem



MUNICÍPIO DE POMBAL

SMAS, e nós não temos; a Câmara de Leiria tem uma concessão de exploração da recolha dos resíduos sólidos urbanos entregues à SUMA, e nós não temos; a Câmara de Leiria tem esta externalização destes serviços, e portanto, não precisa de ter uma estrutura orgânica funcional para dar conta destas tarefas.

Mas, sempre serviria, até porque é público, utilizar o único documento que consegue fazer uma avaliação, de acordo com os critérios aprovados pela Ordem dos Técnicos de Contabilidade Certificados e o Tribunal de Contas, que é o Anuário Financeiro. E sabe o que é que o Anuário Financeiro diz sobre o equilíbrio da estrutura de recursos humanos do Concelho de Pombal face às despesas totais? E este é um bom ponto de partida, antes de chegarmos ao ponto de chegada. O que diz é que o Município de Pombal é o nono Município português que menos peso tem nas despesas de pessoal relativamente às despesas totais. Mas, sendo o nono que tem menos despesa, é também o nono que faz mais investimento, e apenas nestes primeiros lugares estamos nós e Castelo Branco, o que significa que há uma eficiência, porque é isto que deve ser comparado. Peniche é um bom exemplo; sabe o que é que aconteceu em Peniche durante uma série de anos, nos Governos do PC e do PS? Como não havia limitações à contratação de recursos, e apenas existia uma regra, que era a única regra que condicionava o Orçamento dos Municípios, que era a afetação de sessenta por cento (60%) da despesa corrente em recursos humanos, e que foi tirada pelo Primeiro Ministro Sócrates, toda a gente era chefe, e de repente não havia chefiados. Toda a gente progrediu, só que, entretanto, a despesa ficou parada ali nos sessenta por cento (60%), e já ninguém podia ser contratado. Eles não podiam subir porque não havia mais dinheiro para pagar, e também não podia entrar mais gente, que já estava tudo esgotado com o dinheiro dos que lá estavam. Então, como é que isto se resolve? À moda da esquerda: remove-se a regra, e é um reset, tudo na mesma, e portanto, começa-se a pôr as pessoas todas. A Nazaré, com o PS, com o PSD, tem uma dívida gigantesca, não é critério para coisa nenhuma.

Por isso, repare: fazer uma comparação com Municípios que fazem coisas diferentes, que têm responsabilidades diferentes – há Municípios desses que, por exemplo, não têm instalações sociais para gerir, não têm rede de transportes urbanos, entregam a empresas municipais a gestão do seu património desportivo, não exploram o sistema de água em alta, nem em baixa, nem a recolha dos resíduos sólidos, nem a sua entrega para tratamento. Portanto, há múltiplas circunstâncias que devem ser tidas em linha de consideração. E portanto, é importante ter essa noção, mas é bastante incompleta para o rigor que aqui estava a pedir, porque, de facto, cada caso é um caso.

Eu julgo que não compreendeu bem o número de pessoas que estão no Departamento de Recursos Humanos e o número de pessoas que serve o Departamento de Recursos Humanos, que são coisas diferentes. São coisas diferentes. E portanto, se está a achar que esta proposta que aqui está apresentada é para executar com os recursos humanos que lá estão, seria desconsiderar aquilo que eu acabei por dizer relativamente aos impactos daquilo que possa vir a acontecer no futuro. E portanto, isto tem que ser avaliado em função dessas condições particulares. Agora, é evidente que há duas maneiras de fazer isto: é ficar à espera que aconteça, ou antecipar. Será precipitado fazê-lo sem ter noção exata daquilo que vamos ter que resolver para o futuro, mas será sempre ajuizado organizar isto numa lógica de organização, salvo seja,



MUNICÍPIO DE POMBAL

que nós temos que olhar para a nossa estrutura. Será que uma estrutura que possa vir a receber setecentos trabalhadores não carece de um departamento? Se calhar, vale a pena pensar se justifica ou não justifica. E nós já percebemos que isso vai acontecer; com ou sem a nossa vontade, na pior das hipóteses em 2021 isso vai acontecer. Mas, repare, nem é uma novidade, porque o Concelho de Pombal já teve isto no passado, porque nós basicamente não externalizamos nenhum destes serviços, e portanto, precisamos de ter chefias para dar conta desta situação. Será que uma entidade que concessionou a venda da água e o saneamento em baixa precisa de ter, como aqui está apresentado, uma Divisão de Águas que trata do saneamento, e uma parte de um departamento, e uma parte de uma divisão a tratar das questões administrativas e financeiras? É evidente que não precisa. Mas, vale a pena perceber como é que no Concelho de Pombal essa não externalização dessa função resultou. E eu acho extraordinário como é que, sob o ponto de vista ideológico, se vai para a escola pública, para os serviços públicos, e quando se quer dar reforço às capacidades municipais para controlar, para comprar, para executar, para cumprir, se diga que afinal ficamos aqui com uma estrutura grande demais, quando o ponto de partida, como lhe digo, dezanove vírgula sete por cento (19,7%) das nossas despesas totais são para despesas de pessoal. O melhor que temos em Portugal é Alfândega da Fé, que é mais pequeno que o Louriçal, com dez vírgula nove por cento (10,9%). Portanto, vamos olhar para as situações que em concreto temos, e todo o envolvimento que aparece.

Sobre as ajudas de custo: em Pombal sempre existiram ajudas de custo para as chefias de primeiro e segundo grau, e eu pergunto se alguém acha que as chefias e a remuneração que lhes está associada para a responsabilidade que têm, se as chefias cumprirem bem a sua missão, se elas são bem pagas, porque ninguém julgue que continuamos no tempo em que nós temos grandes profissionais pagando mal às pessoas. A quantidade de pessoas que tem vínculo à Câmara, e que se lhes apresenta uma qualquer oportunidade, e que se vão embora, já nem pedem licença sem vencimento, vão-se embora porque entendem que, de facto, as soluções noutra lado são muito melhores. E este problema vai ser um problema gravíssimo no curto prazo. Aquilo que lemos há bocadinho, na conversa do empreiteiro relativamente aos recursos humanos, acontece o mesmo aqui: nós temos concursos sucessivos em que não temos ninguém para recolher lixo, não temos ninguém para ser canalizador, temos muitas dificuldades. E portanto, precisamos de chefias que acompanhem, que conheçam e que façam bem esta missão. A não ser que aquilo que se pretenda é a externalização, que é isso que o Estado quer, porque o Estado ganha muito mais em externalização – só em IVA ganha vinte e três por cento (23%). E por isso se fez este bloqueamento das carreiras, tratando um motorista do Pombus da mesma maneira, com todo o respeito, com que se trata um trabalhador da recolha dos resíduos sólidos urbanos. É igual? Não é igual. Ou uma assistente operacional que está numa escola primária. É igual? Não é igual. E alguém achou que politicamente era muito oportuno tratar tudo da mesma maneira, quando as coisas são completamente distintas. E aqui se vê estas diacronias políticas e sociais sobre aquilo que se diz e aquilo que se permite fazer, porque eu pergunto se alguém consegue arranjar um motorista do Pombus, que tem que andar apurcado, que tem que andar a fazer as contas, tem que estar atento à sua tarefa, tem que fazer um certificado de habilitação de motorista, tem que ser sujeito a avaliações psicológicas com frequência, se é exatamente a mesma coisa do que uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

peessoa que, com todo o respeito, anda a fazer um trabalho muito menos exigente sob o ponto de vista físico e também intelectual. Mas, na remuneração, é tudo a mesma coisa. E portanto, entende-se que esse preceito constitucional de trabalho igual, salário igual, é uma coisa muito bem feita, mas já percebemos que quando chega a este nível, isto só pode dar mau resultado, e está a dar mau resultado. E portanto, nós temos que ter estruturas que estejam atentas e que percebam bem como é que as coisas têm de ser desenvolvidas no futuro. Sobre esta situação, eu julgo que ficámos mais ou menos esclarecidos sobre as questões.

Sobre a intervenção do Dr. Manuel Barros sobre a questão dos elementos essenciais: Sr. Doutor, eu vou agora ser rigoroso com a Lei como o senhor tem sido no seu uso. Diz a Lei que deve existir na proposta uma fundamentação, ou a Lei diz que os elementos que devem instruir a proposta são estes que aqui estão? O que a Lei diz é que os elementos que devem instruir a proposta são estes que aqui estão. E portanto, nós não podemos invocar a Lei quando nos dá jeito, e esquecermos da Lei porque politicamente pode ser mais importante. Deve haver uma motivação? Em tudo deve haver uma motivação, é evidente que deve haver uma motivação. Ela pode estar escrita, pode ser dita, pode ser entendida, pode ser justificada. Eu comecei por dizer que nós fomos obrigados por uma Lei a tirar as chefias que tínhamos. Na Lei que repõe esta possibilidade, não vi nenhuma fundamentação – a Lei do Orçamento de Estado. Não vi nenhuma fundamentação. Nos recursos humanos, tem que instruir uma proposta que tem estes três elementos em concreto, uma para conhecimento, duas para votação. Portanto, se está bem feito, nós não vamos aqui inventar elementos para perturbar a discussão que está a ser feita no rigor instrutório que a Lei estabeleceu, não é à la carte. A Lei estabelece o que aqui está, e o documento vem instruído nos termos da Lei. E portanto, julgo que é suficiente.

Relativamente a quanto custa, eu percebo a sua pergunta, mas para o envolvimento e experiência que o senhor tem da Administração Pública, não compreendo que não seja apenas uma provocação. E vou-lhe dizer já por quê: é a mesma coisa se toda a gente for chefia e não estiver cá na casa? Claro que não é a mesma coisa; se estiverem todos de fora, tem um impacto financeiro muito maior. E se alguns forem cá de casa? O impacto é mais pequeno. E se alguns já estiverem nas carreiras mais elevadas? Então ainda é mais pequeno. Há casos até em que quase é igual, como sabe. Há casos até em que é quase igual. Então e naqueles casos em que não seja decidido já? Qual é o interesse? Nós podemos radicalizar, dizer que no mínimo é termos esta gente toda que está cá a ser chefe; no máximo, vem toda a gente de fora. Isto é importante? Qual é a informação privilegiada que isso nos dá para tomarmos a decisão? Vamos dizer: “Bem, se toda a gente ganhar o concurso e vem de fora, isto fica uma coisa caríssima.” E a Câmara vai fazer tudo ao mesmo tempo? E a Câmara não vai percebendo como é que estes rácios de controlo orçamental relativamente à despesa vão evoluindo? E portanto, tem aqui matérias que são de opção política, e tem aqui matérias que não são de opção política. Ou entender-se-á, por exemplo, que as exigências unanimemente aprovadas do Parlamento para nós gastarmos mais com cães e com gatos do que com idosos, ou com a Ação Social Escolar, que é o que vai acontecer daqui a meia dúzia de anos, se fazem com um veterinário e se fazem com um assistente? Cama, mesa e roupa lavada para não sei quantos cães, três assistentes operacionais ou quatro. Essa não é de opção, essa é de obrigação.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, as matérias não podem ser vistas e colocadas nestes termos como se fosse aqui com determinismo pré-estabelecido, que digamos que isto vai custar X, porque é impossível fazer esse exercício, porque se a Câmara fizer a colocação destes recursos em dois anos, ou em três, ou em quatro, os impactos são completamente diferentes; se existirem modificações legais que obriguem a suprir ou a criar outras circunstâncias, é completamente diferente. Vou-lhe dar já o exemplo de uma: esta assumida modificação dos critérios de classificação dos mestrados e dos licenciados antes e pós-Bolonha, tem ou não tem efeitos na contratação dos recursos humanos? Tem efeitos. Pode até impedir que alguns possam integrar algumas funções, de acordo com os concursos. Portanto, repare, isto tem tudo uma arbitrariedade, uma imprevisibilidade, sob o ponto de vista jurídico, sob o ponto de vista político, sob o ponto de vista temporal, e sob o ponto de vista financeiro, por uma razão muito simples: se houver atualização salarial, tem um efeito; se houver aumento das ajudas de custo, tem outro efeito; se acabarem com as ajudas de custo, tem outro efeito. Eu percebo, e como calcula, eu fiz as contas, eu tenho as contas, mas a utilidade que lhes retiro para esta discussão é pequena. Por quê? Eu acho que, politicamente, o que é relevante nesta proposta é percebermos: “Sr. Presidente, acha que esta proposta nos vai trazer mais eficiência gestonária, melhor gestão dos recursos, e que podendo gastar-se mais em recursos humanos, podemos fazer melhor gestão e termos mais respostas para os cidadãos, sem que seja necessariamente mais caro?” Essa é que é a questão política. E eu dir-lhe-ei: com bons profissionais e a podermos dar-lhes o máximo que está à nossa disposição sob o ponto de vista financeiro, eu acredito que sim, porque eu não acho que os funcionários que vão para as empresas, e que vão para outros serviços do Estado, sejam melhores do que aqueles que vêm para cá. Não acho que sejam. E nós temos em múltiplas áreas imensos bons exemplos de pessoas que vestiram a camisola e que mostram, de facto, que isso é possível. Vou dar-lhe o exemplo daquilo que está a acontecer agora com a Entidade Reguladora do Setor das Águas e Resíduos, está a convidar-nos para integrarmos a comissão que faz a avaliação dos tarifários, precisamente porque querem perceber o que é que nós fazemos em Pombal, porque em todos os sítios têm os gestores todos profissionais, a água está sempre a subir, e em Pombal não há gestores profissionais e a água não sobe, mas cumpre-se a Lei e aumenta-se a qualidade, o que significa, então, que alguma coisa se deve estar a fazer. Está-se a pagar mal às pessoas? Não, está-se a pagar aquilo que a Lei determina. Está-se a introduzir eficiência gestonária em algumas opções? Estamos. Está-se a melhorar as perdas? Sim, estamos a melhorar as perdas, estamos a perder menos. Estamos a ser mais racionados? Sim, estamos a usar bem o sistema que foi concebido precisamente para ser mais útil. Isso implica que não tenhamos que aumentar os preços? Sim, em alguns setores sim, em outros não. Por quê? Porque não há financiamento comunitário, e portanto, as coisas ficam debilitadas, como o saneamento, por exemplo. Pode acontecer.

Portanto, nós temos que olhar para estas coisas todas e perceber que profissionais é que temos cá. Eu gostava de ter na região os melhores profissionais a gerir a Câmara Municipal, nos recursos humanos, nas obras, nas informáticas, e muitos deles, os melhores estão cá, garanto-lhe, os melhores estão cá, pela experiência que têm. Acho que o impacto financeiro é uma boa observação, acho que há inúmeras variáveis, muitas delas não passam por nós. Agora, uma boa



MUNICÍPIO DE POMBAL

reflexão para a Assembleia: deve a Assembleia limitar as despesas de pessoal relativamente às suas despesas totais? Cá está uma decisão política. Sim senhor, nós achamos que em nenhuma circunstância deve ser mais do que vinte e quatro por cento (24%), vinte e cinco por cento (25%), valor relativo, e em valor absoluto, nunca devem ser mais do que X. Agora, vamos ver: então, e quando vierem os quatrocentos das escolas, como é que nós vamos trabalhar com isto? Nós vamos partir do pressuposto de que a componente financeira vem para aqui também, para pagar. Pois, vamos ver, é isso que temos que ver, vamos ver se as atualizações salariais vêm lá, vamos ver se o que gastarmos na otimização dos softwares para gestão dos recursos humanos lá está, vamos ver se a ADSE vem lá, porque se não vier a ADSE daquilo que são os gastos com os profissionais todos que estão nas escolas primárias, vejam quem é que paga a conta. Nós tivemos já aqui um episódio, o Dr. João acompanhou, a conta mais cara que tivemos que liquidar para a ADSE relativamente a uma coisa destas foi um filho de uma funcionária nossa – da Cecília, que é do Sobral de Vermoil – que teve uma operação num dos filhos que custou à Câmara cento e cinquenta mil euros (150.000€), pago pela Câmara. Agora, imaginem que temos dez destes, temos que suportar. Vai na Legislação setorial? Vai aumentar a despesa, não tenham dúvida nenhuma. Temos que ter gente saudável? Pois temos, mas infelizmente também temos gente que não tem saúde, e têm que ser apoiados na mesma. Portanto, a previsibilidade determinística de que isto vai ser para aqui ou para ali, eu percebo a sua preocupação e subscrevo-a, por isso é que tenho aqui conhecido no Anuário Financeiro quem é que vai à frente, quem é que vai atrás, quem é que gasta mais, quem é que gasta menos, quem tem mais dinheiro, é verdade. Mas, é um processo que anualmente deve ser avaliado. Aliás, eu julgo que será essa a razão que tem justificado que no PPI e no Orçamento se faça acompanhar a proposta com o Mapa de Pessoal, para se perceber precisamente os impactos financeiros que os recursos vão ter, porque tem um quadro previsional das despesas com pessoal, que é autónomo dessa proposta, dizendo que em chefias, em formação, em trabalhos noturnos, em trabalho extraordinário, etc., a previsão é oito (8.000.000€), oito e meio (8.500.000€), nove (9.000.000€), dez milhões de euros (10.000.000€). E está lá, e nós percebemos logo, imediatamente, o que é que pode acontecer nesse ano. E mesmo assim, como bem sabe, pode ter modificações, porque uma coisa é lançar um concurso em janeiro e acabá-lo em junho; outra coisa é lançá-lo em junho, e naquele ano não gastar nada porque a pessoa só entra em janeiro. Portanto, temos múltiplos vetores de variáveis, evidentemente no longo prazo eles terão repercussão, mas eu acho que aqui temos que fazer esta avaliação global. E parece-me que passados oito anos da proposta, que é praticamente esta que aqui está, pouco mais tem esta que aqui está, que a Assembleia e a Câmara, que se sentiu confortável, aprovando-a há dez anos atrás, ou há oito anos atrás, hoje se sinta igualmente confortável, porquanto os novos processos são completamente diferentes. Há pouco, a Sra. Deputada Célia fazia a referência sobre o nome do departamento sobre os serviços partilhados, e por aí fora; mas, alguém pensará que a coisa mais importante num departamento destes é a parte financeira? Não, a coisa mais importante é usar a tecnologia para gerir bem e disseminá-la pelos outros serviços, e ter serviços partilhados, e fazer esse controlo. Essa é a questão mais importante, e isso precisa, de facto, de uma leitura diferente. Por quê? Porque hoje as coisas fazem-se de maneira diferente



MUNICÍPIO DE POMBAL

do que se fazia há uns anos atrás, e temos que ter pessoas preparadas para isso, e esses instrumentos devem estar ao serviço de todos – da Câmara, mas também das freguesias.”

Usou novamente a palavra o Deputado **Manuel Barros**:

“Sr. Presidente, eu compreendo o seu esforço argumentativo nesta fase, mas tendo evocado o meu nome, eu penso que V. Exa. não me estava a responder à questão que eu coloquei. Provavelmente estará mais preocupado em falar para fora e para os trabalhadores, provavelmente, do que para mim, porque eu não levantei nenhum desses problemas que o senhor aí falou. Não, Sr. Presidente, o que eu disse foi que não tinha condições para poder ajuizar da bondade, ou não, das propostas, em ordem a poder votar favoravelmente ou contra elas, porque não conheço as motivações que presidiram às mesmas. Naturalmente, V. Exa. pergunta se a Lei determina que haja uma fundamentação; Sr. Presidente, sabemos que sim, há uma norma geral procedimental que manda fundamentar as decisões. Mas, as decisões, como sabemos – e a Lei também o esclarece, para quem não souber – têm três elementos essenciais: tem os elementos jurídicos, os fundamentos de direito, tem os fundamentos de facto que têm que ser captados da realidade que está a subsumir das normas, para depois extrair a conclusão correspondente. E só assim quem está de fora poderá ajuizar; perante estes elementos, sobre a bondade de uma proposta. Naturalmente, não está em causa, nem pus em causa as propostas que V. Exa. aqui trouxe, quero acreditar que são as melhores no seu duto critério; o que eu lhe disse foi que não consigo acompanhar o seu raciocínio porque não está aqui dito. O senhor já disse mais aqui hoje em prol da proposta do que vem nos documentos. Mas, os documentos é que contam, porque os homens e as mulheres passam, e os documentos ficam para a história.

V. Exa. está preocupado com os trabalhadores, eu também, eu sei que é difícil, na minha experiência na administração nunca apresentei um projeto que não tivesse de ser apresentado com a nota justificativa e com a avaliação financeira do mesmo – que ele não passaria, como sabe – mas, V. Exa. aqui tem a vida facilitada, porque tem uma maioria absoluta, e nós sabemos que na nossa democracia representativa, há dois fenómenos curiosos: há um em que se verifica a parlamentarização do Governo, como atualmente acontece no Governo da República, ou quase Governo de Assembleia, e tem outro fenómeno contrário, que é a governamentalização do Parlamento, quando há uma maioria absoluta, pacífica, que não tem sentido crítico. Sabemos que isso é assim, mas não há alternativa, é a democracia representativa, enquanto os deputados não tiverem uma noção diferente do que é a representação dos seus eleitores. Mas, deixemos isso, que são questões laterais.

Agora, V. Exa. disse que fez as contas; também acredito que sim. Então, Sr. Presidente, podem-se fazer as contas todas, a avaliação financeira, o impacto financeiro a preços atuais. O que vier depois logo se verá. A preços atuais é possível fazer. E V. Exa. fez as contas; por que não as trouxe? Nós temos aqui uma missão, este órgão é um órgão representativo, deliberativo, representativo dos munícipes, supostamente é um órgão que tem que olhar para aquilo que o Executivo faz, como é que faz. V. Exa. certamente tem – e se os tem, pergunto por que é que não trouxe – os estudos justificativos. Isto passa por uma análise de funções, muito simples, preordenada a uma reorganização. Isso dá-nos base de sustentação. É isso que eu digo que falta aqui. Eu não vou dizer que as propostas que V. Exa. aqui traz são más, até sendo assinadas por V.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Exa. é uma chancela, digamos assim, de qualidade. Agora, o que eu não posso é acompanhar o raciocínio por falta de um elemento essencial. E isso, peço imensa desculpa, Sr. Presidente, aquilo que V. Exa. disse em relação à minha intervenção foi para além daquilo que eu disse. Eu disse simplesmente isto.”

A Deputada **Célia Cavalheiro** interveio como se transcreve em seguida:

“Na resposta à minha questão falou-me dos precários, por quem o Bloco de Esquerda lutou. Aqui, o que eu denotei foi um excesso de cargos de topo. O que é que isso tem a ver com os precários? À partida, está a misturar tudo.

Disse-me que a Câmara de Leiria não é comparável, e realmente, eu só dei a Câmara de Leiria como exemplo porque Pombal está quase com o mesmo número de quadros, ou até superior – e eu sei que os SMAS são à parte, também tenho aqui dados do SMAS. Gostava é de saber o número de trabalhadores que existem nos serviços municipalizados, o que é difícil, uma vez que está tudo na mesma estrutura. Sabe-me dizer, por alto, qual é o número de trabalhadores que está nos serviços municipalizados, que estão afetos aos serviços que se costumam fazer nos atuais SMAS?”

Após o **Presidente da Câmara Municipal** responder que a Câmara Municipal de Pombal não tem serviços municipalizados, a Deputada **Célia Cavalheiro** continuou:

“Mesmo sem saber esse dado, tenho aqui dados do SMAS de Leiria, Nazaré, Peniche e Caldas, e em Pombal, sei que há um Diretor de Departamento, duas divisões, duas unidades, uma subunidade. Portanto, eu acho que o Presidente da Câmara enrolou e não deu valor nenhum aos números que eu trouxe aqui, nem sequer os tentou rebater, disse simplesmente que não são situações comparáveis. Eu olho para aqui e parece-me que isto são cargos que estão a ser criados à medida das necessidades do Executivo, e não dos municípios e do concelho. Lamento. O que é muito falado também nos tempos de hoje, jobs for the boys.”

O Deputado **João Coucelo** usou da palavra como se transcreve:

“Sobre esta matéria, eu quero ser muito rápido e muito sucinto, que é o seguinte: eu entendo que aqui não há governamentalização desta Assembleia e falta de sentido crítico daquelas pessoas que constituem a maioria. Não posso aceitar uma postura dessas. Queria dizer que em 2010 – e felizmente, estou ligado à Câmara por várias razões, e a esta Assembleia há trinta e quatro anos, já passei por muita coisa aqui, por muita discussão de mapas de pessoal, de estruturas orgânicas, por aí fora – em 2010 havia cinco departamentos. Estamos a propor a criação de mais um. Em 2008 havia cinco departamentos, há dez anos, e esta Câmara tem uma estrutura orgânica e uma estrutura funcional completamente diferente nesta altura. E a proposta que vem aqui tem determinados pressupostos descritos no início, e eu não acredito que uma Câmara que tem – como o Sr. Presidente da Câmara disse, e muito bem – a preocupação de controlo de custos com as despesas com pessoal venha trazer aqui para nós analisarmos uma nova estrutura organizacional que serve os municípios e não os funcionários da Câmara, mas que também, naturalmente, dá aquilo que muita gente discute hoje no Parlamento, de criar incentivos aos funcionários, criar motivação, responsabilização, exigência, a exigência que foi aqui demonstrada, que queremos ter os melhores profissionais nos cargos de topo e ter chefias que chefiem pessoas em unidades funcionais, uma hierarquia definida com funções, de forma a



MUNICÍPIO DE POMBAL

prestarmos o melhor serviço. Eu não posso duvidar da bondade da proposta, aliás, porque não tenho razões para criticar, atendendo a todo o passado desta Câmara nos últimos anos – e não é só da presidência do Dr. Diogo Mateus, mas também para trás, em que houve sempre a preocupação de contenção de custos e de haver de alguma forma uma Câmara com uma gestão racional dos seus meios. Eu, neste momento, olhando para isto, olhando para a Célia, para aquilo que a Célia Cavalheiro disse, eu não posso aceitar minimamente. Não há jobs for the boys; o problema da administração pública neste momento é que as pessoas estão a fugir dos lugares públicos precisamente porque o seu valor não é reconhecido. Estão a sair da administração pública, médicos, enfermeiros, assistentes, e por aí fora, precisamente porque não têm qualquer incentivo pelo seu bom desempenho. E é com isto que o Estado se está a defrontar; é com esta mentira de que estamos a fazer isto, aquilo e acolotro, que o Governo diz, que estamos a perder profissionais para o estrangeiro, e para as clínicas privadas, e para os hospitais privados, e para as escolas privadas, e para isto tudo. E é precisamente por isto que eu estou de acordo com esta proposta, porque ela é uma proposta para o futuro. Nós, na Assembleia, temos sempre a nossa função, que é julgar se para o ano, ou daqui a dois anos, houve um aumento de custos que a Câmara não consiga demonstrar que é eficaz para a gestão da Câmara, e nós aqui estaremos para penalizar, para julgar e para dizer: “Afinal, os senhores enganaram-nos.” E é por isso que eu voto favoravelmente esta proposta, porque não acredito, não aceito que se invoquem aqui argumentos que não têm nada a ver com a realidade da Câmara de Pombal, da de Leiria, de Caldas, de Peniche, Nazaré, etc., serviços municipalizados, onde há funcionários que ganham fortunas em serviços municipalizados que dão prejuízos tremendos. E esta Câmara optou, e muito bem, por fazer a gestão das águas, por explorar as águas, por não aderir às Águas do Mondego, no tempo do Eng.º Narciso Mota, e isto foi discutido aqui muito seriamente, há muitos anos atrás, dizer: “Não, nós não vamos encher os bolsos às Águas de Portugal, e aos administradores das Águas de Portugal, porque temos capacidade para gerir bem um recurso natural que nós temos no nosso concelho, e que podemos vender aos nossos cidadãos a preço muito mais baixo”, quando um membro do Partido Socialista aqui tentou, e veio cá tentar vender as Águas de Portugal, alegando qualidade das águas para pagar o dobro ou o triplo daquilo que os cidadãos neste momento pagam em Pombal.”

O Presidente da Câmara Municipal proferiu a seguinte resposta:

“Eu pergunto se a Assembleia vê algum inconveniente em que eu leia a nota justificativa do regulamento de organização dos serviços municipais do Município de Pombal, para ver se vai ao encontro da dita motivação que o Dr. Manuel Barros entende não existir aqui. É comprida.

Regulamento de organização dos serviços, é um elemento que faz parte desta proposta, e que é a nota justificativa do regulamento de organização dos serviços, que está no Ponto n.º 2.4, conformação e operacionalização da estrutura organizacional, o regulamento faz parte da proposta. Faz parte da proposta, está aqui. O regulamento não faz parte da proposta? O ponto que aqui está, o regulamento municipal de organização dos serviços municipais está aqui, tem uma nota justificativa, e que eu acho que pode tirar-lhe essas dúvidas todas, que o senhor entendeu fazer esta verificação de que a proposta está mal instruída.



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muitas foram as áreas de trabalho que sofreram alterações legais e desenvolvimento interno desde a última reestruturação orgânica operada em 2014, por imposição legal. Nessa altura, com a publicação da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, as autarquias viram-se obrigadas a rever as respetivas estruturas orgânicas e os regulamentos a elas associados, com fortes limitações ao número de unidades orgânicas a prever nessas estruturas, o que gerou a necessidade de aglutinar serviços e a sobrecarregar várias unidades orgânicas subsistentes, o que, porventura, as desviou do seu foco essencial e lhes castrou parte da eficácia e eficiência que tanto desejamos para os serviços municipais.” Parece-me que aqui temos um critério legal e um critério de eficácia e eficiência.

“Temos presente que a estrutura orgânica é sempre um documento delineado com os olhos no futuro, mas o seu uso como ferramenta de gestão por excelência deve contemplar o momento presente e a envolvente que lhe está subjacente. Por isso, ultrapassadas aquelas restrições legais, entende-se ser o momento de proceder a nova reestruturação orgânica, eliminando os focos de entropia gerados pela aglutinação de serviços e aproveitando a oportunidade para dar uma visão mais moderna e ágil aos serviços municipais, ao mesmo tempo que se prepara a autarquia para o processo de descentralização administrativa que se avizinha.

Por último, entende-se que o clima organizacional pode ser, em muito, melhorado, com uma estrutura orgânica mais funcional e dirigida para uma gestão dos recursos humanos mais eficiente, sendo essa uma atividade primordial na vida das organizações, pois nela assentam os alicerces conducentes à existência de níveis de eficácia e eficiência coletiva e individual dos serviços que compõem a autarquia. Com efeito, acreditamos que o nível de qualidade dos serviços prestados às populações será tanto melhor quanto mais elevados forem os níveis de motivação dos trabalhadores e que se pode voltar a criar um ciclo virtuoso na relação autarquia – população – trabalhadores.

Face ao acima exposto, a presente reestruturação funcional e operacional adequa a organização dos serviços e respetivo mapa de pessoal à nova realidade da atuação do Município de Pombal, considerando-se que esta, no contexto a que já nos referimos, é a melhor forma de garantir a concretização de princípios fundamentais como o da prossecução do interesse público, do dever da decisão célere e da colaboração da administração com os particulares, isto é, do Município com os seus munícipes.”

E depois tem os princípios gerais, o âmbito de aplicação, a visão, que dá outra leitura, a missão e os objetivos gerais que estão nesta proposta, para além dos princípios gerais de atuação dos serviços municipais, que são os que estão na Lei. É evidente que nós podemos sempre aqui criar um obstáculo intelectual àquilo que é o princípio fundamental que justifica a proposta. Eu acho que ela não se coloca de maneira nenhuma. E agradeço a sua observação, mas parece-me que estamos mais uma vez a perder tempo em matérias que sob o ponto de vista da utilidade na vida dos cidadãos e na gestão desta casa, podem ser muito bonitas sob o ponto de vista jurídico-político, mas são muito inconsequentes sob o ponto de vista prático, porque os critérios são outros.

E deixe-me dizer-lhe, ainda sobre esta questão da governamentalização do Parlamento ou a parlamentarização do Governo, deixe-me dizer-lhe que essa é uma prova, que eu acho até de



MUNICÍPIO DE POMBAL

muito pouco bom gosto, à posição que os vereadores do seu movimento tiveram na aprovação destes documentos. Não é uma questão de subordinação, é uma questão de princípios. E os princípios não são de subordinação; é de concordância ou de discordância.

Sra. Deputada Célia Cavalheiro, eu já tive ocasião de dizer, no outro dia, a uma Sra. Deputada do Partido Socialista (que hoje não está) que sempre que encontrar motivos que na sua ótica justificam a abertura de uma comissão parlamentar desta Assembleia Municipal para avaliar um qualquer concurso público, que faça o favor de a requerer. Não levantem suspeitas sobre a organização municipal. Uma coisa é dizer isto no café, outra coisa é dizer isto aqui, e a todos nós compete uma missão de responsabilidade e de integridade deste órgão e das suas competências. E portanto, os senhores não devem fazer essas observações se não tiverem uma factualidade. Os júris destes concursos, como bem sabe, nem são pessoas do Concelho de Pombal, porque como sabe, para termos júris destes precisamos de pessoas que tenham funções de chefia superiores àquelas que estão a ser contratadas, na maior parte dos casos. E portanto, são sempre composições externas ao Município de Pombal. E se quiser conhecer esses critérios, faça o favor de os utilizar, até porque eles vêm à Assembleia. Agora, não levante a suspeita absolutamente infundamentada, porque felizmente não têm havido concursos para chefias rigorosamente nenhuma, e as chefias que cá estão são as chefias que já cá estavam, e muitas dessas pessoas que eram Diretores de Departamento passaram a Chefes de Divisão, e muitas dessas pessoas que eram Chefes de Divisão passaram para Chefes de Unidade, os Chefes de Unidade foram para as suas carreiras de origem, o que significa que foram cumprindo a sua missão dentro destas circunstâncias que foram impostas, porque se elas não fossem impostas, nós não estávamos a fazer esta discussão nestes termos, de todo, passados dez anos, ou passados seis anos de termos tido a respetiva aprovação. Estamos a fazê-lo aqui precisamente porque a Lei veio dizer que esta é a altura para se poder fazer.

Eu também gostava de encontrar na Lei do Orçamento de Estado aquilo que viesse dizer: “Esta abertura para a contratação de chefias para as Câmaras Municipais de Portugal inteiro custará...” não sei quantos milhões de euros. Isso é que eu gostava de ver. Estava lá escrito no Orçamento de Estado? Eu não vi. E os critérios que o senhor acabou aqui de apresentar tinham a ver com a Lei, não têm a ver com o ato administrativo. São diferentes, como bem sabe. E portanto, se a Lei que aprova o Orçamento de Estado não tem essas componentes, como é que o senhor está a exigir que o regulamento municipal tenha que os ter, ou a aprovação municipal. São esses dois pesos e duas medidas que eu não consigo perceber na coerência das suas intervenções.”

A Assembleia deliberou, por maioria, com cinco votos (quatro do NMPH e um do BE) contra e uma abstenção (do PSD), aprovar a proposta sobre a redefinição da estrutura orgânica dos serviços.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

O Deputado **Manuel Barros** apresentou uma declaração de voto referente aos Pontos n.º 2.3 e 2.5, conforme se transcreve:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Votámos contra a proposta, visto que não a pondo em causa, não a podemos acompanhar por falta das respetivas motivações, baseadas nos estudos justificativos que não a acompanharam. Embora o Sr. Presidente da Câmara tenha aqui feito algumas considerações que alargaram, digamos assim, a luz sobre as questões, naturalmente que não é suficiente para nós podermos acompanhar.”

Ponto 2.4. Apresentação da proposta da Câmara sobre a conformação da nova estrutura orgânica – Para Conhecimento;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal de suporte à nova estrutura orgânica;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

A Assembleia deliberou, por maioria, com cinco votos contra (quatro do NMPH e um do BE) e uma abstenção (do PSD), aprovar a proposta sobre o Mapa de Pessoal de suporte à nova estrutura orgânica, nos termos propostos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 2ª Revisão ao Orçamento de 2018 e as Grandes Opções do Plano 2018/2021;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

O Deputado **Carlos Lopes** proferiu a intervenção seguinte:

“Para dizer que o Partido Socialista, quando foi a votação do Orçamento, votou contra. E portanto, neste ponto, por uma questão de coerência, e atendendo exatamente a que já no



MUNICÍPIO DE POMBAL

anterior tínhamos votado contra, o nosso voto não poderá ser diferente. E portanto, vamos votar contra.

Gostaria só de fazer aqui um pequeno parêntesis para dizer o seguinte, e respondendo ao repto do Dr. João Coucelo, e com todo o respeito, mas o Dr. João Coucelo está enganado na parte em que se refere ao Partido Socialista. E por quê? Porque não foi o Partido Socialista que, quando foi Governo, andou a tentar vender tudo e mais alguma coisa: Caixa Geral de Depósitos, CP, enfim. Nem sequer faz parte da nossa ideologia. É bom que isto fique claro, para que não ofereça dúvidas sobre quem é que quer vender o quê e por que preço.”

O Deputado **João Coucelo** fez a seguinte intervenção:

“Eu acho que o Dr. Carlos Lopes, com todo o respeito e amizade que tenho por si, mas fez uma extrapolação. Eu falei exclusivamente nas águas. Houve uma pessoa que pertenceu a esta Câmara, que era do Partido Socialista, e que fez promoção aqui em Pombal, veio nos jornais, etc., e fez algumas críticas ao facto de Pombal não aderir às Águas de Portugal, pela qualidade da água, assim e assado. Eu só falei na questão das águas, é por essa razão que nós não temos neste momento uma externalização desse produto para as populações do concelho, e somos nós que fazemos a gestão das águas. Eu só falei nessa questão. Eu não falei no nome da pessoa, não interessa, já lá vai, mas na realidade isto está tudo nos jornais, e está aqui, está na Câmara, e por aí fora. Bom, era só para dizer que relativamente a quem é que anda a vender o quê, desculpe lá, mas eu não tomo as dores de parto dessas alegações. E agora, se quiser ir um pouco mais longe – para dizer que não estou contra si de maneira nenhuma, estou apenas a esclarecê-lo – nem o Partido Socialista pode dar aqui grandes lições sobre essa matéria da venda de coisas públicas a privados, nem o PSD também pode dar grandes lições sobre a mesma matéria. Portanto, é melhor ficarmos por aqui, porque, realmente, aqui não há os bons e os maus.”

O Deputado **Manuel Barros** interveio como se transcreve:

“Sobre esta proposta, nós, em coerência, temos de nos comportar como no início. No início, nós alertámos aqui que não veio à aprovação inicialmente Grandes Opções do Plano para o quadriénio do mandato. E portanto, tudo o mais, digamos assim, estaria inquinado por essa falta. E nesta fase, nós não poderemos também, em coerência, acompanhar a proposta que aqui vem, por esses motivos. É uma questão de fundo que tem que ver com a forma como se encaram estas questões, porque, naturalmente, nós continuamos aqui sem saber aquilo que estamos a gastar, e com que objetivo é que se faz. Essa é que é a questão, o que é que nós nos propúnhamos inicialmente atingir no fim do mandato, e como é que iríamos gastar o dinheiro para lá chegar. É isso que para mim me falta. Eu sou aqui acusado de ser um pouco teórico, tenho muita pena, mas as questões são assim. À mulher de César, não basta sê-lo. Nós aqui temos é que, primeiro, demonstrar o caminho que queremos fazer e os objetivos que queremos alcançar; depois, temos os recursos na mão para cumprir esses objetivos, e demonstrar que lá chegámos, bem ou mal. Mas, assim, não consigo acompanhar, porque não há realmente opções.”

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu da seguinte forma:

“Eu creio que não me fizeram nenhuma pergunta. Recordava só ao Dr. Carlos Lopes os mil, cento e trinta e sete milhões de euros (1.137.000.000€) das SCUT's que Portugal vai ter que



MUNICÍPIO DE POMBAL

pagar no ano de 2019, por esses bons negócios que foram feitos nos tempos da grande governação e da externalização das responsabilidades.

A Assembleia deliberou, por maioria, com nove votos contra (quatro do NMPH, quatro do PS e um do BE), aprovar a proposta sobre a 2ª Revisão ao Orçamento de 2018 e as Grandes Opções do Plano 2018/2021, nos termos propostos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.7. Apresentação e discussão da proposta da Câmara sobre os encargos na área da Educação – ano letivo 2018/2019 – Para Conhecimento;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

O Presidente da Câmara Municipal apresentou este ponto:

“Eu julgo que é importante, Sra. Presidente, nós sublinharmos aquilo que são as opções políticas vs. determinações legais. E portanto, eu quero aqui sublinhar os valores de apoio na Ação Social Escolar, quero aqui sublinhar o esforço que fazemos para garantir o transporte gratuito do ensino secundário a todos os alunos do Concelho de Pombal, que não é uma obrigação legal, quero aqui sublinhar a capitação de assistentes operacionais no pré-escolar, junto das respetivas educadoras, que é mais do dobro daquilo que a Lei estabelece, e quero aqui fazer referência à Ação Social Escolar do 1.º ciclo, que é mais do dobro daquilo que a Lei estabelece relativamente às obrigações da Câmara. E deixar aqui um agradecimento às Juntas de Freguesia e às Associações de Pais, e aos Agrupamentos, pela proposta que conseguimos fazer, e por esta coordenação de esforços das várias entidades envolvidas.”

A Assembleia tomou conhecimento da proposta sobre os encargos na área da Educação – ano letivo 2018/2019.

Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de autorização de despesa e de assunção de compromissos para os anos económicos seguintes para a prestação de serviços postais;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta sobre o pedido de autorização de despesa e de assunção de compromissos para os anos económicos seguintes para a prestação de serviços postais, nos termos propostos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2018;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

O Presidente da Câmara Municipal sobre este ponto proferiu apenas a seguinte declaração:

“A proposta mantém-se exatamente igual ao que tem acontecido nos últimos quatro anos, esta será para o quinto ano, e portanto, o valor mínimo que a Lei nos permite.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta sobre a fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2018, nos termos propostos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com o número de dependentes, relativo ao ano de 2018;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

O Presidente da Câmara Municipal sobre este ponto proferiu apenas a seguinte declaração:

“Só sublinhar a circunstância de que nesta proposta, a despesa fiscal que lhe está associada são cento e quarenta mil, quinhentos e quarenta euros (140.540€), que ficam nas mãos das famílias, por dispensa desta possibilidade que a Lei nos permite, e que abrange mais de quatro mil e duzentos cidadãos no nosso concelho.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta sobre a fixação da redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com o número de dependentes, relativo ao ano de 2018, nos termos propostos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2018;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte apresentação:

“A proposta é exatamente igual àquela que temos vindo a fazer nos anos anteriores, sendo certo que agora, na extensão das áreas de reabilitação urbana que estão aprovadas, passa a aplicar-se também a outros territórios do nosso concelho, nomeadamente os que já têm as ARU's aprovadas.”

O Deputado Carlos Lopes usou da palavra:

“A questão que nos leva a tomarmos a palavra neste ponto tem a ver com o seguinte: a primeira questão é saber se, efetivamente, a Câmara tem o levantamento dos prédios degradados. Nós, efetivamente, não tivemos conhecimento desse número, sabemos que já em 2016, o Sr. Vereador Pedro Murteira dizia que o inventário estava feito e que iria comunicar esse número de prédios até ao dia 30 de novembro à Autoridade Tributária. Não sabemos se o fez, se não fez, é uma dúvida que nós temos, se efetivamente esses prédios estão ou não estão identificados.

Aquilo que nos parece, Sr. Presidente, é que efetivamente existe aqui um sentimento de impunidade relativamente àquilo que aprovámos. Ou seja, nós ficamos com a sensação de que estamos aqui a aprovar uma majoração, mas depois que, na prática, ela não tem aplicação. Eu percebo que o Município tenha alguma dificuldade em fazer estes levantamentos, mas também há de compreender que não é confortável para esta Assembleia estarmos aqui a aprovar um documento que depois não tem a prática. Ou seja, isto depois, na prática, como se costuma dizer na gíria, não se passa nada. Eu acho que esta mensagem de impunidade que poderá estar aqui não é boa para a Assembleia.

E já em 2016, V. Exa. teve uma intervenção que merece aqui ser rebuscada, porque ela é importante, e que dizia assim: “Não basta comunicar às Finanças; é preciso publicar até ao final da primavera uma relação que tem de ser tornada pública nos jornais, identificando os proprietários, os NIF's, as localizações, precisamente para as pessoas conhecerem e poderem reagir. Nós, não o fazendo, estamos a fazer mal o nosso serviço. Não vale a pena tomar a decisão política, não vale a pena reiterá-la de ano para ano, se depois quem tem a obrigação de fazer o trabalho, os técnicos que são responsáveis por isso, e que por isso têm a obrigação de o fazer, fazem-no mal feito. Eu espero ver muito rapidamente publicado, e se houver dúvidas quanto ao critério técnico, jurídico ou administrativo que tem que ser seguido, que se solicitem os



MUNICÍPIO DE POMBAL

pareceres, opiniões e metodologias em prática noutros Municípios, de maneira a que estas coisas não sejam uma espécie de sugestão de cumprimento mais ou menos voluntário”, etc.

Portanto, eu acho que estas declarações são importantes. Sr. Presidente, de facto, nós ficamos aqui, como eu dizia há pedaço, com esta sensação de impunidade. Eu acho, Sr. Presidente, que vamos ter que fazer uma reflexão séria, se efetivamente devemos continuar a aprovar em sede da Assembleia Municipal esta majoração, para que depois ela não venha a ter aplicação na prática. Isto é o pior que nos pode acontecer, é estarmos aqui a aprovar documentos inconsequentes.

E portanto, era esta sugestão que eu aqui deixava, para que no próximo ano, de facto, fizéssemos aqui uma reflexão séria, profunda, no sentido de saber se, efetivamente, é de continuarmos a votar aqui esta taxa de majoração.”

O Presidente da Câmara Municipal deu a seguinte resposta:

“Muito obrigado, Dr. Carlos Lopes. Eu acho que se perdeu um bocadinho naquilo que é a objetividade do trabalho que nós fazemos. Repare, a Câmara não quer majorar para agravar o valor do IMI dos respetivos proprietários; a Câmara dá um sinal, normalmente a um ano de distância, promovendo vistorias, notificando os respetivos proprietários que estarão em situação de incumprimento, exortando-os à reparação e à requalificação dos respetivos edifícios. E se não for possível fazer noutros locais, eu perguntarei se a Assembleia entende e conclui que a recuperação do Edifício das Arcadas, aqui em Pombal, resultou apenas da decisão do condomínio. Não, resultou de uma vistoria e um pedido da Câmara. Se a recuperação da casa dos sobrinhos do Dr. Adelino Torres, que está por cima da Casa Bebê, se foi feita por iniciativa do próprio, ou se resultou de uma vistoria prévia. Foi feita por essa vistoria. Se a pintura da casa da Dra. Marina Leal e o arranjo das respetivas fachadas foi feita por essa opção pessoal, ou se resultou de uma vistoria prévia. Foi feita uma vistoria prévia. Se a recuperação das casas dos herdeiros do Lagoa, naquela esquina onde era a antiga Sapataria Cruz foi feita, foi feita porque houve vistoria prévia. Se a requalificação que vai à Reunião de Câmara, a isenção das taxas, precisamente pela mesma situação, que já está aprovado o projeto da requalificação do edifício por cima do banco, aqui à frente, e que é do Luís Carlos e do Paulo Sá, se também foi feita por essa opção, ou se resultou de uma exortação à família, de um pedido, que, aliás, fez a venda precisamente por causa disso. Se a recuperação das casas aqui à frente, da Dra. Maria Antónia Jorge Ferreira, se foram feitas nos mesmos termos, ou se a recuperação da casa onde vive o Dr. Paiva foi a mesma coisa. Não, todas elas resultaram de prévias notificações e vistorias. E portanto, esta tem sido a consequência prática.

O que existe também é a comunicação ao Fisco – e isso foi publicado nos jornais, eu assinei essa edição, precisamente identificando aqueles que estão em incumprimento, e portanto, têm aqui um agravamento do imposto, porque isso vai acelerar a tomada de solução relativamente àquilo que é a utilização desse património. É isso que tem sido feito. E eu confesso-lhe que em dois anos e meio, três, termos estes quase dez edifícios todos arranjados era uma coisa que, se calhar, há meia dúzia de anos atrás ninguém pensaria que fosse possível. Estão feitos, estão arranjados, parece-me que a cidade está mais bonita, e parece-me que é uma lógica que deve funcionar noutros locais onde igualmente se tenham feito grandes esforços de requalificação do espaço público, e que devem ser acompanhados também por parte dos privados, ou pelo menos



MUNICÍPIO DE POMBAL

introduzirem na dinâmica urbanística esses movimentos que permitam que alguém possa tirar melhor rendimento dos prédios, e uma melhor resposta às necessidades de todos. Senão, ficamos como em Lisboa, em que tudo sobe de preço, e depois alguém há de ganhar dinheiro com essa especulação.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2018, nos termos propostos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da Taxa do Imposto Municipal sobre prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2018;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte apresentação referente a este ponto:

“Cá está uma matéria que há pouco, quando se falava das florestas, nós não esperámos que tudo tivesse ardido para tomarmos esta decisão; entendemos que, de facto, proceder-se a esta identificação seria uma forma de precipitarmos a limpeza. Não foi tão bem atingido este desiderato como aquele que há pouco referíamos, dos prédios urbanos, não há dúvida nenhuma. Que este ano há identificação desses prédios, porque foram identificadas as freguesias prioritárias e secundárias, e que vamos ter mais prédios identificados, onde nós, através dos mecanismos da limpeza coerciva, nos vamos substituir a particulares, e portanto, vamos ter que identificar esses prédios e os respetivos titulares, isso já está a acontecer, estão trinta e nove officios na rua, há mais cerca de setenta para saírem, precisamente para fazer essas notificações a quem se conhece e a quem não se conhece, e portanto, é um esforço de todos.

Quero aqui sublinhar que este imposto não é um imposto que venha para os cofres municipais, porquanto o IMI Rústico é um imposto que aproveita exclusivamente às freguesias, desde a Lei n.º 75/2013.”

Usou da palavra o Deputado **Manuel Barros**, como se transcreve:

“Naturalmente, está aqui, é uma prerrogativa legal, uma faculdade legal que a Assembleia poderá ter desta majoração. Agora, o que eu perguntaria era: está feito um levantamento deste problema? Quais são os contornos que ele tem? Imaginem só: qual é o perfil dos proprietários e da propriedade? E imaginem, por exemplo, meia dúzia de metros quadrados, que pagarão uns centimos de imposto, vão passar a pagar, no mínimo, vinte euros (20€). Isto vai ter consequências imprevisíveis. Naturalmente que talvez fosse avisado tentar fazer previamente uma análise



MUNICÍPIO DE POMBAL

preventiva, digamos assim, destas situações. A proposta é perfeitamente legal, não tem qualquer questão; agora, fica no ar isto: provavelmente as consequências que isto vai dar vão ser mais gravosas para o Município do que as vantagens da aplicação desta majoração.”

O Deputado **Carlos Lopes** interveio da seguinte forma:

“Sr. Presidente, eu confesso que não percebi, em termos de comunicações, o número daquelas que foram feitas, porque, efetivamente, é importante que a Assembleia tenha conhecimento daquilo que foi o trabalho feito pelo Município neste particular. Ou seja, era importante que nós soubéssemos, efetivamente, quantos proprietários é que foram identificados que não cumpriram, e que, portanto, por força desse incumprimento estão sujeitos à aplicação desta majoração, sendo que essa não pode ser inferior a vinte euros (20€). Eu percebo, já o disse no ponto anterior, que esta não seja uma medida que seja de fácil aplicação, atendendo a que nós não temos o cadastro, e portanto, de alguma forma o Município poderá ter aqui algumas dificuldades em identificar os proprietários. É evidente que, como o Sr. Presidente dizia há bocadinho, esta receita é uma receita que vai diretamente para os cofres das Juntas de Freguesia, e portanto, eu acho que os Srs. Presidentes de Junta poderão ter aqui um papel ativo no sentido de ajudar o Município, até porque eles têm um conhecimento – digo eu – mais concreto, mais objetivo do terreno, mas dizia eu também, ajudar o Município a identificar esses proprietários.

É evidente que nós não queremos que o Município aplique esta majoração, ou seja, esta majoração deve servir como fator dissuasor, deve servir como motivação para que as pessoas limpem. Esse, penso eu, é o interesse de todos nós. E portanto, acho que era importante termos este levantamento para que possamos perceber qual é o nível de aplicação que esta medida e que esta majoração tem tido.”

Como resposta, o **Presidente da Câmara Municipal** fez a seguinte intervenção:

“Eu acho que, de facto, nós temos aqui uma leitura um bocadinho diferente da forma como o problema se resolve, porque, de facto, eu acho que o país há décadas demais espera os levantamentos; os levantamentos é que são o problema principal para se resolverem outras questões. Eu pergunto se algum dos Srs. Presidentes de Junta teve que fazer levantamentos para limpar os duzentos e dez hectares que este ano limpámos nas faixas paralelas às linhas rodoviárias do Concelho de Pombal, que significa mais de cem quilómetros, dez metros para cada lado. Não foi preciso fazer levantamento nenhum. E se fosse preciso algum levantamento, nós ainda não tínhamos feito um metro quadrado de limpeza. Essa é uma diferença grande na forma, entre aqueles que querem fazer e aqueles que não querem fazer.

Eu não percebi o alcance das palavras do Dr. Manuel Barros quando fez a referência ao que é que pode ser mais prejudicial ou menos prejudicial, mas há uma coisa que eu lhe garanto: prejudicial é morrer gente ardida nas suas casas por ter a floresta por limpar. Isso é que é prejudicial. E nós temos que continuar a fazer o trabalho que temos feito, e ir ao encontro das pessoas, que nem sequer temos aqui discricionariedade. A Lei estabelece, conjugando o critério de prioridade de hierarquia de intervenção, a Lei estabelece inequivocamente sobre que zonas, sobre que territórios e com que prioridades é que devem ser feitas as limpezas junto às zonas urbanas. Eu, há pouco, fiz referência a que no nosso concelho temos três freguesias de prioridade 1 (Abiul, Redinha e Carnide), significa que nos polígonos do espaço urbano consagrado devem



MUNICÍPIO DE POMBAL

ser feitas limpezas a cinquenta metros, fazendo-se o convite a que os respetivos proprietários façam as limpezas. A Câmara, há quatro meses atrás, abriu um concurso, calculou todas essas áreas – não precisam de saber de quem é que elas eram – para que se ninguém fizesse essas limpezas, nós nos substituíssemos ao proprietário, porque é isso que a Lei estabelece. Mais de noventa por cento (90%) dos proprietários e das áreas ficaram limpas por essa intervenção. Já não estamos a discutir se há ou não há dono; hoje, os serviços de fiscalização, as equipas do Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana e os Sapadores vão aos locais e percebem que, de facto, as áreas estão limpas, e a Câmara Municipal provavelmente não gastará mais do que talvez dez por cento (10%) do valor de um concurso, que era de quinhentos e não sei quantos mil euros, que veio aqui. E isto por quê? Porque os cidadãos limpam. Essas são as prioridades estabelecidas nas freguesias, e estabelecidas naquilo que são as áreas de maior risco, que estão numa carta de risco aprovada no PDM, faz parte do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e que nós temos que respeitar. Para além disso, temos aquilo que são as obrigações do n.º 124/2006, que estabelece em que instalações, em que equipamentos é que temos que fazer. Por isso é que a Câmara foi fazer a limpeza cem metros à volta do Parque Industrial Manuel da Mota, e já não está preocupada com quem é que são os donos; tem que fazer a limpeza, e faz a limpeza – não removemos árvores, e portanto, fazemos a limpeza dos matos.

Portanto, fazer esta intervenção em substituição dos particulares, ocorre-nos duas coisas: pessoas que, de facto, não sabem se são donos, e nós podemos até nunca vir a receber esse dinheiro, e uma das questões que nós quisemos utilizar, que também veio aqui, foi precisamente o mecanismo de contratação financeira através de um fundo criado pela Direção Geral das Autarquias Locais, que financia sem onerar a dívida municipal o número de metros quadrados que sejam limpos através desta operação. E podem acontecer duas coisas: nunca recebemos esse dinheiro, ou irmos recebendo esse dinheiro; ou uma terceira, eventualmente, que é termos cidadãos que digam: “Eu não tenho condição física, eu não tenho condição financeira para poder liquidar”, e então, a Câmara tem que assumir, através do seu Orçamento, essas condições. Tem que ser regulado para ser devidamente aprovado.

Eu acho que é muito mais importante nós concentrarmo-nos na resolução do que estarmos a problematizar como é que havemos de fazer. E reparem, aqui o Presidente da Câmara tem responsabilidade civil? Tem, pois claro que tem. Eu podia refugiar-me naquela declaração tradicional de muitos autarcas, que é: “Então e nós vamos entrar no prédio dos outros, e eles vão-nos demandar porque nós não temos autorização?” Por isso é que é tão importante fazer este trabalho com os Srs. Presidentes de Junta, por isso é que em setecentos ou oitocentos hectares feitos nos últimos quatro ou cinco anos, tivemos duas reclamações, porque as pessoas percebem, porque as pessoas aplaudem, porque as pessoas agradecem, porque as pessoas reconhecem em muitos casos que não é possível, ao mesmo tempo que nos vai permitindo também conhecer melhor o nosso território. Eu acho que isto tem funcionado bem. Deixe-me dizer-lhe que apesar de o Legislador ter dito que nalguns casos, o Município poderia cortar a lenha para depois se ressarcir financeiramente das despesas de limpeza, quando não houvesse nem conseguíssemos identificar os respetivos proprietários, eu digo aquilo que já disse aos Srs.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidentes de Junta: eu não recomendo que cortem nada, porque o mato, as pessoas ainda agradecem que seja limpo; remover os pinheiros e eucaliptos, já acho que vai ser um grande “trinta e um”, e vamos estar aqui com discussões por lana caprina. Portanto, o melhor é identificar quem é a pessoa, e dizer que tem que cortar a árvore. Criam-se situações injustas? Não há dúvida nenhuma. Quando o Legislador estabeleceu que não pode haver árvores a mais de dez metros uma da outra, eu recordo sempre aquele senhor de Albergaria dos Doze, quando fizemos a sessão, que disse: “Sr. Presidente, a minha parcela só tem cinco metros de largura, quem é que corta? Eu ou o meu vizinho?” Alguém vai ter que cortar. E isso cria uma situação de injustiça. Isto é o que o Legislador criou, e nós temos que aplicar na rua.

O objetivo principal disto é chamar à atenção, porque de um modo geral, o nosso território, o nosso concelho tem tido uma colaboração extraordinária nas limpezas voluntárias. E portanto, eu nem fico muito preocupado com quem é que limpou, desde que esteja limpo. Há uma coisa que eu tenho a certeza: o português é um homem tão cioso da sua propriedade que nunca vai limpar a propriedade do vizinho, à partida. Mas, também é verdade que, às vezes, se fizer essa limpeza, o vizinho vai-se manifestar e vai dizer “esta parte é minha”. Entender-se-ão eles, com certeza, sem nenhum tipo de problema.

Eu acho que é muito mais importante a redução do risco do que aquilo que possa constituir o resultado financeiro desta opção política. Acho que a redução do risco é o mais importante. E por isso, nós achámos que havia espaço para fazermos um investimento, o concurso que foi publicado era de mais de meio milhão de euros (500.000€) para fazer a limpeza desses quatrocentos hectares, a quinhentos e oitenta e sete euros (587€) o hectare, que estão a ser feitos, entretanto terminam no final deste mês, e que de um modo geral correspondeu às expectativas dentro do que era prioritário. Há sempre muita coisa para limpar? É verdade que há coisas para limpar; nós não conseguimos fazer isto ao mesmo tempo, em todo o lado, com os mesmos meios. Aliás, reparem: o próprio país não tinha condição para fazer tantas limpezas ao mesmo tempo. Vamos ver, desse fundo que foi criado, quanto é que vai ser usado, quantos hectares é que se fizeram, e houve aqui um trabalho dos cidadãos. O que eu acho que é importante é nós não deixarmos de ter isto em linha de conta, há pessoas que, de facto, não limpam, e não é por nenhuma das boas razões que nós compreendemos – porque são mais velhos, porque não têm rendimento, porque o rendimento que tiram das propriedades é substancialmente inferior àquilo que são as suas obrigações. Há uns que não limpam porque não querem limpar, e para estes, nós também temos que ter aqui uma política que vá ao encontro de contrariar essas tendências, que nós sabemos que também existem.

Portanto, os processos estão identificados, o Dr. Carlos Lopes perguntou quantos são, foram trinta e nove que foram identificados, foram notificados para fazer as limpezas voluntárias, se não as fizerem, nós vamos fazer agora as coercivas, e seguem-se mais trinta e nove espalhados pelas três freguesias prioritárias, e seguir-se-ão todos os outros que ainda vêm a seguir. É um processo que vai continuamente continuar a desenvolver-se, evidentemente.”

Usou novamente da palavra o Deputado **Manuel Barros:**

“Sr. Presidente, a minha dúvida é sobre a questão precisamente da eficácia, que o senhor referiu muito bem. Eu aposto muito mais na substituição da Câmara aos proprietários e fazer as



MUNICÍPIO DE POMBAL

limpezas, porque isso é a prevenção efetiva, é isso que diminui o risco, do que este lançamento geral e abstrato desta majoração, sobre não se sabe quem. Enfim, eu poderia mostrar ao Sr. Presidente, se tivesse tempo – se é que não tem – casos que eu conheço, que nas zonas urbanas ninguém limpou, nem se sabe a quem pedir, ou noutros casos é de não sei quantos, e nenhum assume que é o proprietário. Estamos cheios desses problemas. É por isso que eu digo que isto, até pode ser que seja bom; agora, não sei se isto não dará um problema complicado em relação a certo perfil, porque em relação a proprietários que têm possibilidades, tudo bem, mas, veja uma coisa: este ano, quem cumpriu a Lei e limpou até à data legalmente estabelecida, se o Sr. Presidente lá for agora diz que não cumpriu, e não tem rendimentos para estar de mês a mês a fazer limpezas. É por isso que eu disse previamente, e V. Exa. não tem culpa, que a Lei não é feita pelos Municípios, naturalmente que quando a Lei não é realista, não vai ao encontro do sentido das pessoas, ela está votada ao insucesso. O que eu não queria, enfim, era entrar no comboio desse insucesso, por isso é que eu perguntei: haverá alguma alternativa? Não seria preferível apostarmos, mas apostar fortemente, na substituição com a fiscalização efetiva? Porque, por exemplo, naturalmente eu conheço casos – não posso estar aqui a falar em casos pessoais, particulares, como é evidente – que se a fiscalização lá tivesse passado, não poderia ter deixado as coisas como elas lá estão, por exemplo. Isso é que é a prevenção. Eu apostava muito mais nisso. E então, aí sim, se tem, a Câmara substitui-se imediatamente, há eficácia na diminuição do risco, do perigo, e depois o proprietário paga; e se não pagar, as consequências serão outras. É um pouco por isso que eu levantei aqui a questão. A questão não é fácil, é melindrosa, por isso é que eu digo, se avançar, só se for, digamos assim, com uma espécie de agitação do receio das pessoas, que isto tenha essa tentativa, digamos assim, de prevenção geral. Oxalá tenha sucesso, mas eu tenho dúvidas sobre isso.”

O Presidente da Câmara Municipal respondeu:

“Eu julgo que depois daquilo que foi a revolução da Legislação florestal, em que a maior parte das pessoas este ano fez as suas limpezas com medo das multas, porque se bem se recorda, grande parte da campanha de comunicação incidia nessa penalização e nesse comportamento punitivo, é muito diferente daquilo que nós temos vindo a fazer há anos atrás. Mas, repare: nós não temos que utilizar uma ou outra das soluções; nós usamos ambas as soluções. Nós fazemos limpezas coercivas, substituindo-nos ao particular e indo atrás do respetivo devedor; como fazemos a notificação para que cada um limpe em devido tempo, não limpando, tendo a agravação fiscal, mais o agravamento fiscal, mais aquilo que seja a limpeza coerciva. São coisas distintas, que às vezes até nem coincidem: a pessoa pode não limpar em tempo, ter a multa, e depois mais tarde limpar, cumprir a sua obrigação e não ter coima – ter o agravamento fiscal e não ter coima. Portanto, a situação não é essa. Agora, eu acho que é importante os cidadãos perceberem que têm um conjunto de responsabilidades por serem proprietários, e nós temos feito muita divulgação. Nós, todos os anos, mandamos trinta e quatro mil desdobráveis para casa das pessoas chamando à atenção dessas obrigações, do Orçamento da Câmara, pedindo isso. Nos últimos quatro anos, mandámos mais de cento e vinte mil. Portanto, repare: é uma campanha em massa, fizemos essa campanha na rua, tivemos spots nas rádios – como o Estado teve, aliás. Essa tem sido a filosofia de prevenção, de limpeza, de substituição do particular quando há risco,



MUNICÍPIO DE POMBAL

fazemo-lo ao longo dos tempos, é um processo que estamos a começar, pode estar mais evidente daqui a um tempo, acho que sim. Eu acho é que nós temos que começar a trabalhar, e se ficarmos todos à espera do dito cadastro, podemos morrer todos sentadinhos, porque o cadastro não vai chegar enquanto nós formos vivos, isto vai continuar a ser cada vez mais desertificado, a floresta vai estar cada vez em menos bom estado, vai ter cada vez menos rendimento, os proprietários continuam a ser milhentos, porque só há três anos atrás é que nós aprovámos aqui uma norma que impede que se continuem a ser divididos os prédios florestais em regime de copropriedade abaixo de um hectare, nós já limitámos essa circunstância precisamente porque achávamos que ela não era útil para ninguém, mas ainda temos um passado de uma série de divisões. E portanto, é um trabalho que se vai fazendo gradualmente, onde nem sempre inclusivamente temos um entendimento com o ICNF. Não vou hoje falar disso, mas quando estivermos a discutir as questões do Plano Regional de Ordenamento Florestal e as condições que nos estavam a impor, os senhores depois perceberão que, às vezes, temos aqui linhas que são completamente contrárias àquilo que a própria Assembleia estabeleceu, nomeadamente do que é intensidade florestal admitida junto a perímetros urbanos – licenciada agora, porque estas plantações que eu aqui vos mostrei há pouco foram autorizadas a 31 de dezembro, altura em que o ICNF estava a autorizar, mesmo em violação do PDM, e agora nós vamos ter que, com esta aferição, tomar as respetivas decisões sobre como é que vamos procurar o cumprimento das normas que aqui aprovámos, e que, e bem, obrigam também as instituições que fazem estes licenciamentos.

Portanto, a luta é muito aberta, as frentes de batalha são muito diversas, mas não podemos desistir, porque temos um território com sessenta e dois mil e quatrocentos hectares, e este ano, em limpezas da Câmara, em limpezas das Juntas, em limpezas dos próprios proprietários, em limpezas coercivas, nós muito provavelmente chegaremos aos mil hectares de limpeza, que é um valor extraordinário, considerando o tamanho do concelho.”

A Assembleia deliberou, por maioria, com cinco abstenções (quatro do NMPH e uma do BE), aprovar a proposta sobre a fixação da percentagem de majoração da Taxa do Imposto Municipal sobre prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2018, nos termos propostos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o lançamento da derrama a cobrar no ano de 2019;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

O Presidente da Câmara Municipal sobre este ponto proferiu apenas a seguinte declaração:

“Eu acho que a proposta sintetiza tudo, mantemos os critérios do ano anterior, um por cento (1%) da taxa, isentar abaixo dos cento e cinquenta mil (150.000€), e também aqueles que tenham



MUNICÍPIO DE POMBAL

criado postos de trabalho. Esta proposta tem também uma despesa fiscal associada, que no caso será de seiscentos e quarenta e nove mil euros (649.000€) na previsão dos nossos serviços.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta sobre o lançamento da derrama a cobrar no ano de 2019, nos termos propostos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de participação no IRS para o ano de 2019;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

O Presidente da Câmara Municipal fez a apresentação que se transcreve:

“Como sabem, nós tínhamos apresentado uma proposta no programa eleitoral que foi submetido à apreciação dos Pombalenses, no sentido de durante este mandato fazermos uma redução progressiva da participação variável na taxa de IRS. Apresentamos a primeira proposta, no sentido de reduzir dos cinco por cento (5%) dessa taxa variável para quatro (4%), proposta que nós calculamos ter uma despesa fiscal de cerca de duzentos e sessenta mil euros (260.000€), que se soma àquelas todas que nós temos vindo aqui já a referir. E portanto, se concordarem, no ano que vem, numa tendência decrescente, o critério de cálculo do imposto será na participação variável cobrado a quatro por cento (4%), e não a cinco por cento (5%), como tem vindo a ser feito até agora.”

Interveio o Deputado **Manuel Barros**, como se transcreve:

“Só para dizer que saudamos esta proposta, ela vem ao encontro também do sentir deste movimento, já aquando da aprovação, no ano passado, desta matéria, em que as famílias não tinham sido, digamos assim, compensadas, apenas os proprietários, na altura ficou prometido que este ano seria revisto, e portanto, saudamos e acompanhamos esta decisão e esta proposta.”

Tomou a palavra o Deputado **Carlos Lopes**:

“Para dizer, Sr. Presidente da Câmara, finalmente. E digo isto, finalmente, porque como o senhor com certeza não saberá, o Partido Socialista desde há muito tempo que se tem batido pela resolução desta taxa, e sempre fomos esgrimindo argumentos no sentido de que, de facto, o Município poderia ter tido aqui uma atenção para com as famílias, mas nunca conseguimos lograr convencer o Município, de facto, da bondade dos nossos argumentos. Penso que agora V. Exa. tomou, na nossa opinião, o rumo certo, embora nós entendamos que ainda fica alguém daquilo que era o desejável. E se V. Exa. se recorda, nós sempre defendemos uma redução para os três por cento (3%). Isto foi objeto de larga discussão nas Assembleias Municipais, no órgão executivo. E portanto, como entendemos que o Município poderia ir um bocadinho mais além, ir para a taxa de três por cento (3%), este ano, o sentido do nosso voto vai ser a abstenção.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Respondeu da seguinte forma o **Presidente da Câmara Municipal**:

“Dr. Manuel Barros, muito obrigado pela sua declaração.

Dr. Carlos Lopes, eu calculo que o senhor tenha saudades – aliás, nós já vamos no quarto ano de Governo em que os impostos não param de subir, e portanto, eu acredito que o senhor tenha saudades que eles possam descer. Não é a minha opinião, eu sou pagante, e portanto, sei bem o que é que isso me custa, estamos a atingir records que devem ser um orgulho para aquilo que é o serviço. Agora, é evidente que isso só é possível com um orçamento equilibrado, só é possível com gestão dos nossos recursos humanos, dos recursos operacionais, com gente capaz, motivada, mobilizada. E portanto, a equação difícil é chumbar os recursos humanos e querer baixar os impostos. Isso é que é uma equação difícil que, de facto, normalmente só vem na cartilha de quem faz Oposição; quem faz Governo não pode trabalhar assim, porque isso é uma equação impossível de dar bom resultado.

E portanto, percebo a proposta, e se nós passarmos para baixo dos três por cento (3%), já não sei como é que o senhor vai votar, porque agora ficou preso aos três por cento (3%).

A Assembleia deliberou, por maioria, com quatro abstenções (do PS), aprovar a proposta sobre a fixação da percentagem de participação no IRS para o ano de 2019, nos termos propostos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2019;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta sobre o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2019, nos termos propostos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a nomeação do Auditor Externo – Prestação de serviços de verificação das contas municipais para os anos de 2018, 2019 e 2020;



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

O Presidente da Câmara Municipal proferiu a seguinte declaração:

“A Câmara Municipal aqui, isto não há opção política nesta matéria. Foi feito um concurso, com regras de ser a proposta financeiramente mais vantajosa, as pessoas estão todas acreditadas para o exercício da função, e portanto, vamos ter aqui uma alteração, se concordarem com a proposta, do Revisor Oficial de Contas, que também é importante haver, sob o ponto de vista da modificação dos critérios, das pessoas e das leituras que se fazem dos instrumentos de contas, mas também dos previsionais.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta sobre a nomeação do Auditor Externo, nos termos propostos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.17. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Zona Central de Pombal;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

O Presidente da Câmara Municipal passou a apresentar este ponto da ordem de trabalhos:

“Muito sinteticamente, até porque isto pode parecer um bocado complexo para quem está menos envolvido no processo, e talvez comecemos precisamente por isso. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano tem que ter um plano de ação de desenvolvimento urbano, e uma área de regeneração urbana tem que ter necessariamente uma operação de regeneração urbana. E portanto, é isto que nós aqui estamos a fazer, depois de no centro da cidade se ter sobreposto aquilo que era a primeira intervenção feita no âmbito da regeneração urbana, terminada em 2014, agora acrescentando-se aquela que foi desenvolvida no âmbito do PEDU, o financiamento comunitário que está a decorrer na parte norte e mais ribeirinha da cidade, aqui do Jardim do Cardal para norte, e portanto, isso precisa de ter um instrumento mais operacional. Esta é uma operação que é chamada ORU sistemática, significa que para além da requalificação do espaço público, há também uma requalificação do espaço privado, e isso fez com que existisse da parte da Câmara a candidatura, através de um estudo de financiamento de regeneração urbana, precisamente para que, da parte dos particulares, se possam aceder a formas de financiamento para recuperar o seu património e para adequar a novas funções, no fundo, para poderem cumprir este conjunto de obrigações, ao mesmo tempo que se identificam aqui algumas das áreas



MUNICÍPIO DE POMBAL

que são prioritárias de intervenção, respetivo valor de intervenção, e se define também o tempo que se prevê para concluir esta operação, que no caso em concreto são dez anos.

E portanto, é um instrumento que a Lei consagra, com critérios muito bem estabelecidos, e portanto, nós apenas somamos aqui as áreas que têm sido alvo de intervenção em função das opções que existiram e da continuidade que lhe foram dando, e que, no fundo, acompanham a antiguidade edificatória que na cidade foi existindo, e que depois terão que existir também para os outros locais onde em cada freguesia foram aprovadas as respetivas ARU's, porque depois precisamos de ter a operação de reabilitação urbana em concreto – uma estabelece a área, outra estabelece o modus faciendi e as prioridades que são estabelecidas.”

Pediu a palavra o Deputado **Vítor Gomes**, que interveio da seguinte forma:

“Sr. Presidente, lida a documentação que nos foi apresentada para este ORU, eu verifiquei que as áreas a intervencionar na cidade têm uma área de cinquenta e quatro ponto trinta hectares de intervenção, e que são sobretudo efetuadas no Bairro Agorreta, Rua de Albergaria dos Doze, centro histórico, Avenida Heróis do Ultramar até à rotunda do bombeiro, Jardim e Largo do Cardal, Jardim da Várzea e o terminal rodoferroviário – sobretudo estas zonas que vão ser intervencionadas, ou que se prevê que sejam intervencionadas. E a Câmara, naquilo que se propõe para este ORU, refere algumas coisas, tais como a mobilidade, que eu vou falar também sobre isso. Há aqui alguns obstáculos que são referidos na documentação, que têm a ver com a morfologia da cidade. Nós somos uma cidade atravessada por duas vias estruturantes para a cidade, como a linha férrea e como a Nacional 1, que impedem de certo modo o desenvolvimento harmonioso do tecido urbano, e que constituem algumas barreiras também a este, e temos também o Rio Arunca. Portanto, são fundamentalmente três obstáculos que condicionam este desenvolvimento. Eu vou falar sobre cada um deles, ou pelo menos pôr aqui algumas questões sobre alguns deles, e dar algumas achegas para isto.

O Rio Arunca, para além do bem que é para a cidade – e já referi isto muita vez, e tem vindo a Dra. Virgínia à luta pela limpeza do Rio Arunca, e eu já estou farto de lutar aqui por isso, e pela despoluição deste rio, e qualificá-lo para benefício das populações – uma cidade que é atravessada por um rio como o Rio Arunca tem obviamente que o aproveitar e pô-lo ao serviço da sua população para que ela possa desfrutar das suas margens e daquilo que ele pode favorecer. O rio pode ser um espaço lúdico, que pode até servir para unificar as duas margens, que neste momento estão, de certo modo, com algumas barreiras. Este Rio Arunca, como já aqui referi muitas vezes, Sr. Presidente, era tempo de olharmos para a despoluição deste rio, que não basta limpá-lo, não basta tratar do leito do rio, é preciso que alguém fiscalize e que alguém impeça que os prevaricadores continuem a poluir o rio. E não basta só o rio; é o rio e as ribeiras adjacentes, que há muita gente a pôr lixo e esgotos ainda para dentro do rio. Isso devia ser fiscalizado, e isso cabe à Câmara, pelo menos a Vereação do Ambiente, se não tem competência para o fazer, pelo menos alertar as entidades que têm competência para tal.

A via férrea como via estruturante para a cidade, que é uma sorte tê-la cá, é também uma barreira, uma barreira importante. Aquilo que se fez na via férrea, o que se fez para aliviar isto fundamentalmente, em trânsito rodoviário, foi a passagem subterrânea no Cardal; não se fez mais nada, não há mais nada, para além de umas passagens subterrâneas pedonais. E



MUNICÍPIO DE POMBAL

inclusivamente aquela do Pelourinho, aquilo é uma passagem pedonal para anões, passe o termo; qualquer pessoa de estatura normal que ali passe tem que ir todo curvado. Era tempo de, em conjunto com a CP, resolver o problema da mobilidade também para a outra margem, tornar a cidade com uma harmonia mais completa. E têm que se fazer estas passagens, e pensar também numa passagem rodoviária para o outro lado; temos uma, e é muito pouco, a cidade está a necessitar urgentemente de outra. Isso em relação à via férrea como obstáculo.

A Nacional 1, outra via estruturante que atravessa a cidade e que divide a parte oeste da parte este da cidade. É uma barreira importante também, que só temos uma passagem, que é o viaduto Guilherme Santos, que nos liga ao outro lado, uma passagem com alguma segurança, que também já devia ter sido requalificado, e pensar de outra maneira aquele viaduto. Mas isso, pode a Câmara estudar esse processo e avançar com ele.

O Município, nestas intervenções que faz propõe-se valorizar o espaço público e a mobilidade no centro histórico também. A mobilidade no centro histórico, eu já aqui na outra Legislatura discuti isto e falei sobre isto, quando se propõe a mobilidade, tem que se fazer mesmo a mobilidade, quer dos cidadãos, quer dos seus veículos. No centro histórico, a Rua Miguel Bombarda não tinha trânsito automóvel; agora tem trânsito automóvel, passou a ser entupida, não pelos carros dos clientes dos comerciantes, mas pelos próprios comerciantes que estacionam ali as viaturas durante todo o dia. Não há uma fiscalização ali, é uma via que devia estar desimpedida de automóveis e não está. A Rua Almirante Reis, idem aspas, uma rua estreita que tem vários obstáculos à mobilidade, um deles já referi aqui, onde não há circulação automóvel em centros históricos, as zonas devem ser delimitadas, quer para veículos, quer para peões, e facilitar. Uma rua como a Almirante Reis, estreita, meter naquela rua, sem nenhuma delimitação, trânsito pedonal e trânsito automóvel, e ainda colocar lá mais barreiras como são as esplanadas, isto é inconcebível; para a mobilidade, isto é inconcebível. Portanto, esse assunto tem que ser resolvido, no centro histórico, na questão da mobilidade.

Na questão da requalificação do centro histórico, eu não vou falar na parte particular, porque isso tem Legislação própria e o Sr. Presidente já falou sobre isso, mas sobretudo na cativação de gente para aquela zona, e revitalizar aquele centro histórico. Para revitalizar aquele centro histórico tem que se tomar iniciativas, e não só aquelas como se fizeram no Programa “Porta Aberta”, que foi muito curto, e naquilo que eu acho, eu pessoalmente acho que foi um fiasco. Tanto assim é que ainda há naquela zona comerciantes tradicionais, mais um brevemente a abandonar. Para se criar ali alguma atratividade para aquele espaço, talvez fosse bom pensar, voltar para ali com a Praça dos Cereais, o Mercado dos Agricultores, barracas com produtos artesanais, levar para ali gente, mas para a atividade diária, porque para a atividade noturna tem outro handicap, ainda tem um casal habitante naquela praça, penso que é o único, e tem uma casa mortuária que não devia estar naquele espaço. A cidade de Pombal já merecia um espaço diferente para uma casa mortuária. Não é compatível a atividade lúdica numa praça com pessoas a velarem os seus. Isso não é compatível. Portanto, têm que se pensar numa solução, e já era tempo de Pombal pensar uma solução para aquele espaço. Isto em relação ao centro histórico, talvez fique alguma coisa por dizer.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em relação à mobilidade que se prevê, eu vou falar sobretudo na requalificação da zona do Cardal, na avenida e no terminal ferroviário. Mas, falando na zona do Cardal e na avenida, na requalificação que está prevista, houve aqui nesta Câmara uma exposição de uns arquitetos sobre um masterplan que está com algumas sugestões para essa requalificação, e eu estou a ficar preocupado, porque me parece que vêm aí mais alguns arquitetos extraterrestres a propor coisas que são inconcebíveis para a cidade, na maneira de ver, quer minha, quer do Partido Socialista. Uma delas é proporem uma passagem aérea que ligue o jardim à estação rodoviária, isso não cabe na cabeça nem a Cristo. Não sei como é que vão fazer isto, uma escada com cinquenta degraus, como é que se propõem fazer a mobilidade com isto, mas pronto. Gostava que o Sr. Presidente depois nos explicasse e nos falasse alguma coisa sobre isto. Outra é retirarem os estacionamento da avenida, que também é proposto nesse masterplan. O centro comercial, por excelência, da cidade de Pombal transferiu-se para aquela zona. Se vamos retirar o estacionamento àquela avenida, empurrámos os clientes mais para as superfícies comerciais, que essas oferecem estacionamento. As pessoas vão para onde podem pôr os seus carros, na maioria dos casos. É matar mais uma zona comercial, retirando dali o estacionamento. Não se pode fazer nada disto; sinceramente, isto é de preocupar.

Sobre isto, queria só dizer ao Sr. Presidente, ou perguntar-lhe se o Concelho de Pombal não tem arquitetos capazes de projetarem para a sua cidade uma requalificação que tenha em conta, quer a cultura das pessoas que cá vivem, quer os seus sentimentos, quer as suas tradições, e que gostem da sua terra. Caem aqui de paraquedas arquitetos, como caíram nos tempos do Eng.º Narciso Mota, que o senhor se recorda de uma intervenção que eu aqui fiz sobre a requalificação do Cardal, caem aqui arquitetos a sugerir coisas inconcebíveis, transformam a cidade, descaracterizam-na, e retiram toda a carga emocional que nós temos em relação ao nosso território. E acho que sendo arquitetos da nossa zona, que devem ter aprendido, com certeza, nas mesmas escolas, nas mesmas faculdades, têm que ter, e vão ter, com certeza, essas atenções e vão pugnar para que a sua terra não se desqualifique e não se descaracterize.

E eu gostava de saber, que ficou fora deste ORU a requalificação da Rua do Seixo, que faz parte da cidade, outro problema que urge resolver, aquela travessia da Rua do Seixo na Nacional 1, é urgente antes que haja mais tragédias ali, e a parte oeste da cidade, que comporta o tecido urbano da zona da Charneca. Não há nada previsto para ali, como não está previsto também aqui nenhuma requalificação para a parte que a Câmara adquiriu no Casarelo. Acho que devia pensar e falar-se também nesta requalificação, estar aqui incluída, e transformar aquele espaço num espaço lúdico, num parque da cidade, que a cidade não tem e que carece.”

Respondeu o Presidente da Câmara Municipal:

“Eu estava a gostar imenso da sua intervenção até o senhor começar a falar de um documento que ainda não teve ocasião de ler. Pois, mas sabe que é sempre difícil, por muito expressiva e capaz que seja quem faz a comunicação. E portanto, subscrevo em absoluto tudo aquilo que disse sobre o Rio Arunca, do aproveitamento, da linha férrea, da requalificação do aqueduto; não concordo em absoluto com o que diz relativamente às questões da dinamização da zona histórica, porque se o senhor encontrar alguma loja devoluta, diga-me, porque não há nenhuma loja devoluta. Não há. E que eu espero que, entretanto, com a entrada em funcionamento da Loja do



MUNICÍPIO DE POMBAL

Cidadão, se dê ali outro incremento, porque todos nós queremos a mesma coisa para ali. Estamos todos de acordo, transferência da casa mortuária, tudo isso é verdade.

Talvez valha a pena aqui lembrar a primeira parte de quando eu fiz esta sintética apresentação da operação de reabilitação urbana. A operação de reabilitação urbana está cingida à área de regeneração urbana que foi aprovada. E portanto, a Rua do Seixo está fora, a zona da Charneca está fora, porque as condições que foram utilizadas para identificar essa área de regeneração urbana tinham muito a ver com os mecanismos financeiros que nos permitiam incluir determinadas partes da cidade nessas áreas de regeneração urbana, e isso implicava que existisse intervenção no espaço público, e significava que o edificado tinha que ter já alguma antiguidade para ser recuperado. E portanto, se temos partes da cidade que têm trinta e poucos anos, elas estão agora a começar a precisar de ter essa regeneração urbana, e portanto, não são tão carentes como aquelas que têm setenta, oitenta ou noventa anos. Portanto, este foi o critério que se utilizou. E portanto, tudo o que seja para fora da área territorial que está na área de regeneração urbana que está aqui identificada está naturalmente excluído, o que não significa que não seja prioritário, que não seja importante, mas não é através desta operação que se vão ultrapassar esses problemas.

Quanto ao masterplan, eu acho que ele, de facto, justifica uma boa discussão, mas estarmos a fazê-la hoje, em que eu conheço o documento e os senhores não conhecem o documento, é fazer uma discussão perfeitamente inconsequente. E portanto, sem prejuízo daquilo que possa parecer a excentricidade de algumas propostas, aquilo é uma proposta, e competirá aos órgãos competentes tomar as respetivas decisões e aprová-las e executá-las ao longo do tempo. Portanto, também não podemos esperar que a zona do Casarelo estivesse aí, porque a parte do masterplan incide com a zona que estava identificada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que foi a candidatura que se fez à Comissão de Coordenação para termos a segunda fase, digamos assim, da regeneração urbana, que começou aqui no centro histórico e evoluiu agora aqui para a zona mais ribeirinha, a norte aqui do Jardim do Cardal. Esta é a lógica.

Quanto à pergunta que me fez sobre a qualificação dos projetistas: repare, é verdade que eles são todos arquitetos, mas há arquitetos que estão habituados às componentes urbanísticas e de planeamento, e há arquitetos que têm vocações mais ligadas à construção dos edifícios, que são coisas distintas e têm a sua especificidade. Eu, no Concelho de Pombal, não conheço os trabalhos dos nossos arquitetos que aqui estão a trabalhar nessas matérias, acho que todos eles têm a sua atividade centrada no licenciamento de obras, de loteamentos e de equipamentos, não tenho ideia de que haja no âmbito do planeamento. Se houver, é bom que se apresentem, até porque temos todo o gosto em trabalhar com eles. E portanto, esta é só a filosofia que tem a ver com isto, não tem aqui nenhum tipo de discriminação, porque eu concordo em absoluto consigo, que às vezes pode ser muito difícil nós conseguirmos comunicar aos projetistas essas emoções, essas memórias, essas recordações, essa identidade que as árvores, as pedras, os bancos, as funcionalidades, os jardins, nos dizem respeito. E isso é um património imaterial que é de todos, que nós devemos preservar, e que às vezes pode haver dificuldade em comunicar. Por isso é que, felizmente, essas decisões têm que ser tomadas por nós, pela Câmara e pela Assembleia. Teremos, com certeza, ocasiões de fazer essa discussão, perceber de que maneira é que esse próprio



MUNICÍPIO DE POMBAL

conceito de mobilidade que aqui referia pode ser verdadeiramente atingido, porque a questão é esta, e eu vou pedir-vos este exercício rápido: há mais passagens sobre o rio entre o Arnado e as Cegonhas, ou há mais pontes? Só há menos uma passagem debaixo da linha do que pontes, menos uma, só que nós não usamos. Nós temos uma passagem à frente da Rua do Cais, temos uma passagem no Pelourinho, temos uma passagem atrás das Recardas, temos uma passagem debaixo da linha do caminho de ferro, aqui na estação – quatro; e temos, no mesmo período, cinco pontes: temos a Ponte D. Maria, temos a ponte pedonal, temos a ponte que dá acesso ao viaduto Guilherme Santos, temos a ponte da central de camionagem e temos a Ponte das Cegonhas. São cinco. E nós achamos que é muito mais fácil passar a ponte do que passar as passagens inferiores. Por quê? Porque nós não as utilizamos. E portanto, a proposta que se apresentou no âmbito do masterplan é passar por cima.

Mas, vale a pena olhar para as propostas, podem parecer um bocadinho excêntricas, no princípio também me pareceram, mas tomarmos estas decisões, porque o que é certo é que aquela parte da cidade que recebe milhares de cidadãos, nós achamos que está muito longe. E o conceito de mobilidade não é só a facilidade física que eu tenho para lá chegar; é como é que estes movimentos se geram. E o jardim pode ser um espaço que pode, de facto, ser um canal de acesso ao lado da biblioteca, fará algum sentido. Temos de pensar nisto. Se acharmos que não vale a pena, utilizamos o dinheiro para outro lado. Mas, eu acho que é prematuro fazer uma discussão sobre um documento que a maior parte dos Srs. Deputados não conhece, que foi apresentado aos Srs. Vereadores – aliás, julgo que ainda não foi entregue em formato de papel. Mas, é evidente que aquilo que eu espero na entrega da documentação é que ela sirva para fazer uma discussão séria. Se ela não servir para fazer uma discussão séria, eu tenho de pensar se vale a pena distribuir os documentos. Eu julgo que vale a pena, mas acho que é importante ouvirem-se também os projetistas e as justificações correspondentes.”

O Deputado **Vítor Gomes** usou novamente a palavra:

“Sr. Presidente, eu acho importantíssima aquela requalificação da zona rodoferroviária, fazer ali uma interligação, uma interface. E os senhores não puseram por uma única vez a hipótese de fazer uma passagem subterrânea à linha ao lado daquela passagem pedonal, uma passagem rodoviária, que facilitaria o trânsito até dos táxis? Nunca puseram essa hipótese, junto à passagem pedonal na estação do caminho de ferro, para o outro lado? Já existe uma ligação pedonal; por que não se negocia com a CP construir ali uma passagem rodoviária também?”

Onde está aquela rotunda já na Urbanização das Cegonhas, mas eu estava a pôr a hipótese para o terminal rodoviário, porque facilitava o trânsito e até facilitava a circulação de táxis entre a rodovia e a ferrovia. Eu não sei, mas acho que era de todo o interesse estudar essa hipótese. É muito menos chocante do que agora uma passagem aérea a sair do jardim e a terminar no outro lado.”

O **Presidente da Câmara Municipal** deu a seguinte resposta:

“O que estava projetado há muito tempo é a passagem pedonal na sequência da Rua Paul Harris, para o lado da rotunda na Urbanização das Cegonhas. Essa sim, essa é que tem um estudo prévio. Eu acho que é difícil a concordância das quotas ali.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Assembleia deliberou, por maioria, com nove abstenções (quatro do NMPH, quatro do PS e uma do BE), aprovar a proposta sobre o projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Zona Central de Pombal, nos termos propostos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Albergaria dos Doze;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta sobre a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Albergaria dos Doze, nos termos propostos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.19. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Guia;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

O Presidente da Câmara Municipal deu a seguinte nota:

“Eu quero recordar aos Srs. Deputados que depois da aprovação das áreas de regeneração urbana, temos de aprovar as operações de regeneração urbana, e que nesta proposta estão grande parte dessas operações. E portanto, é só para apelar aqui a um critério de coerência: não podemos votar à segunda na ARU, e na terça contra a ARU. É só uma questão de chamar à atenção.”

Em seguida, usou da palavra o Deputado **Manuel António dos Santos**, conforme se transcreve:

“Só uma pequena intervenção, isto é a ARU da zona central da Guia. Sendo eu também ex-autarca, Presidente da Guia, penso que é uma oportunidade que há de o tecido local ver uma zona reabilitada, sendo uma vila recente, e também alguns dos espaços públicos, nomeadamente aquela zona central da praça conhecida como praça fechada, e todo o potencial que esse espaço tem de vir a potenciar ainda mais o crescimento urbano da Guia, nomeadamente com um projeto que já está há algum tempo em standby, que permitirá criar um novo arruamento, e essa é a expectativa da população da Guia.

Por isso, felicitar o Município por avançar com a ARU também para a zona central da Guia.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta sobre a delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Guia, nos termos propostos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.20. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de certidão de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, ao abrigo do regime excecional de regularização de estabelecimentos e explorações de atividades industriais e pecuárias, operações de gestão de resíduos e de revelação e aproveitamento de massas minerais – Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, empresa Fernando Lopes & Filhos, Lda.;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

O Deputado **Manuel Barros** interveio como abaixo se descreve:

“Sr. Presidente, como eu sofro com estas propostas. É mais uma a que assistimos aqui, sobre o reconhecimento do interesse municipal. Eu pediria ao Sr. Presidente que intercedesse neste tipo de problemas, por forma a que esta Assembleia pudesse esclarecidamente deliberar. Senão, vejamos: o distinto técnico que assina esta proposta conclui dizendo: “Face aos fatores anteriormente apreciados e considerando que se trata de uma atividade pecuária existente, cujas obras se pretendem legalizar, compatível com o uso do solo previsto em instrumento de gestão territorial, e desconforme com as servidões administrativas e restrições de utilidade pública, designadamente a Reserva Agrícola Nacional, sugere-se a profunda ponderação da atribuição do reconhecimento do interesse público municipal na regularização da exploração pecuária da propriedade de...” Ou seja, não conclui com uma proposta; conclui com uma recomendação, vejam lá bem, ponderem bem. Depois, a Câmara tomou uma deliberação por unanimidade, propor à Assembleia o reconhecimento do interesse público municipal. Ora, sendo certo que a Câmara, ao aprovar, adere aos fundamentos que vêm do serviço, eu questiono: onde é que está o fundamento para o reconhecimento do interesse público? Por quê? Senão, vejamos: o próprio técnico diz, enfim, que pondera aqui uma série de fatores que foram, pelos vistos, recomendados num parecer jurídico anterior, geral e abstrato, naturalmente, e portanto, vão servir de base aqui para a ponderação. Isto levanta logo uma questão jurídica prévia, porque quando a Lei atribui um poder discricionário ao órgão é para que o órgão, perante as circunstâncias do caso concreto, escolha os seus critérios, ajustados àquela situação. Ora, se fizeram uma definição apriorística de critérios gerais e abstratos, é o mesmo que andar ao arrepio da Lei,



MUNICÍPIO DE POMBAL

transformando em vinculado um poder que a Lei quer que seja discricionário. Este é o primeiro ponto que gera aqui dúvidas.

Mas, mesmo passando ao lado disso, e admitindo estes critérios como bons, ou estes fatores, eu chego ao fim e não percebo qual é que foi a apreciação que o técnico fez destes critérios, ou pelo menos o que é que concluiu, porque eu, só pelas notas que aqui consegui pôr ao lado, por exemplo, falar do investimento de setecentos e cinquenta mil euros (750.000€), mas não vem nada aqui demonstrado de nenhum investimento. Depois diz, sobre a demonstração de procura de mercado, sem informação relevante. Sobre a existência de impactos de atividades conexas, a montante ou a jusante, diz aqui que estabelece relações com fornecedores de cereais e alimentos compostos para animais, produtos veterinários, animais vivos, serviços, vários materiais e equipamentos. Mas, qual é a relevância deste impacto? Não há apreciação sobre isso.

Indicação de faturação da empresa ou estabelecimento nos últimos anos: a empresa vem dizer que em 2016 teve uma faturação de quatrocentos e oitenta e seis mil e catorze euros (486.014€), em 2017, seiscentos e vinte e cinco mil, setecentos e sete (625.707€), depois o técnico visitou uma plataforma Informa que desmente isto, diz que há um défice de dois milhões e tal (se li bem), e portanto, não condiz uma coisa com a outra, e também não vejo aqui que se tenha procurado saber onde é que está a informação correta.

Depois, continuando ainda a apreciar os fatores, por exemplo, sobre a questão da aferição do número de postos “ex novo” diretamente para a realização do investimento objeto da declaração de interesse público, aqui diz: “mão de obra assegurada por dois trabalhadores”, não diz que são novos, porque já diz que a empresa tem lá dois trabalhadores antes. Portanto, não são “ex novo”, digamos assim. Portanto, zero neste fator. E a própria plataforma diz que há zero trabalhadores, a plataforma Informa. Bom, aqui os serviços têm que perguntar ao requerente que apresente provas, basta indicar, apresentar os documentos dos descontos para a Segurança Social, não é preciso ir mais longe, para demonstrar quantos trabalhadores é que lá tem. Bom, e por aqui adiante. Enfim, poupo os Srs. Deputados, cada um fará o seu juízo; ao lado de todos estes fatores, nada disto bate uma coisa com a outra.

Ainda aqui diria o seguinte: isto é um aviário, pelos vistos, e tem dois pisos abaixo da quota de soleira, duas caves, e é na última cave que são guardados os excrementos. Como há aqui um distinto médico, eu até gostaria de o ouvir sobre esta situação de salubridade e de risco, porque eu não sei se estes excrementos são geradores de gases que possam fazer explodir aquilo tudo. De resto, por cima, se há trabalhadores, trabalham por cima disso. E depois, ainda numa das caves tem também produção de ovos, ou seja, animais vivos. Por outro lado, em relação ao caminho a dar aos excrementos, parece que são distribuídos por terceiros para aproveitamento rural. Eu não sei se aquilo é a céu aberto, que costumamos passar de vez em quando em certos locais e que vem um perfume extraordinário, com levantamento das populações em relação a essa matéria.

Portanto, eu fico pasmado com isto, Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Deputados. Eu, pela minha parte, diria que não está em condições de ser reconhecido o interesse municipal, enfim, por forma a dignificar tudo isto que é o interesse público municipal. Deixo aqui o meu



MUNICÍPIO DE POMBAL

alerta perante este problema, porque já não é o primeiro que aqui aparece, e as coisas vêm normalmente nestes moldes.”

Usou ainda da palavra a Deputada **Célia Cavalheiro**:

“Queria apenas acrescentar ao que disse o caro deputado Barros que, mais uma vez – que apareceu aqui um processo parecidíssimo nas últimas Assembleias – temos um requerente que faz obras de alteração e ampliação em desacordo com o projeto aprovado. Por quê? Porque, se calhar, essas obras não tinham hipótese de ser aprovadas no projeto. Então, vamos desobedecer ao projeto aprovado, e depois pedimos interesse municipal. Isto é uma forma muito boa de aprovar coisas que vão contra a Lei. Por que é que as pessoas teimam em não cumprir os projetos? É sem querer, ou fazem aquilo que queriam lá pôr e não é aprovado, e depois têm esta forma indireta de atingir o mesmo objetivo, contornando a Lei? Começa a ser preocupante. É que já o último projeto que foi declarado de interesse também tinha obras em desacordo com o projeto aprovado. Estamos como? Se calhar, é este o modus operandi disto: quando queremos fazer um projeto que não pode ser feito desta forma, vamos contornar a Lei assim; desobedecemos e depois pedimos legalização e ampliação ao abrigo deste artigo. Parece-me um bocado brincar com a Lei.”

Respondeu o **Presidente da Câmara Municipal**:

“Dr. Manuel Barros, talvez valha a pena ler a informação toda, e a informação toda tem, antes do despacho do Presidente da Câmara à reunião, o despacho exarado pela Chefe da Divisão, da técnica, que eu vou ler – o senhor esqueceu-se de ler, mas eu vou ler, isto é subscrito pela Chefe de Divisão:

“Exmo. Sr. Presidente, refere-se a presente informação à apreciação técnica de um pedido de reconhecimento de interesse público na regularização de uma exploração pecuária (avicultura), a qual, não obstante ser detentora do alvará de autorização de utilização n.º 203/93, foi alvo de obras realizadas em desacordo com o projeto aprovado de ampliação. A instalação encontra-se abrangida por RAN e não dá cumprimento aos afastamentos mínimos estabelecidos no art.º 16.º do Decreto-lei n.º 124/2006, na sua redação atual, o que fundamentou a necessidade do pedido de RIPM em apreço. Dado tratar-se de uma exploração que obteve em tempos o respetivo alvará de utilização para exploração avícola, e considerando que o uso é compatível com a classe de espaço em que se integra, salvo melhor opinião, que se poderá reconhecer o interesse público municipal na regularização da exploração avícola.”

E portanto, ao contrário do que disse, na aferição da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, a linha de entendimento foi diferente. E depois, põe-se a pergunta consequente: mas, este regime jurídico serve para quê, e quantas vezes é que ele esteve em vigor, e durante quanto tempo é que ele vai estar em vigor? Este regime jurídico é precisamente para que se dê oportunidade ao Estado – que nem sequer é ao Município – em razão das matérias em discussão, que aprecie cada um destes casos antes de se fazer aquilo que parece ser o que a Lei determina, que é deitá-los abaixo. Ora, faz algum sentido que nós, tendo uma solução jurídica para apreciar estas situações com detalhe, que nós afastemos a possibilidade de isso acontecer? Nós estamos aqui, é feita a evocação de uma Lei de 2006; a proposta que teve licença de utilização é de 1993. Portanto, é evidente que hoje, muitas habitações que existem no meio dos



MUNICÍPIO DE POMBAL

pinhais e por aí fora incumprem a Legislação que está em vigor, mas não incumpriam a Legislação que existia à data em que foram construídas. Têm que ser apreciadas. Então e nós vamos, numa freguesia que está identificada como uma das freguesias de menos desenvolvimento, que tem até um regime especial, à cabeça dizer logo que é para fechar e para deitar abaixo? Esta é a postura adequada? Não, eu acho que a postura adequada é dizer que se há um instrumento jurídico que está em vigor, começou com um Governo e continuou com os outros, que permite que haja esta avaliação, que se esgotem os mecanismos de aferição administrativa – que, aliás, é o que é pedido pelos próprios tribunais e pela Legislação vigente, e o próprio PDM que está aprovado por todos, que a demolição é a última solução, não é a primeira, que se esgotem todas essas avaliações para no final se tirar a conclusão – não pode ser aquela parte, pode ser a outra, pode ser assim, tem que tirar um piso, tem que mudar o uso – mas que se faça isso. Ou achamos que estamos a dar um grande contributo para zonas mais desertificadas, com menos emprego, com menos riqueza, estarmos a tomar a decisão que imediatamente é para deitar as coisas abaixo?

E Sra. Deputada Célia, é evidente que ainda bem que há este mecanismo. Agora, se consegue com essa conclusão tão determinada dizer que tudo isto foi feito já com reserva mental, tenham paciência, o alvará de licença de utilização é de 1993, contam se calhar pelos dedos das duas mãos o número de instalações avícolas que em 1993 tinham licença de utilização. Portanto, quem o fez, fê-lo com um critério de responsabilidade. Houve evoluções que não foram licenciadas? Não sei, não fui lá, não sei se as obras foram feitas na altura, se foram feitas quinze dias depois, se foram feitas dez anos depois, não faço a mínima ideia; quem lá for que veja. A questão é esta: o que é que é importante? É resolver o problema. Qual é o problema? Há uma instalação que está parcialmente licenciada – parcialmente ela está licenciada – e que poderá, ou não, reunir condições para que tudo o que foi feito sem licença possa ser licenciado. Vamos já dizer “nem pensar em reabrir o processo, é já tudo para o chão porque não cumpre”, ou utilizamos um mecanismo que a Lei estabelece. Eu creio que a opção do Legislador em criar a norma e mantê-la válida – há quatro anos que ela está válida, é de 2014 – é de precisamente procurar ultrapassar todas as circunstâncias que se apresentem com essas características. Não é a Assembleia Municipal, nem a Câmara, que vai ver se o uso compatível com a RAN é ou não é admissível; é a Comissão Regional da RAN. Não é a Câmara nem a Assembleia que vão ver se o n.º 124 vai ou não vai ser cumprido; é o ICNF. Não é a Assembleia Municipal que vai ver se é ou não é perigoso ter os excrementos na cave; é a Direção Geral de Veterinária. E em sede própria e em conferência de serviços, eles vão avaliar e vão fazer o seu despacho, e vão dizer se será possível ou não será possível. Eu acho que é muito mais adequado para resolvermos o problema do que estarmos a dizer: “Nem pensar, feche, mande as pessoas embora, nem é particularmente relevante.” Então e se não criasse postos de emprego, era mais importante? Então e onde é que eu vou dar mais atenção? É aos dados que a empresa me comunica, ou é aos dados que nós fomos utilizar através de uma plataforma de informação da Dun & Bradstreet? Eu posso comparar, fui comparar com os dados de que dispomos, mas não ponho em causa aquilo que é a informação contabilística do requerente. Se a entidade que vai fazer a coordenação do licenciamento, que será a Veterinária, entender que é preciso fazer essa aferição junto do fisco,



MUNICÍPIO DE POMBAL

que faça. Agora, vamos fazer uma avaliação em função disso. O que nós aqui estamos a apreciar é: damos ou não damos essa possibilidade? Se dermos, pode ser possível; se não for possível, demole-se; se não dermos, o processo tem outras condições. É só isto, e fica ao critério dos Srs. Deputados tomarem a vossa decisão.”

Solicitou novamente a palavra o Deputado **Manuel Barros**:

“Sr. Presidente, tenho que dar a mão à palmatória e reconhecer um pormenor que eu não tomei atenção, tem toda a razão, a Sra. Chefe de Divisão faz a proposta.

Tirando isso, não retiro nada do que disse. Ou seja, Sr. Presidente, estamos a falar de coisas diferentes. Não está em causa o reconhecimento do interesse público municipal, e se aquilo merecer, deve ser dado; o que eu chamo aqui à colação – foi isso que eu disse, é com isso que eu sofro – é que atendendo aos próprios critérios que são aqui adotados, independentemente da bondade deles, mas já agora, atendendo aos fatores que aqui estão, como é que se pode concluir com uma proposta positiva. Quer dizer, essa é que é para mim a questão, Sr. Presidente. Não estou aqui contra o empresário, pelo contrário, devemos promover, naturalmente, a legalização de tudo o que é possível. Agora, o que eu já aqui sugeri noutras oportunidades foi que se tenha o cuidado de como se preparam as decisões, até para dignificação, digamos assim, daqueles que participam nas decisões, neste caso nas deliberações, porque também está a nossa própria dignidade em causa. O Sr. Presidente, como jurista, certamente compreenderá, como eu, que isto que está aqui não levaria a conclusão positiva, e portanto, anda-se um pouco ao arrepio. Foi isso só que eu quis dizer. E portanto, isto passa, naturalmente, se calhar até por formação profissional, não sei. A questão é que, realmente, quando se exerce um poder discricionário, tem que se ter muito cuidado. O órgão tem muita liberdade de apreciação? Pois tem, mas deve utilizá-la por forma a que todos aqueles que estão de fora possam compreender o iter cognoscitivo de quem tomou a deliberação. E isso aqui, Sr. Presidente, não nos leva a essa conclusão. Foi só isso.”

O Deputado **João Coucelo** fez a seguinte intervenção:

“Sobre este assunto, queria apenas dizer ao Dr. Manuel Barros que não posso responder à questão que me dirigiu há bocadinho porque eu não sou médico de saúde pública, e isto tem a ver com questões de saúde pública. Mas, há médicos de saúde pública em Pombal, felizmente, e bons. Eu penso que quer os trabalhadores, quer as populações que estejam mais próximas, sofrerão menos do que infelizmente sofreram doentes de uma unidade hospitalar em Lisboa e as pessoas de Vila Franca de Xira, com as torres de arrefecimento de grandes empresas industriais. Portanto, eu acho que há cá muito menos risco – mesmo não sendo médico de saúde pública – em Abiul, com esta empresa, e riscos para os seus trabalhadores, até porque estes dejetos terão, com certeza, que ter algum tratamento e deve haver com certeza fiscalização por parte das entidades responsáveis nessa área.

A decisão aqui é uma decisão que, não sendo jurista, eu não vou contestar os argumentos do Dr. Manuel Barros de maneira nenhuma, não tenho condições para o fazer; vou apenas dizer que eu voto a favor; como já votei anteriormente numa outra situação idêntica, porque isto é uma decisão um pouco discricionária, tem um parecer favorável de uma Chefe de Divisão, tem um parecer dúbio, diferente, de uma técnica, e trata-se de dizer se legalizamos ou encerramos,



MUNICÍPIO DE POMBAL

fechamos. E portanto, a Lei aqui, apesar de tudo, faculta-nos essa discricionariedade, é uma decisão política local.

O Dr. Manuel Barros, em tempos, pôs aqui uma questão interessantíssima, o que é o interesse público, que ainda não esclarecemos o que é o interesse público, não está definido, não está regulamentado o que é o interesse público, e portanto, aqui a Assembleia Municipal usará do seu direito de poder votar favoravelmente ou desfavoravelmente, considerando que a proposta da Câmara que foi subscrita por todos encerra alguma bondade e discricionariedade na interpretação daquilo que é o interesse público aqui.

Pessoalmente, a minha posição é votar favoravelmente.”

O Deputado **Manuel Barros** teceu as seguintes considerações:

“Só para uma resposta, que tenho muito gosto, aliás, em trocar impressões com o Sr. Deputado João Coucelo, são sempre muito interessantes. Mas, Sr. Deputado, o poder discricionário não significa agirmos como quisermos em relação à Lei. Não está na nossa discricionariedade passar por cima ou não passar por cima, não é isso. O poder discricionário é ainda um poder vinculado; só tem um momento discricionário, que é na escolha do critério do exercício do poder. Ou seja, em cada casa concreto, o órgão decisor tem o poder de, com liberdade sua, e o que ele disser que está bom, mesmo que para mim não esteja, ele tem que dizer que é o melhor, é a escolha dos critérios gerais e abstratos nos quais eu vou depois subsumir, digamos assim, a factualidade para concluir se há, ou não, interesse público, porque é na definição abstrata do critério que eu defino o que é o interesse público. E depois, vou à realidade concreta ali daquele caso, e digo: “Isto entra aqui, ou não entra?” O que o técnico aqui quis fazer foi esse exercício, quando ele vai buscar o parecer jurídico que deu estas indicações, ponderar estes fatores. Isto só não pode é ser feito assim, tem que ser eleito em cada caso concreto, feita a eleição em cada caso concreto, desses critérios. A partir daí é vinculado, os factos têm que se subsumir nos critérios definidos previamente, sim ou não. Agora, a liberdade de escolha está no critério. É isto o exercício do poder discricionário.”

O Deputado **João Coucelo** usou mais uma vez a palavra, como se transcreve:

“Peço imensa desculpa, eu concordo com o Dr. Manuel Barros parcialmente. Agora, a questão é: a Legislação em que nos baseamos é para processos de regularização de instalações deste tipo, que não cumpriram, ou que não cumprem atualmente os critérios que são exigidos porque foram construídas há vinte e cinco anos atrás. Esta Legislação é para regularização. A questão é que eu não sei se o Sr. Doutor usou o critério do interesse público da técnica, ou o critério do interesse público validado pela sua Chefe de Divisão.”

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu às interpelações da seguinte forma:

“Muito sinteticamente, primeiro para vos dizer que existe um regime jurídico que regula tudo isto, e é esse regime jurídico que nos permite ter este ponto aqui agendado e estarmos a fazer a discussão.

Segunda questão: eu não vi nenhuma argumentação que vá no sentido de considerar que nem sob o ponto de vista qualitativo, nem sob o ponto de vista quantitativo, os fatores e a respetiva ponderação que aqui estão vertidos sejam insuficientes para a formulação do interesse público. Pode dizer-me que faria de outra maneira, que acha que deve haver um critério específico para



MUNICÍPIO DE POMBAL

cada pedido, eu dir-lhe-ei que se calhar deve ser para cada área que é aqui tratada, porque eu não posso dizer que para o aviário A há um critério, e que para o aviário B, um critério diferente. E portanto, o que aqui está são fatores económicos, fatores sociais, fatores ambientais e outros fatores, e cada um deles tem alguma densificação. Mas, há uma coisa que também se optou: é que eles não fossem ponderados em função do subfactor nem do fator geral, não tem ponderação, nem teriam que ter. Portanto, são contributos em que se diz: “Utilizam produtos químicos em quantidades significativas?” Não, eu nem sei dizer o que quer dizer “significativo”, não faço ideia, se é ao quilo, se é ao grama, se é ao litro, se é ao metro cúbico, não faço ideia. Portanto, pelos vistos, a opinião é “não”. E esta aqui não pode ser discricionária; esta aqui tem que ser com um critério legal. E eu não tenho razão nenhuma para achar que a informação que aqui está não está correta.

Mais: mas, por que é que se entenderá que a redação “sugere-se a profunda ponderação da atribuição do reconhecimento do interesse público” é no sentido de exortar ao negativismo da proposta? Mas alguma vez quando nós votamos favoravelmente, não o fazemos de forma que não seja a conclusão de uma profunda ponderação? Eu não faço ideia de como é que as pessoas pensam, eu em qualquer circunstância, antes de dizer “sim” ou “não”, tenho sempre que fazer uma profunda ponderação, só depois é que tomo a decisão. Portanto, eu não posso retirar que “sugere-se uma profunda ponderação”, e que isto é imediatamente uma conclusão de que isto é negativo. Por quê? Porque a técnica não tinha que dizer que sim, nem que não; a chefe já foi perfeitamente explícita sobre o assunto.

Agora, reparem: a discricionarietà seria verdadeiramente nós para uns dizermos que sim, e para outros dizermos que não. E nós, o que temos feito aqui sempre, é sempre que existem pedidos e que merecem – e têm merecido todos ser apreciados – que se remeta para uma apreciação que a Lei estabelece de forma muito criteriosa, que fatores é que devem ser tidos em linha de conta. E eu confesso-vos, eu prefiro em todas as circunstâncias que se esgotem esses mecanismos do que se faça uma conclusão precipitada, por muito rigorosa que seja a densificação e a subdensificação dos fatores que levam à atribuição do estatuto de utilidade pública, com o que isso signifique sob o ponto de vista jurídico, muito importante, mas sob o ponto de vista prático, para mim vale zero. Sabe por quê? Porque são negócios de família, são zonas que precisam de ajuda, são postos de trabalho – não sei se são dois, se são três. Eu não sei por que é que três seria mais importante do que dois, se desses dois sobreviverem duas famílias e o terceiro for de uma família que não seja de cá. Portanto, acho isso tudo uma discussão muito bonita sob o ponto de vista académico; acho que sob o ponto de vista prático, nós precisamos é de resolver estes assuntos. E se na especialidade se perceber que isto é zona de risco de incêndios, você não pode fazer isto, que se diga que tem que deitar abaixo, e que não façamos aqui juízos de valor precipitados, porque o que está aqui em cima da mesa é abrir a porta para se fazer esta avaliação casuística, onde em conferência das entidades, podem elas próprias tomar a decisão de autorizar ou não autorizar. Nós não estamos a autorizar coisa nenhuma; estamos a autorizar que eles utilizem o mecanismo. É só isso que estamos a autorizar, porque a seguir as entidades vão tomar as suas decisões e podem dizer: “Lamentavelmente, não é possível.” E eu prefiro que no final se diga, depois de uma apreciação exaustiva, que não é possível, do que se



MUNICÍPIO DE POMBAL

esteja já a dizer que o pedido tem aqui um fundamento do interesse público, e tal. Desculpem, vamos atirar para jogar, para marcar golo, vamos marcar golos, e marcar golos é resolver o problema. E nós andamos aqui sempre em dissertações que não levam a coisa nenhuma. É o que eu quero dizer.”

A Assembleia deliberou, por maioria, com cinco votos contra (quatro do NMPH e um do BE), aprovar a proposta sobre o pedido de certidão de Reconhecimento de Interesse Público Municipal em apreço, nos termos propostos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.21. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição do plenário para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros.

O Deputado **Vítor Gomes** proferiu as seguintes palavras:

“Eu vou aproveitar este ponto para perguntar ao Sr. Presidente se na contratualização que fez com as Juntas de Freguesia, as verbas atribuídas para a limpeza de passeios e valetas são suficientes, porque ao que parece, não são. Nas limpezas de valetas, há queixas por todo o concelho e nas freguesias que estão em péssimo estado. Eu refiro-me especialmente à de Pombal, que durante muito tempo se esqueceu de limpar passeios e valetas, chegou a ter mato da minha altura em passeios aqui bem nas barbas de Pombal. Se houver necessidade, vai ter que atribuir mais um subsídio para fazer estas limpezas de valetas, porque, pelos vistos, a verba não chega.”

Respondeu o **Presidente da Câmara Municipal**:

“Sr. Deputado Vítor Gomes, houve uma opção política nacional para restrição de utilização dos fosfatos para eliminar ervas daninhas. E isso, como calcula, introduz na manutenção dos espaços públicos milhares de constrangimentos. E aquilo que tem acontecido nos últimos tempos é a verificação destas circunstâncias, nós fazemos, e as Juntas de Freguesia acabaram de entregar agora, julgo que quase todas, o relatório dos protocolos de delegação de competências, e portanto, vamos tirar as conclusões. Nunca nenhum Presidente de Junta me fez referência de que o valor que existia não era suficiente para isto. Se calhar, a metodologia que fomos obrigados a utilizar não é a melhor. Eu posso dizer-lhe que eu tinha começado por aderir a essa modalidade, e, entretanto, percebi que ela era altamente impropriedade, até por questões de segurança, nomeadamente em calcário e em zonas em que existe calçada miúda, e portanto, voltei a dar ordens para que se utilizassem – porque o período probatório ainda não acabou, e a restrição não está totalmente em vigor. A indústria não arranjou soluções alternativas, e portanto, quando não existe, temos que nos adequar às circunstâncias.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar os apoios às Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal, nos termos propostos pela Câmara.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.22 Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias – Para Conhecimento;

A Assembleia tomou conhecimento do mapa dos apoios atribuídos pela Câmara às Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por finalizados os trabalhos, eram vinte e duas horas, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Manuel Sobreiro Ferreira (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

A Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: